

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 10/12/2019	Página: 02

Tribuna

Gasto

A Bahia já gastou R\$ 701,3 milhões em recursos próprios exclusivamente no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus e vê a arrecadação do ICMS melhorar lentamente após o forte impacto da crise econômica produzida pela emergência sanitária, mas conseguiu preservar o equilíbrio fiscal e manter as contas em dia, além de permanecer entre os estados com maior volume de investimentos públicos no país, enfatizou o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ao participar ontem, na Assembleia Legislativa, de Audiência Pública sobre as contas do Estado.



Manoel Vitório

Veículo: Blog Itambé Agora	
Data: 10/12/2020	Bahia



VITÓRIO DIZ QUE BAHIA JÁ GASTOU MAIS DE R\$ 700 MILHÕES NO COMBATE A PANDEMIA E ESTADO MANTÉM CONTAS EQUILIBRADAS



admin 10 Dezembro, 2020

A Bahia já gastou R\$ 701,3 milhões em recursos próprios exclusivamente no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus e vê a arrecadação do ICMS melhorar lentamente após o forte impacto da crise econômica produzida pela emergência sanitária, mas conseguiu preservar o equilíbrio fiscal e manter as contas em dia, além de permanecer entre os estados com maior volume de investimentos públicos no país, enfatizou o secretário da Fazenda, Manoel Vitória, ao participar nesta quarta-feira (9), na Assembleia Legislativa, de Audiência Pública sobre as contas do Estado.

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto. Considerando-se todo o período da gestão do governador Rui Costa, entre janeiro de 2015 e agosto de 2020, o governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões e em termos absolutos ficou atrás apenas de São Paulo, que somou R\$ 42,4 bilhões. Como proporção dos respectivos orçamentos, no entanto, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

A Bahia segue com a dívida sob controle e em situação muito mais confortável que a dos maiores estados brasileiros, lembrou Manoel Vitória. Até agosto, a dívida consolidada líquida correspondeu a 63% da receita corrente líquida, praticamente o mesmo patamar

com que o Estado encerrou o ano de 2019, quando o percentual foi de 62%, e muito abaixo do limite estabelecido pela legislação, que é de até 200%. Uma situação muito distinta do Rio de Janeiro, cuja dívida é três vezes a receita (317%), e ainda de Rio Grande do Sul (230%), Minas Gerais (196%) e São Paulo (166%).

As contas apresentadas se referiram aos dois primeiros quadrimestres do ano. De acordo com o relatório da Secretaria da Fazenda, até agosto as receitas tributárias do Estado tinham registrado queda de 1,95% em relação a 2019. As despesas, em contrapartida, também haviam caído, embora em proporção ligeiramente menor: – 1,57%. Os gastos com pessoal do Executivo estavam em 41,69%, abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (43,74%). Até agosto, o Estado já havia ultrapassado o percentual mínimo para gastos com saúde, fixado pela Lei Complementar 141/12 em 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais, e chegado à proporção de 12,84%. Os gastos com educação já haviam chegado a 23,82% da receita líquida, devendo ultrapassar até o final do ano o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Gastos com a pandemia

Vitório lembrou que o governo baiano precisou contar basicamente com recursos do próprio Tesouro Estadual nos primeiros meses da pandemia, já que a Lei 173/20, proposta pelo Congresso Nacional para estabelecer um pacote de apoio aos estados pelas perdas com o ICMS, só foi aprovada no final de maio, e a medida provisória que estabeleceu compensações pelas perdas nas transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE), editada em abril, tinha escopo mais limitado. Estes repasses extraordinários, observou ainda o secretário, já deixaram de ocorrer, enquanto a arrecadação própria só em novembro chegou ao mesmo patamar alcançado até o mesmo mês em 2019.

“O pacote proposto pelo Congresso foi importante, mas deixou de fora itens cruciais como a questão do pagamento da dívida com instituições internacionais, por isso, para que mantivéssemos o cenário de solidez das contas públicas, foi necessário manter o esforço fiscal realizado sob a liderança do governador Rui Costa, com rígido controle das despesas e foco na qualidade do gasto aliados a medidas de modernização do fisco e combate à sonegação”, ressaltou.

Diante dos desafios que se apresentam para as finanças públicas no próximo ano, será necessário seguir com estas medidas, alertou Vitório, lembrando a perspectiva de novo impacto negativo na economia em 2021, diante do cenário de desemprego recorde, inflação em alta e fim do auxílio emergencial distribuído pelo governo à população de baixa renda, enquanto a pandemia volta a se intensificar e ainda não se sabe quando irá ocorrer uma campanha efetiva de vacinação que alcance a maior parte da população brasileira.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: Bahia Já	Online
Data: 09/12/2020	Caderno: Notícias



Gastos com a pandemia alcançam R\$ 701,3 mi, mas BA mantém equilíbrio

Estado manteve as contas em dia, além de permanecer entre os que possuem maior volume de investimentos públicos no país nos últimos anos

Ascom Sefaz , Salvador | 09/12/2020 às 18:02



Gastos com a pandemia alcançam R\$ 701,3 mi, mas BA mantém equilíbrio

Foto: Divulgação

A Bahia já gastou R\$ 701,3 milhões em recursos próprios exclusivamente no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus e vê a arrecadação do ICMS melhorar lentamente após o forte impacto da crise econômica produzida pela emergência sanitária, mas conseguiu preservar o equilíbrio fiscal e manter as contas em dia, além de permanecer entre os estados com maior volume de investimentos públicos no país, enfatizou o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ao participar nesta quarta-feira (9), na Assembleia Legislativa, de Audiência Pública sobre as contas do Estado.

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto. Considerando-se todo o período da gestão do governador Rui Costa, entre janeiro de 2015 e agosto de 2020, o governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões e em termos absolutos ficou atrás apenas de São Paulo, que somou R\$ 42,4 bilhões. Como proporção dos respectivos orçamentos, no entanto, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

A Bahia segue com a dívida sob controle e em situação muito mais confortável que a dos maiores estados brasileiros, lembrou Manoel Vitório. Até agosto, a dívida consolidada líquida correspondeu a 63% da receita corrente líquida, praticamente o mesmo patamar com que o Estado encerrou o ano de 2019, quando o percentual foi de 62%, e muito abaixo do limite estabelecido pela legislação, que é de até 200%. Uma situação muito distinta do Rio de Janeiro, cuja dívida é três vezes a receita (317%), e ainda de Rio Grande do Sul (230%), Minas Gerais (196%) e São Paulo (166%).

As contas apresentadas se referiram aos dois primeiros quadrimestres do ano. De acordo com o relatório da Secretaria da Fazenda, até agosto as receitas tributárias do Estado tinham registrado queda de 1,95% em relação a 2019. As despesas, em contrapartida, também haviam caído, embora em proporção ligeiramente menor: - 1,57%. Os gastos com pessoal do Executivo estavam em 41,69%, abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei

de Responsabilidade Fiscal (43,74%). Até agosto, o Estado já havia ultrapassado o percentual mínimo para gastos com saúde, fixado pela Lei Complementar 141/12 em 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais, e chegou à proporção de 12,84%. Os gastos com educação já haviam chegado a 23,82% da receita líquida, devendo ultrapassar até o final do ano o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Gastos com a pandemia

Vitório lembrou que o governo baiano precisou contar basicamente com recursos do próprio Tesouro Estadual nos primeiros meses da pandemia, já que a Lei 173/20, proposta pelo Congresso Nacional para estabelecer um pacote de apoio aos estados pelas perdas com o ICMS, só foi aprovada no final de maio, e a medida provisória que estabeleceu compensações pelas perdas nas transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE), editada em abril, tinha escopo mais limitado. Estes repasses extraordinários, observou ainda o secretário, já deixaram de ocorrer, enquanto a arrecadação própria só em novembro chegou ao mesmo patamar alcançado até o mesmo mês em 2019.

“O pacote proposto pelo Congresso foi importante, mas deixou de fora itens cruciais como a questão do pagamento da dívida com instituições internacionais, por isso, para que mantivéssemos o cenário de solidez das contas públicas, foi necessário manter o esforço fiscal realizado sob a liderança do governador Rui Costa, com rígido controle das despesas e foco na qualidade do gasto aliados a medidas de modernização do fisco e combate à sonegação”, ressaltou.

Diante dos desafios que se apresentam para as finanças públicas no próximo ano, será necessário seguir com estas medidas, alertou Vitório, lembrando a perspectiva de novo impacto negativo na economia em 2021, diante do cenário de desemprego recorde, inflação em alta e fim do auxílio emergencial distribuído pelo governo à população de baixa renda, enquanto a pandemia volta a se intensificar e ainda não se sabe quando irá ocorrer uma campanha efetiva de vacinação que alcance a maior parte da população brasileira.

Veículo: Blog Itambé Agora	
Data: 09/12/2020	Bahia



GASTOS DO ESTADO COM A PANDEMIA ALCANÇAM R\$ 701,3 MILHÕES



admin 9 Dezembro, 2020

A Bahia já gastou R\$ 701,3 milhões em recursos próprios exclusivamente no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus e vê a arrecadação do ICMS melhorar lentamente após o forte impacto da crise econômica produzida pela emergência sanitária. Segundo afirmou o secretário da Fazenda, Manoel Vítório, nesta quarta-feira (9) na Assembleia Legislativa, a Bahia conseguiu preservar o equilíbrio fiscal e manter as contas em dia, além de permanecer entre os estados com maior volume de investimentos públicos no país.

Vítório aponta ainda que apesar de em 2020 os investimentos caíram em todos os estados, a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto. Considerando-se todo o período da gestão do governador Rui Costa, entre janeiro de 2015 e agosto de 2020, o governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões e em termos absolutos ficou atrás apenas de São Paulo, que somou R\$ 42,4 bilhões. Como proporção dos respectivos orçamentos, no entanto, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

As contas apresentadas se referiram aos dois primeiros quadrimestres do ano. De acordo com o relatório da Secretaria da Fazenda, até agosto as receitas tributárias do Estado tinham registrado queda de 1,95% em relação a 2019. As despesas, em contrapartida, também haviam caído, embora em proporção ligeiramente menor: - 1,57%. Os gastos

com pessoal do Executivo estavam em 41,69%, abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (43,74%). Até agosto, o Estado já havia ultrapassado o percentual mínimo para gastos com saúde, fixado pela Lei Complementar 141/12 em 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais, e chegou à proporção de 12,84%. Os gastos com educação já haviam chegado a 23,82% da receita líquida, devendo ultrapassar até o final do ano o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Foto: Divulgação

Veículo: Política Livre	
Data: 10/12/2020	Caderno: Economia



09 de dezembro de 2020 | 17:17

Bahia já gastou R\$ 701,3 mi com a pandemia, aponta Sefaz

BAHIA

A Bahia já gastou R\$ 701,3 milhões em recursos próprios exclusivamente no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus e vê a arrecadação do ICMS melhorar lentamente após o forte impacto da crise econômica produzida pela emergência sanitária, mas conseguiu preservar o equilíbrio fiscal e manter as contas em dia, além de permanecer entre os estados com maior volume de investimentos públicos no país, enfatizou o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ao participar nesta quarta-feira (9), na Assembleia Legislativa, de Audiência Pública sobre as contas do Estado.

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto. Considerando-se todo o período da gestão do governador Rui Costa, entre janeiro de 2015 e agosto de 2020, o governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões e em termos absolutos ficou atrás apenas de São Paulo, que somou R\$ 42,4 bilhões. Como proporção dos respectivos orçamentos, no entanto, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

A Bahia segue com a dívida sob controle e em situação muito mais confortável que a dos maiores estados brasileiros, lembrou Manoel Vitório. Até agosto, a dívida consolidada líquida correspondeu a 63% da receita corrente líquida, praticamente o mesmo patamar com que o Estado encerrou o ano de 2019, quando o percentual foi de 62%, e muito abaixo do limite estabelecido pela legislação, que é de até 200%. Uma situação muito distinta do Rio de Janeiro,

cuja dívida é três vezes a receita (317%), e ainda de Rio Grande do Sul (230%), Minas Gerais (196%) e São Paulo (166%).

As contas apresentadas se referiram aos dois primeiros quadrimestres do ano. De acordo com o relatório da Secretaria da Fazenda, até agosto as receitas tributárias do Estado tinham registrado queda de 1,95% em relação a 2019. As despesas, em contrapartida, também haviam caído, embora em proporção ligeiramente menor: – 1,57%. Os gastos com pessoal do Executivo estavam em 41,69%, abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (43,74%). Até agosto, o Estado já havia ultrapassado o percentual mínimo para gastos com saúde, fixado pela Lei Complementar 141/12 em 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais, e chegou à proporção de 12,84%. Os gastos com educação já haviam chegado a 23,82% da receita líquida, devendo ultrapassar até o final do ano o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Gastos com a pandemia

Vitório lembrou que o governo baiano precisou contar basicamente com recursos do próprio Tesouro Estadual nos primeiros meses da pandemia, já que a Lei 173/20, proposta pelo Congresso Nacional para estabelecer um pacote de apoio aos estados pelas perdas com o ICMS, só foi aprovada no final de maio, e a medida provisória que estabeleceu compensações pelas perdas nas transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE), editada em abril, tinha escopo mais limitado. Estes repasses extraordinários, observou ainda o secretário, já deixaram de ocorrer, enquanto a arrecadação própria só em novembro chegou ao mesmo patamar alcançado até o mesmo mês em 2019.

“O pacote proposto pelo Congresso foi importante, mas deixou de fora itens cruciais como a questão do pagamento da dívida com instituições internacionais, por isso, para que mantivéssemos o cenário de solidez das contas públicas, foi necessário manter o esforço fiscal realizado sob a liderança do governador Rui Costa, com rígido controle das despesas e foco na qualidade do gasto aliados a medidas de modernização do fisco e combate à sonegação”, ressaltou.

Diante dos desafios que se apresentam para as finanças públicas no próximo ano, será necessário seguir com estas medidas, alertou Vitório, lembrando a perspectiva de novo impacto negativo na economia em 2021, diante do cenário de desemprego recorde, inflação em alta e fim do auxílio emergencial distribuído pelo governo à população de baixa renda, enquanto a pandemia

volta a se intensificar e ainda não se sabe quando irá ocorrer uma campanha efetiva de vacinação que alcance a maior parte da população brasileira.

Veículo: Bahia.ba	Economia
Data: 09/12/20	



ECONOMIA

Publicado em 09/12/2020 às 16h51.

Estado gasta R\$ 700 mi na pandemia; Sefaz garante controle das contas

Receitas e despesas gerais caíram entre janeiro e agosto, informou
Manoel Vitório na Assembleia Legislativa



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

O governo baiano já destinou R\$ 701,3 milhões em recursos próprios exclusivamente no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus. Apesar do aumento nas despesas imprevistas, as contas estão em dia segundo explanou o o

secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ao participar nesta quarta-feira (9), na Assembleia Legislativa, de Audiência Pública sobre as contas do Estado.

O titular da Sefaz relatou que a arrecadação do ICMS começou a melhorar. Este ano, explicou Vitório, a Bahia manteve-se entre os líderes no país em investimentos.

Foram aplicados R\$ 1,04 bilhão. Os dados dos dois primeiros quadrimestres do ano, entre os meses de janeiro e agosto.

Considerando-se todo o período da gestão do governador Rui Costa, entre janeiro de 2015 e agosto de 2020, o governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões. Em termos absolutos, o estado ficou atrás apenas de São Paulo, que aplicou R\$ 42,4 bilhões. Como proporção dos respectivos orçamentos, no entanto, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

Ainda segundo o secretário da Fazenda, até agosto a dívida consolidada líquida correspondeu a 63% da receita corrente líquida, próximo de como terminou 2019 (62%). O limite estabelecido pela legislação, que é de até 200%.

De acordo com o relatório da Secretaria da Fazenda, nos dois quadrimestres as receitas tributárias do Estado caíram 1,95% em relação a 2019. As despesas, em

contrapartida, também haviam caído (1,57%). Os gastos com pessoal do Executivo estavam em 41,69%, abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (43,74%). Até agosto, o Estado já havia ultrapassado o percentual mínimo para gastos com saúde, fixado pela Lei Complementar 141/12 em 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais, e chegou à proporção de 12,84%.

Qualidade do gasto

Vitório lembrou que o governo baiano precisou contar basicamente com recursos do próprio Tesouro Estadual nos primeiros meses da pandemia, já que a Lei 173/20, proposta pelo Congresso Nacional para estabelecer um pacote de apoio aos estados pelas perdas com o ICMS, só foi aprovada no final de maio. Estes repasses extraordinários, observou ainda o secretário, já deixaram de ocorrer, enquanto a arrecadação própria só em novembro chegou ao mesmo patamar alcançado até o mesmo mês em 2019.

“O pacote proposto pelo Congresso foi importante, mas deixou de fora itens cruciais como a questão do pagamento da dívida com instituições internacionais, por isso, para que mantivéssemos o cenário de solidez das contas públicas, foi necessário manter o esforço fiscal realizado sob a liderança do governador Rui Costa, com

rígido controle das despesas e foco na qualidade do gasto aliados a medidas de modernização do fisco e combate à sonegação”, ressaltou.

Veículo: Folha do Estado	Online
Data: 09/12/2020	Caderno: Notícias

FOLHA DO ESTADO
DA BAHIA

Estado já gastou R\$ 701,3 milhões para combater Covid-19

Valor foi informado em Audiência Pública sobre as contas do Estado na Assembleia Legislativa

09/12/2020 às 03:13h



Crédito: Paula Fróes/GOVBA

A Bahia já gastou R\$ 701,3 milhões em recursos próprios exclusivamente no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus e vê a arrecadação do ICMS melhorar lentamente após o forte impacto da crise econômica produzida pela emergência sanitária, mas conseguiu preservar o equilíbrio fiscal e manter as contas em dia, além de permanecer entre os estados com maior volume de investimentos públicos no país, enfatizou o **secretário da Fazenda, Manoel Vitório**, ao participar nesta quarta-feira (9), na Assembleia Legislativa, de Audiência Pública sobre as contas do Estado.

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto. Considerando-se todo o período da gestão do governador Rui Costa, entre janeiro de 2015 e agosto de 2020, o governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões e em termos absolutos ficou atrás apenas de São Paulo, que somou R\$ 42,4 bilhões. Como proporção dos respectivos orçamentos, no entanto, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

A Bahia segue com a dívida sob controle e em situação muito mais confortável que a dos maiores estados brasileiros, lembrou Manoel Vitório. Até agosto, a dívida consolidada líquida correspondeu a 63% da receita corrente líquida, praticamente o mesmo patamar com que o Estado encerrou o ano de 2019, quando o percentual foi de 62%, e muito abaixo do limite estabelecido pela legislação, que é de até 200%. Uma situação muito distinta do Rio de Janeiro, cuja dívida é três vezes a receita (317%), e ainda de Rio Grande do Sul (230%), Minas Gerais (196%) e São Paulo (166%).

As contas apresentadas se referiram aos dois primeiros quadrimestres do ano. De acordo com o relatório da Secretaria da Fazenda, até agosto as receitas tributárias do Estado tinham registrado queda de 1,95% em relação a 2019. As despesas, em contrapartida, também haviam caído, embora em proporção ligeiramente menor: – 1,57%. Os gastos com pessoal do Executivo estavam em 41,69%, abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (43,74%). Até agosto, o Estado já havia ultrapassado o percentual mínimo para gastos com saúde, fixado pela Lei Complementar 141/12 em 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais, e chegou à proporção de 12,84%. Os gastos com educação já haviam chegado a 23,82% da receita líquida, devendo ultrapassar até o final do ano o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Gastos com a pandemia

Vitório lembrou que o governo baiano precisou contar basicamente com recursos do próprio Tesouro Estadual nos primeiros meses da pandemia, já que a Lei 173/20, proposta pelo Congresso Nacional para estabelecer um pacote de apoio aos estados pelas perdas com o ICMS, só foi aprovada no final de maio, e a medida provisória que estabeleceu compensações pelas perdas nas transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE), editada em abril, tinha escopo mais limitado. Estes repasses extraordinários, observou ainda o secretário, já deixaram de ocorrer, enquanto a arrecadação própria só em novembro chegou ao mesmo patamar alcançado até o mesmo mês em 2019.

“O pacote proposto pelo Congresso foi importante, mas deixou de fora itens cruciais como a questão do pagamento da dívida com instituições internacionais, por isso, para que mantivéssemos o cenário de solidez das contas públicas, foi necessário manter o esforço fiscal realizado sob a liderança do governador Rui Costa, com rígido controle das despesas e foco na qualidade do gasto aliados a medidas de modernização do fisco e combate à sonegação”, ressaltou.

Diante dos desafios que se apresentam para as finanças públicas no próximo ano, será necessário seguir com estas medidas, alertou Vitório, lembrando a perspectiva de novo impacto negativo na economia em 2021, diante do cenário de desemprego recorde, inflação em alta e fim do auxílio emergencial distribuído pelo governo à população de baixa renda, enquanto a pandemia volta a se intensificar e ainda não se sabe quando irá ocorrer uma campanha efetiva de vacinação que alcance a maior parte da população brasileira.

Veículo: Informe Baiano	Online
Data: 09/12/2020	Caderno: Notícias



Gastos próprios com a pandemia chegam a R\$ 701,3 milhões, mas Bahia mantém equilíbrio

9 de dezembro de 2020 - 16:35

A Bahia já gastou R\$ 701,3 milhões em recursos próprios exclusivamente no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus e vê a arrecadação do ICMS melhorar lentamente após o forte impacto da crise econômica produzida pela emergência sanitária, mas conseguiu preservar o equilíbrio fiscal e manter as contas em dia, além de permanecer entre os estados com maior volume de investimentos públicos no país, enfatizou o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ao participar nesta quarta-feira (9), na Assembleia Legislativa, de Audiência Pública sobre as contas do Estado.

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto. Considerando-se todo o período da gestão do governador Rui Costa, entre janeiro de 2015 e agosto de 2020, o governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões e em termos absolutos ficou atrás apenas de São Paulo, que somou R\$ 42,4 bilhões. Como proporção dos respectivos orçamentos, no entanto, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

A Bahia segue com a dívida sob controle e em situação muito mais confortável que a dos maiores estados brasileiros, lembrou Manoel Vitório. Até agosto, a dívida consolidada líquida correspondeu a 63% da receita corrente líquida, praticamente o mesmo patamar com que o Estado encerrou o ano de 2019, quando o percentual foi de 62%, e muito abaixo do limite estabelecido pela legislação, que é de até 200%. Uma situação muito distinta do Rio de Janeiro, cuja dívida é três vezes a receita (317%), e ainda de Rio Grande do Sul (230%), Minas Gerais (196%) e São Paulo (166%).

As contas apresentadas se referiram aos dois primeiros quadrimestres do ano. De acordo com o relatório da Secretaria da Fazenda, até agosto as

receitas tributárias do Estado tinham registrado queda de 1,95% em relação a 2019. As despesas, em contrapartida, também haviam caído, embora em proporção ligeiramente menor: - 1,57%. Os gastos com pessoal do Executivo estavam em 41,69%, abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (43,74%). Até agosto, o Estado já havia ultrapassado o percentual mínimo para gastos com saúde, fixado pela Lei Complementar 141/12 em 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais, e chegou à proporção de 12,84%. Os gastos com educação já haviam chegado a 23,82% da receita líquida, devendo ultrapassar até o final do ano o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Gastos com a pandemia

Vitório lembrou que o governo baiano precisou contar basicamente com recursos do próprio Tesouro Estadual nos primeiros meses da pandemia, já que a Lei 173/20, proposta pelo Congresso Nacional para estabelecer um pacote de apoio aos estados pelas perdas com o ICMS, só foi aprovada no final de maio, e a medida provisória que estabeleceu compensações pelas perdas nas transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE), editada em abril, tinha escopo mais limitado. Estes repasses extraordinários, observou ainda o secretário, já deixaram de ocorrer, enquanto a arrecadação própria só em novembro chegou ao mesmo patamar alcançado até o mesmo mês em 2019.

“O pacote proposto pelo Congresso foi importante, mas deixou de fora itens cruciais como a questão do pagamento da dívida com instituições internacionais, por isso, para que mantivéssemos o cenário de solidez das contas públicas, foi necessário manter o esforço fiscal realizado sob a liderança do governador Rui Costa, com rígido controle das despesas e foco na qualidade do gasto aliados a medidas de modernização do fisco e combate à sonegação”, ressaltou.

Diante dos desafios que se apresentam para as finanças públicas no próximo ano, será necessário seguir com estas medidas, alertou Vitório, lembrando a perspectiva de novo impacto negativo na economia em 2021, diante do cenário de desemprego recorde, inflação em alta e fim do auxílio emergencial distribuído pelo governo à população de baixa renda, enquanto a pandemia volta a se intensificar e ainda não se sabe quando irá ocorrer uma campanha efetiva de vacinação que alcance a maior parte da população brasileira.

Veículo: Política Livre	Caderno: Bahia
Data: 09/12/2020	



Bahia já gastou R\$ 701,3 mi com a pandemia, aponta Sefaz

BAHIA

A Bahia já gastou R\$ 701,3 milhões em recursos próprios exclusivamente no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus e vê a arrecadação do ICMS melhorar lentamente após o forte impacto da crise econômica produzida pela emergência sanitária, mas conseguiu preservar o equilíbrio fiscal e manter as contas em dia, além de permanecer entre os estados com maior volume de investimentos públicos no país, enfatizou o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ao participar nesta quarta-feira (9), na Assembleia Legislativa, de Audiência Pública sobre as contas do Estado.

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto. Considerando-se todo o período da gestão do governador Rui Costa, entre janeiro de 2015 e agosto de 2020, o governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões e em termos absolutos ficou atrás apenas de São Paulo, que somou R\$ 42,4 bilhões. Como proporção dos respectivos orçamentos, no entanto, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

A Bahia segue com a dívida sob controle e em situação muito mais confortável que a dos maiores estados brasileiros, lembrou Manoel Vitório. Até agosto, a dívida consolidada líquida correspondeu a 63% da receita corrente líquida, praticamente o mesmo patamar com que o Estado encerrou o ano de 2019, quando o percentual foi de 62%, e muito abaixo do limite estabelecido pela legislação, que é de até 200%. Uma situação muito distinta do Rio de Janeiro, cuja dívida é três vezes a receita (317%), e ainda de Rio Grande do Sul (230%), Minas Gerais (196%) e São Paulo (166%).

As contas apresentadas se referiram aos dois primeiros quadrimestres do ano. De acordo com o relatório da Secretaria da Fazenda, até agosto as receitas tributárias do Estado tinham registrado queda de 1,95% em relação a 2019. As despesas, em contrapartida, também haviam caído, embora em proporção ligeiramente menor: – 1,57%. Os gastos com pessoal do Executivo estavam em 41,69%, abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (43,74%). Até agosto, o Estado já havia ultrapassado o percentual mínimo para gastos com saúde, fixado pela Lei Complementar 141/12 em 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais, e chegou à proporção de 12,84%. Os gastos com educação já haviam chegado a 23,82% da receita líquida, devendo ultrapassar até o final do ano o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Gastos com a pandemia

Vitório lembrou que o governo baiano precisou contar basicamente com recursos do próprio Tesouro Estadual nos primeiros meses da pandemia, já que a Lei 173/20, proposta pelo Congresso Nacional para estabelecer um pacote de apoio aos estados pelas perdas com o ICMS, só foi aprovada no final de maio, e a medida provisória que estabeleceu compensações pelas perdas nas transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE), editada em abril, tinha escopo mais limitado. Estes repasses extraordinários, observou ainda o secretário, já deixaram de ocorrer, enquanto a arrecadação própria só em novembro chegou ao mesmo patamar alcançado até o mesmo mês em 2019.

“O pacote proposto pelo Congresso foi importante, mas deixou de fora itens cruciais como a questão do pagamento da dívida com instituições internacionais, por isso, para que mantivéssemos o cenário de solidez das contas públicas, foi necessário manter o esforço fiscal realizado sob a liderança do governador Rui Costa, com rígido controle das despesas e foco na qualidade do gasto aliados a medidas de modernização do fisco e combate à sonegação”, ressaltou.

Diante dos desafios que se apresentam para as finanças públicas no próximo ano, será necessário seguir com estas medidas, alertou Vitório, lembrando a perspectiva de novo impacto negativo na economia em 2021, diante do cenário de desemprego recorde, inflação em alta e fim do auxílio emergencial distribuído pelo governo à população de baixa renda, enquanto a pandemia volta a se intensificar e ainda não se sabe quando irá ocorrer uma campanha efetiva de vacinação que alcance a maior parte da população brasileira.



Gastos próprios com a pandemia chegam a R\$ 701,3 milhões, mas Bahia mantém equilíbrio

9 dezembro 2020



Foto: Paula Fróes/GOVBA

A Bahia já gastou R\$ 701,3 milhões em recursos próprios exclusivamente no combate aos efeitos da pandemia do coronavírus e vê a arrecadação do ICMS melhorar lentamente após o forte impacto da crise econômica produzida pela emergência sanitária, mas conseguiu preservar o equilíbrio fiscal e manter as contas em dia, além de permanecer entre os estados com maior volume de investimentos públicos no país, enfatizou o secretário da Fazenda, Manoel Vitório, ao participar nesta quarta-feira (9), na Assembleia Legislativa, de Audiência Pública sobre as contas do Estado.

Em 2020, um ano totalmente atípico por conta da pandemia, os investimentos caíram em todos os estados, mas a Bahia manteve-se entre os líderes no país e somou R\$ 1,04 bilhão nos dois primeiros quadrimestres, entre janeiro e agosto. Considerando-se todo o período da gestão do governador Rui Costa, entre janeiro de 2015 e agosto de 2020, o governo baiano investiu R\$ 13,7 bilhões e em termos absolutos ficou atrás apenas de São Paulo, que somou R\$ 42,4 bilhões. Como proporção dos respectivos orçamentos, no entanto, a Bahia supera o estado mais rico do país: com orçamento cinco vezes maior, o governo paulista investiu apenas três vezes mais que o baiano.

A Bahia segue com a dívida sob controle e em situação muito mais confortável que a dos maiores estados brasileiros, lembrou Manoel Vitório. Até agosto, a dívida consolidada líquida correspondeu a 63% da receita corrente líquida, praticamente o mesmo patamar com que o Estado encerrou o ano de 2019, quando o percentual foi de 62%, e muito abaixo do limite estabelecido pela legislação, que é de até 200%. Uma situação muito distinta do Rio de Janeiro, cuja dívida é três vezes a receita (317%), e ainda de Rio Grande do Sul (230%), Minas Gerais (196%) e São Paulo (166%).

As contas apresentadas se referiram aos dois primeiros quadrimestres do ano. De acordo com o relatório da Secretaria da Fazenda, até agosto as receitas tributárias do Estado tinham registrado queda de 1,95% em relação a 2019. As despesas, em contrapartida, também haviam caído, embora em proporção ligeiramente menor: – 1,57%. Os gastos com pessoal do Executivo

estavam em 41,69%, abaixo do limite de alerta estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (43,74%). Até agosto, o Estado já havia ultrapassado o percentual mínimo para gastos com saúde, fixado pela Lei Complementar 141/12 em 12% da receita líquida de impostos e transferências constitucionais, e chegou à proporção de 12,84%. Os gastos com educação já haviam chegado a 23,82% da receita líquida, devendo ultrapassar até o final do ano o mínimo de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Gastos com a pandemia

Vitório lembrou que o governo baiano precisou contar basicamente com recursos do próprio Tesouro Estadual nos primeiros meses da pandemia, já que a Lei 173/20, proposta pelo Congresso Nacional para estabelecer um pacote de apoio aos estados pelas perdas com o ICMS, só foi aprovada no final de maio, e a medida provisória que estabeleceu compensações pelas perdas nas transferências do Fundo de Participação dos Estados (FPE), editada em abril, tinha escopo mais limitado. Estes repasses extraordinários, observou ainda o secretário, já deixaram de ocorrer, enquanto a arrecadação própria só em novembro chegou ao mesmo patamar alcançado até o mesmo mês em 2019.

“O pacote proposto pelo Congresso foi importante, mas deixou de fora itens cruciais como a questão do pagamento da dívida com instituições internacionais, por isso, para que mantivéssemos o cenário de solidez das contas públicas, foi necessário manter o esforço fiscal realizado sob a liderança do governador Rui Costa, com rígido controle das despesas e foco na qualidade do gasto aliados a medidas de modernização do fisco e combate à sonegação”, ressaltou.

Diante dos desafios que se apresentam para as finanças públicas no próximo ano, será necessário seguir com estas medidas, alertou Vitório, lembrando a perspectiva de novo impacto negativo na economia em 2021, diante do cenário de desemprego recorde, inflação em alta e fim do auxílio emergencial distribuído pelo governo à população de baixa renda, enquanto a pandemia volta a se intensificar e ainda não se sabe quando irá ocorrer uma campanha efetiva de vacinação que alcance a maior parte da população brasileira.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: TV BAIANA	
Data: 09/12/2020	Programa: DE OLHO NA CIDADE
Assunto: Entrevista com <u>diretor de Produção de Informações da Sefaz, Jadson Bitencourt, sobre a nova versão do aplicativo Preço da Hora Bahia.</u>	

Data: 09/12/2020

Hora: 12:17:11

Emissora: TV BAIANA

Programa: DE OLHO NA CIDADE

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Entrevista com **diretor de Produção de Informações da Sefaz, Jadson Bitencourt, sobre a nova versão do aplicativo Preço da Hora Bahia.**



Fatia gorda

A Bahia ficou com quase um quarto dos R\$ 24,1 bilhões que serão distribuídos em 2021 por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para a área de atuação da Sudene, composta pelos nove estados nordestinos, mais Minas Gerais e Espírito Santo. Ao todo, a Bahia terá direito a 22% do bolo. Logo abaixo, vêm Ceará (15,7%), Pernambuco (12,8%), Maranhão (9,5%) e Piauí (9,1%).

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 10/12/20	



BAHIA FICA COM 24 BILHÕES DO FNE



admin 10 Dezembro, 2020

A Bahia ficou com quase um quarto dos R\$ 24,1 bilhões que serão distribuídos em 2021 por meio do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para a área de atuação da Sudene, composta pelos nove estados nordestinos, mais Minas Gerais e Espírito Santo. Ao todo, a Bahia terá direito a 22% do bolo. Logo abaixo, vêm Ceará (15,7%), Pernambuco (12,8%), Maranhão (9,5%) e Piauí (9,1%). As informações são da coluna Satélite do Jornal Correio.

Foto: divulgação

Veículo:Correio	
Data: 10/12/2020	

O QUE A BAHIA QUER SABER
Correio 

ADIADO IMPOSTO SOBRE O AZEITE DE DENDÊ NA BAHIA

ICMS Após o pedido de produtores e da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivo (Abam), o governo do estado postergou o pagamento do ICMS nas importações de óleo de palma pelas indústrias da Bahia.

A medida, publicada no decreto 20.137 do Diário Oficial de terça-feira (8), evita que a crise de abastecimento do produto no mercado brasileiro comprometa a produção da gastronomia baiana.

Segundo representantes da indústria de dendê da Bahia, há mais de 20 anos a cultura do produto vem dando lugar a outras (banana, cravo e graviola). Para suprir a demanda, o óleo passou a ser comprado de estados como o Pará. Recentemente, no entanto, a crise chegou também a este mercado, comprometendo o fornecimento e provocando elevação de preços.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 09/12/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 09 de Dezembro de 2020 - 21:20

SEMA discute Indicação Geográfica para registrar o azeite de Dendê do Baixo Sul



Tiveram início nesta quarta-feira (9), uma série de tratativas necessárias para adquirir o Registro de Identidade Geográfica para o azeite de Dendê produzido nos seis municípios que compõem a Costa do Dendê, no Baixo Sul do estado. O Registro faz parte de uma estratégia produtiva que garante a originalidade de um produto e pode potencializar sua comercialização.

Em uma reunião entre o secretário do Meio Ambiente da Bahia (Sema), João Carlos Oliveira, o secretário de Agricultura do Município de Taperoá, Antônio Lázaro Miranda, o vereador do município, Laércio Miranda, e o assessor especial da Sema, Pedro Tojo o tema foi discutido para que sejam traçadas estratégias que abarquem os municípios que compõem a Costa do Dendê. "É um produto conhecido nacionalmente, com singularidade e saber intrínsecos no método de sua produção, que está atrelado à cultura baiana e sua culinária tradicional. Mas, é necessário reunir os diversos atores sociais, produtivos, e também os empreendedores e gestores, formando uma rede de diálogo e de cooperação técnica para que possamos avançar nesse objetivo comum", defendeu o secretário de meio ambiente.

Na ocasião, o secretário de Agricultura de Taperoá, disse que há cerca de cinco anos a situação se agravou no município, com a falta de assistência técnica para os pequenos agricultores, o envelhecimento dos produtores tradicionais. "Precisamos garantir assistência técnica a essas famílias agrícolas, fortalecendo a cadeia produtiva do dendê e retomando nossa cultura tradicional. Paralelo a isso, precisamos urgentemente potencializar o poder de comercialização do nosso produto. Nesse sentido, a Indicação Geográfica é uma certificação que potencializa o negócio e garante rentabilidade para os produtores. Por isso, estamos articulando com o poder público e parceiros, como a Associação Nacional das Baianas de Acarajé. Só na Bahia são quatro mil baianas associadas, que estão comprando o azeite no mercado a 25 reais o litro, uma situação inaceitável", afirmou Lázaro.

De acordo com a Sema, a situação da baixa produção do produto no Estado pode levar a uma crise no abastecimento de dendê no mercado. Para tentar driblar a baixa, a Sema informou que o governo postergou o **pagamento do ICMS** nas importações do óleo de palma pelas indústrias da Bahia. O decreto 20.137 foi publicado no Diário Oficial de ontem (08), e atendeu a uma solicitação feita por produtores e da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivo (Abam).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 09/12/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 09 de Dezembro de 2020 - 14:40

Governo do estado publica adiamento de imposto sobre óleo de dendê

O governo baiano anunciou a **prorrogação do pagamento do ICMS** nas importações de óleo de palma pelas indústrias da Bahia. A medida foi publicada no Diário Oficial desta terça-feira (8). No entendimento da gestão estadual, o decreto evita que a crise de abastecimento do produto no mercado brasileiro comprometa a produção da gastronomia baiana.

O governo ressalta que a maior disponibilidade do óleo de dendê favorece o setor de alimentos, não impactando no custo fabril das baianas e dos restaurantes.

O decreto atende uma solicitação de produtores e da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivo (Abam).

A culinária baiana e seus tradicionais pratos à base de dendê, como acarajé, abará, caruru, vatapá e moquecas, têm grande importância no setor turístico do Estado. "Muitos turistas vêm à Bahia atraídos pelo sabor dos nossos pratos e também para participar de festivais em que nossa gastronomia é o destaque", afirma o secretário estadual do Turismo, Fausto Franco.

Segundo representantes da indústria de dendê da Bahia, há mais de 20 anos a cultura do produto vem dando lugar a outras, como as de banana, cravo e graviola. Para suprir a demanda, o óleo passou a ser comprado de estados como o Pará. Recentemente, no entanto, a crise chegou também a este mercado, comprometendo o fornecimento e provocando elevação de preços. A medida implementada pelo Governo do Estado é considerada um paliativo, até que se inicie a safra do dendê, de dezembro a janeiro.



Gastronomia baiana é beneficiada por adiamento de imposto sobre óleo de dendê

9 dezembro 2020



Nos tabuleiros das baianas do acarajé e nos restaurantes de gastronomia típica da Bahia não deverá faltar o ingrediente básico de seus quitutes e pratos, o azeite de dendê, durante a alta estação. Atendendo a uma solicitação de produtores e da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau e Receptivo – Abam, o Governo do Estado postergou o pagamento do ICMS nas importações de óleo de palma pelas indústrias da Bahia.

A medida, publicada no decreto 20.137 do Diário Oficial desta terça-feira (8), evita que a crise de abastecimento do produto no mercado brasileiro comprometa a produção da gastronomia baiana tão apreciada pelos turistas. A maior disponibilidade do óleo de dendê favorece, assim, o setor de alimentos, não impactando no custo fabril das baianas e dos restaurantes.

A culinária é considerada uma das vertentes de grande importância para o setor turístico do Estado. “Muitos turistas vêm à Bahia atraídos pelo sabor dos nossos pratos e também para participar de festivais em que nossa gastronomia é o destaque”, afirma o secretário estadual do Turismo, Fausto Franco.

Além dos petiscos à base de dendê, como acarajé, abará, caruru, vatapá e moquecas, a própria baiana que comercializa esses produtos é um ícone forte da Bahia, referência para muitos turistas que fazem questão de parar em um tabuleiro já no desembarque, antes de chegar a um hotel.

Segundo representantes da indústria de dendê da Bahia, há mais de 20 anos a cultura do produto vem dando lugar a outras, como as de banana, cravo e graviola. Para suprir a demanda, o óleo passou a ser comprado de estados como o Pará. Recentemente, no entanto, a crise chegou também a este mercado, comprometendo o fornecimento e provocando elevação de preços. A medida implementada pelo Governo do Estado é considerada um paliativo, até que se inicie a safra do dendê, de dezembro a janeiro.

Fonte: Ascom/ Setur



Produção industrial baiana registra estabilidade em outubro

9 dezembro 2020



Foto: Pedro Moraes/Arquivo GOVBA

Em outubro de 2020, a produção industrial (de transformação e extrativa mineral) da Bahia, ajustada sazonalmente, recuou levemente 0,1% frente ao mês imediatamente anterior, após aumentos de 1,5% e 4,3%, respectivamente, em agosto e setembro de 2020. As informações fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgadas nesta quarta-feira (9), sistematizadas e analisadas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan).

“O resultado de outubro reflete acomodação após cinco altas sucessivas. A indústria baiana já recuperou quase que totalmente as perdas de março e abril, e agora aguarda nova retomada da demanda por seus produtos que se encontra estável”, ressalta Carla do Nascimento, técnica da SEI.

Devido à influência da pandemia do coronavírus, na comparação com igual mês do ano anterior, a indústria baiana assinalou recuo de 6,5%. No acumulado do ano, a indústria registrou queda de 6,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior. O indicador no acumulado dos últimos 12 meses apresentou redução de 6,2%, frente ao mesmo período anterior.

No confronto de outubro de 2020 com igual mês do ano anterior, a indústria baiana apresentou retração de 6,5%, com seis das 12 atividades pesquisadas, assinalando queda da produção. O setor de Produtos químicos (7,1%) apresentou a principal influência positiva no período, explicada, especialmente, pela maior fabricação de hidróxido de sódio, polietileno linear e princípios ativos para herbicidas. Outros resultados positivos no indicador foram observados nos segmentos de Celulose, papel e produtos de papel (7,1%), Produtos alimentícios (4,6%), Bebidas (6,1%), Couro, artigos para viagem e calçados (4,7%) e Borracha e material plástico (2,3%).

A principal contribuição negativa foi de Veículos (-32,4%), influenciada, principalmente, pela menor fabricação de automóveis com motor a gasolina, álcool ou bicombustível e painéis ou quadros (incompletos) para instrumentos dos veículos automotores. Outros setores que apresentaram resultados negativos foram: Derivados de petróleo (-6,9%), Metalurgia (-15,0%), Extrativas (-10,1%), Minerais não metálicos (-17,1%) e Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-31,2%).

No acumulado do período de janeiro a outubro de 2020, comparado com o mesmo período do ano anterior, positivamente destacou-se o segmento de Derivados de petróleo que registrou aumento de 18,1%, impulsionado pela maior fabricação de óleos combustíveis, naftas para petroquímica e óleo diesel. Importante ressaltar, também, os resultados positivos assinalados por Celulose, papel e produtos de papel (7,4%) e Bebidas (0,7%).

Fonte: Ascom/SEI

COVID-19 Rui anuncia compra de 19,8 milhões de seringas e diz que pode acionar o STF para garantir liberação da vacina
Governo não poupa esforços por vacinação

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 9.9.2020

CÁSSIO SANTANA

No dia em que anunciou a compra de 19,8 milhões de seringas e agulhas para imunizar a população baiana, o governador Rui Costa (PT) disse que, se necessário, vai acionar o Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a liberação da vacina contra a Covid-19 para o estado. O anúncio ocorre um dia depois da reunião de gestores estaduais com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, que delimitou o período mínimo de 60 dias para aprovação de um imunizante.

Rui disse que está fora de cogitação realizar qualquer tipo de vacinação sem a chancela e supervisão da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas propôs que o órgão regulador considere acelerar os trabalhos de liberação caso haja a validação de uma vacina por uma organização internacional de prestígio.

“Assim que ela (a vacina) for aprovada, regulamentada por qualquer órgão de expressão mundial, no nosso entender, a Anvisa não precisa repetir todos os protocolos e poderia aderir a esta aprovação”, afirmou Rui. “Nós acompanharemos dia após dia. Assim que qualquer vacina for aprovada internacionalmente por qualquer organismo, nós vamos atuar conforme for necessário. Se a Anvisa atrasar, nós vamos ao STF para poder vacinar a população”.

O posicionamento do petista acontece após o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) informar que vai entrar com uma liminar no STF exigindo a aquisição e fornecimento de vacinas, independentemente de registro na Anvisa, desde que os imunizantes estejam devidamente registrados por órgãos de regulação internacionais reconhecidos.

Em uma postagem numa rede social, Rui Costa declarou também que o estado vai adiantar a aquisição de 19,8 milhões de seringas e agulhas para vacinar a popula-



O governador também cobrou celeridade do governo federal

ção baiana, com investimento da ordem de R\$ 5,5 milhões. O governador também cobrou celeridade do governo federal na certificação de um imunizante.

“Estamos comprando, nesta quarta [ontem], 19,8 milhões de seringas e agulhas

O governador também cobrou celeridade do governo federal na certificação de um imunizante

para vacinar baianas e baianos contra o novo coronavírus. Isso faz parte do nosso planejamento para a vacinação em massa na Bahia, mas precisamos que o governo federal seja ágil na certificação de uma das vacinas já existentes contra a Covid-19, para que assim possamos dar início a esta nova etapa de enfrentamento da pandemia no Brasil”, escreveu Rui.

O entendimento é que o governo de Jair Bolsonaro (sem partido) tem sido “omisso” e “leniente” em fornecer um plano nacional de imunização e garantir o efetivo acesso da população para a vacina.

Pressão

Sob pressão, o ministro da

Saúde, Eduardo Pazuello, voltou atrás e anunciou ontem que a vacinação pode ocorrer ainda este mês ou no início de janeiro. A decisão da aplicação do imunizante neste período, de acordo com Pazuello, depende de uma autorização emergencial da Anvisa.

O ministro ressaltou que seria necessário que a Pfizer, farmacêutica que produz a vacina de preferência do governo, acelerasse a entrega de doses do imunobiológico à Anvisa. Pazuello explicou que seria uma vacinação de caráter emergencial e voltada a grupos de risco.

“Se a Pfizer conseguir a autorização emergencial e a Pfizer nos adiantar alguma entrega, isso (o início da va-

vacinação) pode acontecer no final de dezembro ou em janeiro. Isso em quantidades pequenas, de uso emergencial”, afirmou Pazuello em entrevista à CNN Brasil. “Isso pode acontecer com a Pfizer, com o Butantan (referindo-se à vacina CoronaVac), com AstraZeneca (referindo-se à vacina de Oxford), mas é foro íntimo da campanha de vacinação”.

Comemoração

O presidente Jair Bolsonaro fez um balanço da gestão federal em relação às ações governamentais de combate ao coronavírus ontem. O mandatário se disse satisfeito com sua equipe ministerial, que “se compor-

tou muito bem” diante da pandemia. O comentário foi feito durante almoço de confraternização das Forças Armadas.

“O Brasil olha para nós. Tem um presidente e um vice-presidente que são militares. Buscam com lupa possíveis defeitos. Buscam de todas as maneiras até mesmo desacreditar. E passamos neste ano um momento difícil com a pandemia. Juntamente com os nossos colegas, ministros civis, nos comportamos muito bem. Não só na questão da economia, bem como na busca de diminuir o sofrimento de nossos irmãos”, afirmou Bolsonaro.

O Brasil registrou, até o momento, 178 mil óbitos.

LAURO DE FREITAS

Prefeitura cria força-tarefa para combater coronavírus

MARIA PAULA MARQUES*

Dado o crescimento do índice de pessoas infectadas, cidadãos e estabelecimentos comerciais que desrespeitarem as medidas implantadas para conter a disseminação do novo coronavírus começarão a sofrer punição, a partir de hoje, pela prefeitura de Lauro de Freitas, região metropolitana de Salvador. As punições vão de advertência ao pagamento de multas e outras sanções.

As multas podem ser impostas tanto para pessoas físicas quanto jurídicas e variam de R\$ 158 a R\$ 1.078, em caso de reincidência. As receitas geradas pela aplicação da penalidade serão incorporadas ao Fundo Municipal de Saúde. Além disso, infringir regras determinadas pelo poder público na tentativa de frear a propagação do contágio pela Covid-19 constitui crime, prevista a detenção de um mês a um ano.

O decreto que prorroga os protocolos de restrição em combate à Covid-19 valerá até o dia 17 de dezembro. Até lá, está proibida a realização de shows, festas, raves, even-



Raphaël Müller / Ag. A TARDE

Quem desrespeitar medidas estabelecidas para conter o coronavírus será punido

tos esportivos ou quaisquer eventos que provoquem aglomerações e possibilidade de contato, sejam de caráter público ou privado, independentemente do número de participantes.

“Mesmo que em um primeiro momento possa parecer uma atitude autoritária, medidas mais flexíveis já foram tomadas e são frequentemente desrespeitadas. É uma condição de saúde coletiva!”, opinou a estudante Júlia Ferreira, moradora do bairro de Ipitanga.

“Eu moro em região de varejo e, por questões de saúde, preciso me deslocar para o centro da cidade. Tanto em um ponto quanto no outro, é constante presenciar situações de aglomeração e desrespeito às orientações dos profissionais de saúde”, relata a estudante.

Segundo a prefeitura, as ocorrências costumam se concentrar pela parte da noite, quando a farras acontece com mais frequência. Ainda assim, durante o dia, a fiscalização permanecerá ativa

em atenção especialmente ao comércio, como bares, restaurantes e casas lotéricas.

A força-tarefa de fiscalização contará com agentes da prefeitura e da Guarda Municipal e da Polícia Militar. Além disso, se houver necessidade de denúncia, o Centro Integrado de Mobilidade Urbana (Cim) funcionará em plantão pelos telefones 156 e 3369-3710 ou pelo WhatsApp: 98153-4034.

*SOB A SUPERVISÃO DO EDITOR INTERINO RAFAEL TIAGO NUNES

PRECAUÇÃO

Bloqueios começam a ser instalados na Barra

DA REDAÇÃO

A prefeitura de Salvador instalará, a partir de amanhã, dois portais de acesso na praia do Farol da Barra, com ação executada pela Secretaria Municipal de Manutenção (Seman). O intuito da ação é monitorar o fluxo de banhistas no local, para prevenir aglomerações no local, que é um dos mais visitados por soteropolitanos e turistas.

Uma das estruturas ficará ao lado do farol, enquanto a outra ficará próximo ao restaurante Barravento. Os dois outros acessos que existem nesse trecho de orla serão interditados. Equipes da Guarda Civil Municipal (GCM) estarão monitorando as passagens, de forma similar à operação que já vem acontecendo na praia do Porto da Barra.

“As pessoas deverão cumprir os protocolos sanitários para evitar a contaminação da Covid-19. Não será permitido passar pelos portais com sombreros, cadeiras, coolers e equipamentos sonoros. Também iremos cobrar que todos estejam usando máscara e recomendamos que se obedeça a distância mínima de 1,5 m entre cada pessoa na faixa de areia”, explicou o diretor de Segurança

Urbana e Prevenção à Violência, Maurício Lima.

No dia 31 deste mês, a prefeitura interdirá o calçadão e a praia da Barra, visando a formação de aglomerações durante as comemorações de Réveillon.

Funcionamento

Conforme as regras e protocolos de segurança em vigor na capital baiana, as praias da cidade podem ser visitadas, sem restrições de horário, de segunda a sábado, exceto as de São Tomé de Paripe, Tubarão, Ribeira, Amaralina, Porto da Barra e Itapuã, que podem ser frequentadas de terça a sábado. O acesso a todos esses espaços segue proibido aos domingos e feriados.

Uma das estruturas ficará ao lado do farol enquanto a outra ficará próximo ao restaurante Barravento

ECONOMIA

& NEGÓCIOS

EM SÃO PAULO Comércio eletrônico deverá faturar 32% a mais em 2020

atarde.com.br/economia

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoparatde.com.br

A vacina e a economia

O Brasil precisa começar a vacinar sua população imediatamente, não só porque a vida de milhares de pessoas depende disso, mas também porque a economia brasileira não aguenta mais um semestre de isolamento social e medidas de restrição. Por isso, a Anvisa tem de começar a dar autorizações emergenciais para as vacinas, especialmente aquelas que foram aprovadas por agências de outros países, não importa se seja a União ou os estados os responsáveis pela aplicação. Se a vacinação não começar logo, o 1º semestre de 2021 estará perdido sob o ponto de vista econômico, e isso, aliado ao descontrole de vários indicadores, pode derrubar a economia em 2021. Não vamos esquecer que a inflação está voltando e vai superar a meta de 4% prevista para 2020, com a inflação dos alimentos batendo em 12%. E o IGP, que mede a inflação das ma-

térias-primas, vai chegar a 25%. Além disso, para rolar sua dívida pública, que já é de 100% do PIB, o Brasil está pagando juros bem maiores do que a Selic, o que significa que o mercado não crê na capacidade do governo de resolver o problema. Como se não bastasse, o país vai começar o ano atolado na 2ª onda da Covid-19 e sem o auxílio emergencial, que foi o responsável pelo crescimento de 7,7% do PIB no 3º trimestre. Além disso, não terá as linhas especiais de crédito, nem a lei que permitiu a re-

dução de salários e da jornada de trabalho e não haverá espaço fiscal para renovar esses benefícios sem o estouro do teto de gastos. Para completar, o ministro da Fazenda parece desprestigiado, promete muito e não entrega nada, e o presidente da República perdeu seu maior esteio populista, pois a partir de janeiro Donald Trump deixará a Casa Branca e assumirá Joe Biden, cuja vitória, passado mais de um mês, o governo brasileiro ainda não reconheceu. Há, é verdade, sinais positivos no mercado financeiro, com o

crescimento do índice Bovespa e a queda na cotação do dólar, mas esse movimento não sinaliza melhoria nos fundamentos da economia, ele reflete a conjuntura internacional com os países ricos dando início à vacinação e Joe Biden sinalizando que vai reduzir as tensões com a China, estimular a economia e manter os juros baixos. É isso que está trazendo os investidores externos, e em novembro bilhões de dólares entraram na bolsa brasileira, justificando a queda do dólar. Mas se persistir o descontrole na política fiscal e o avanço da inflação, a euforia do mercado financeiro vai virar depressão. Esse cenário já aponta para um 1º semestre muito ruim na saúde e na economia, mas isso pode refluir se a vacina começar a ser aplicada no final de janeiro, trazendo com ela a esperança de que aos poucos a situação voltará ao normal.

Os hotéis na pandemia

Os hotéis de Salvador voltaram a receber hóspedes, e em novembro a taxa de ocupação média foi de 48%, menor que os 70% do ano passado, mas maior que a taxa verificada nos meses de setembro e outubro, mostrando recuperação no setor. O público que está frequentando os hotéis é em sua maioria de origem local e regional e usa o transporte terrestre para o

deslocamento. São pessoas que estão fugindo do estresse da pandemia, e o maior fluxo se verifica nos finais de semana em hotéis de lazer. O problema é que a 2ª onda da Covid-19 deve frear um pouco essa recuperação, embora as pessoas estejam ganhando confiança, já que os hotéis seguem os protocolos de segurança. As informações são da ABIH-BA.

Imune à pandemia

O agronegócio já representa 25% de tudo o que se produz na Bahia. E no 3º trimestre de 2020 cresceu 5,8% em comparação com o mesmo trimestre de 2019. No mesmo período, a economia baiana registrou queda de 4,1%. É como se não houvesse pandemia no campo. No agronegócio baiano, a agropecuária e os insumos utilizados na produção representam

40% do total; o beneficiamento industrial, 15%; e a parte de comércio e serviços, os outros 45%. Pois bem, todos os segmentos estão crescendo, e no 3º trimestre de 2020 essa cadeia produtiva movimentou R\$ 17 bilhões. No ano, a movimentação é da ordem de R\$ 65 bilhões. É maior que o PIB total de vários estados brasileiros. Os dados são da SEI.

PRIVATIZAÇÃO Ministério da Infraestrutura prevê o valor total de R\$ 16,2 bilhões em investimentos contratados

TCU autoriza leilões de três concessões

AGÊNCIA BRASIL

O Ministério da Infraestrutura prevê em R\$ 16,2 bilhões o total de investimentos contratados a partir dos leilões de três concessões autorizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) à iniciativa privada. Serão leiloados trechos das rodovias BR-153, entre Palmas (TO) e Anápolis (GO), e da BR-163, entre os municípios de Sinop (MT) e Miritituba (PA).

Com a aprovação, a próxima etapa é a publicação dos editais de leilões, previstos para o primeiro semestre de 2021. Um dos leilões abrange o principal corredor logístico do Meio-Norte com o Centro-Sul.

Segundo a pasta, o trecho da BR-163/230 a ser concedido é estratégico por ligar Sinop (MT) aos portos de Miritituba, no município de Itaituba (PA), "onde a maior parte da safra de grãos do norte do Mato Grosso é escoada por meio da hidrovía do rio Tapajós até os portos marítimos de Santa-

rém (PA) e Santana (AP)".

A previsão para esse empreendimento é de quase R\$ 3 bilhões em investimentos, sendo R\$ 1,89 bilhão em investimento privado e mais R\$ 1,02 bilhão em custos e despesas operacionais. "Serão implementados 35 km de faixa adicional, 30 km de vias marginais, 173 km de alargamento e 187 acessos", informou o ministério.

O outro trecho de rodovias que teve a concessão autorizada, a BR-153/080/414, que liga Anápolis (GO) a Aliança do Tocantins (TO), é considerado "o principal corredor de integração do Meio-Norte com o Centro-Sul do país".

"Ela será a primeira rodovia concedida pelo governo federal no modelo híbrido, ou seja, que tem como principal critério para o leilão a combinação entre o menor valor de tarifa e maior valor de outorga fixa. Estão previstos R\$ 7,8 bilhões de investimentos", diz nota do ministério.

O aval do TCU foi dado também para a implementação



Aeroporto de Joinville (SC) fará parte da 6ª rodada de concessões com o aval do TCU

da 6ª rodada de concessões de aeroportos, a serem divididos em três blocos, abrangendo 22 ativos. São eles o bloco sul, que inclui Curitiba, Foz do Iguaçu (PR), Navegantes (SC), Londrina (PR), Joinville (SC), Bacacheri (PR), Pelotas (RS), Uruguaiana (RS) e Bagé (RS); e o bloco norte, abrangendo Manaus, Porto Velho, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tabatinga (AM), Tefé (AM) e Boa Vista; e bloco central que inclui Goiânia, São Luís, Teresina, Palmas, Petrolina (PE) e Imperatriz (MA).

"A grande inovação desta rodada é a cláusula que permite que a proponente, individual ou representada por consórcio, possa contratar pessoa jurídica que detenha a qualificação técnica exigida na operação aeroportuária, aumentando o número de participantes e gerando maior competição. Caso a proponente opte por formação de consórcio, um dos membros deve ser operador aeroportuário com participação mínima de 15%", detalha a nota do ministério.

DE HOTÉIS

Reservas para Réveillon no Rio chegam a 58% dos quartos

AGÊNCIA BRASIL

Pesquisa divulgada pelo Sindicato dos Meios de Hospedagens do Município do Rio de Janeiro (Hotéis Rio) revela que, até o momento, cerca de 58% dos quartos de hotéis da cidade já estão reservados para o Réveillon 2020/2021. Essa é a segunda prévia de ocupação hoteleira para a data.

A estimativa é dez pontos percentuais abaixo da registrado no mesmo período do ano passado (68%). Mas, apesar disso, o índice é considerado positivo pelo Hotéis Rio, dentro do cenário de pandemia do novo coronavírus, que resultou no can-

celamento da tradicional festa da virada do ano na praia de Copacabana, zona sul da capital fluminense.

Os bairros mais procurados pelos turistas são o centro da cidade (67%), Copacabana e Leme (63%). Em seguida, aparecem Flamengo (61%), Recreio dos Bandeirantes (59%), Barra da Tijuca (52%) e Ipanema/Leblon (51%).

Na avaliação do presidente do Hotéis Rio e conselheiro da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado do Rio de Janeiro (ABIH-RJ), Alfredo Lopes, os números apurados confirmam o otimismo do setor hoteleiro para a festa da vi-

rada. Segundo Lopes, os hotéis estão totalmente preparados e seguem rígidos protocolos de prevenção da Covid-19, preparando festas privativas para oferecer um ambiente festivo e seguro aos turistas que buscam locais para confraternizar em pequenos grupos familiares ou de amigos, depois de um ano difícil.

"A procura aquecida para o interior é um retrato do público deste Réveillon: prioritariamente nacional, proveniente do próprio estado ou de vizinhos próximos, como São Paulo e Minas Gerais, e com perfil familiar", disse Lopes.

PESQUISA

IGP-M sobe 1,28% na primeira prévia de dezembro, diz FGV

AGÊNCIA BRASIL

O Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) subiu 1,28% nos primeiros dez dias de dezembro, ou primeiro decêndio, de dezembro. O percentual é menor do que o registrado no mesmo período de novembro, quando ficou em 2,67%. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), que divulgou a primeira prévia do indicador ontem, com este resultado, a taxa em 12 meses passou de 23,79% para 23,52%.

Segundo o coordenador da FGV, André Braz, a alta menos intensa no IGP foi fa-

vorecida pela queda das taxas de variação das commodities de maior expressão no Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA). Os destaques foram a soja (de 9,21% para -2,60%) e o minério de ferro (de -2,80% para -3,65%).

Produtor Amplo

Também nos primeiros dez dias de dezembro, o IPA teve alta de 1,39%. No mesmo período do mês de novembro, o índice teve elevação de 3,48%. De acordo com a pesquisa, na análise por estágios de processamento, os preços dos bens finais subiram 2,28% em dezembro. No mês anterior tinha su-

vido 2,17%. A variação do subgrupo combustíveis para o consumo foi a principal influência para este movimento, ao sair da queda de 0,27% para a alta de 2,47%.

Já o índice correspondente aos bens intermediários caiu de 3,88% no primeiro decêndio de novembro para 2,65% no mesmo período de dezembro. De acordo com o Ibre, o recuo foi influenciado pelo subgrupo materiais e componentes para a manufatura.

O percentual referente às matérias-primas brutas caiu. Passou de 4,19% no primeiro decêndio de novembro para recuo de 0,28% no primeiro decêndio de dezembro.

Anunciada compra de 19,8 milhões de seringas para vacina da covid-19

IMUNIZAÇÃO A Bahia anunciou a compra de 19,8 milhões de seringas e agulhas para garantir a vacinação da população contra o coronavírus, quando houver um imunizante disponível. A informação foi divulgada ontem pelo governador Rui Costa, em suas redes sociais.

Segundo ele, a compra faz parte do planejamento para garantir a vacinação em massa no estado. “A entrega das seringas e agulhas adquiridas será imediata, e estamos investindo R\$ 5,5 milhões neste processo”, explicou o governador.

No anúncio, Rui cobrou celeridade do governo federal no plano de vacinação. “Precisamos que o governo federal seja ágil na certifica-

ção de uma das vacinas já existentes contra a covid-19”, escreveu.

Anteontem, Rui se reuniu com o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e gestores de outros estados. A principal reivindicação dos governadores é que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprove e registre

“A entrega das seringas e agulhas adquiridas será imediata, e estamos investindo R\$ 5,5 milhões neste processo Rui Costa

Governador da Bahia

as vacinas com a maior rapidez possível.

Em nota, o governo do estado relata que o ministro confirmou, na reunião, que o Brasil fará a aquisição das vacinas à medida que elas forem aprovadas e registradas pela Anvisa. “Nosso principal pleito é que esse registro seja feito com celeridade, assim que os laboratórios solicitarem, já que o Brasil, assim como outras nações, deve utilizar mais de uma vacina para imunizar a população. A Pfizer, por exemplo, acenou com a disponibilização de 70 milhões de doses para o Brasil, em um primeiro momento, sendo que cada indivíduo precisa de duas doses, e essa quantidade não cobre todos os brasileiros”, explicou Rui.

Depois de dizer que, na melhor das hipóteses, a aprovação de uma vacina pela Anvisa seria no final de fevereiro, o ministro Pazuello falou ontem que é possível começar a aplicar as primeiras doses da vacina contra a covid-19 oferecidas pelo governo federal em dezembro ou janeiro, em caráter restrito.

Copom mantém taxa Selic em 2% apesar da inflação

INCENTIVO Em meio ao aumento da inflação de alimentos que começa a estender-se para outros setores, o Banco Central (BC) não mexeu nos juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 2% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Em comunicado, o Copom reiterou que o efeito dos preços dos alimentos é temporário, mas ressaltou que a inflação deverá continuar elevada nos próximos meses.

"Apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue monitorando sua evolução com atenção, em particular as medidas de inflação subjacente", destacou o texto da entidade.

O Copom estimou que a inflação oficial fechará 2020 em 4,3%, caindo para 3,4% em 2021 e 2022. Esse cenário pressupõe dólar partindo de R\$ 5,25 e evoluindo segundo o poder de compra internacional, além de juros básicos de 2% ao ano ao fim de 2020, 3% ao ano no decorrer de 2021 e 4,5% ao ano em 2022.

Com a decisão de ontem, a Selic está no menor nível desde o início da série histórica do BC, em 1986. Em julho de 2015, a taxa chegou a 14,25% ao ano. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018. Em julho de 2019, a Selic voltou a ser reduzida até alcançar 2% ao

ano, em agosto deste ano.

A manutenção da taxa Selic em 2% ao ano representa uma decisão acertada que ajuda na recuperação da economia. A avaliação é da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que defendeu a manutenção dos juros no menor nível da história no início de 2021.

Em nota, a entidade destacou que a redução dos juros posta em prática no Brasil e no mundo em 2020 teve como objetivo controlar o endividamento e baratear o crédito para as empresas diante do impacto da pandemia sobre a atividade econômica. A entidade defendeu avanços na reforma administrativa e a preservação do teto de gastos para que os juros continuem baixos no decorrer do ano que vem.

A CNI avalia que a manutenção da Selic não prejudicará o controle da inflação. A entidade resalta que, apesar do choque nos preços dos alimentos, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deve encerrar 2020 dentro do intervalo de metas para a inflação.

Uma vez que o Copom considera as perspectivas para a política fiscal, a manutenção do teto dos gastos e o avanço nas discussões da reforma administrativa são imprescindíveis para permitir a manutenção dos juros baixos por um período mais prolongado de tempo
Robson Braga de Andrade

Presidente da CNI

Produção industrial baiana tem queda de 0,1%

DADOS DE OUTUBRO A produção industrial baiana registrou uma queda de -0,1% em outubro, comparado ao mês de setembro, ficando com um resultado pior que a média nacional. As informações foram divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ainda segundo o levantamento do órgão estatístico, o resultado negativo ficou abaixo do desempenho nacional (-1,1%). O estado também teve a quarta maior queda em comparação a outubro de 2019, ficando à frente apenas de Espírito Santo (-7,6%), Goiás (-9,6%) e Mato Grosso (-11,7%).

32,4

pontos percentuais foi o recuo no setor de fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias na Bahia

6,9%

foi a queda na fabricação de coque

A produção industrial baiana seguiu em queda (-6,5%) pelo sétimo mês consecutivo (desde abril), ainda conforme os dados do IBGE divulgados ontem. O ritmo da queda voltou a se intensificar, já que em setembro, o resultado da comparação havia sido de -1,4%.

De janeiro a outubro deste ano, a produção industrial da Bahia acumulou uma perda de -6,9%, em relação ao mesmo período de 2019. O resultado é um pouco pior que aquele registrado no Brasil (-6,3%), de acordo com o levantamento.

Os dados do IBGE indicam que o setor fabril baiano ainda não se recuperou das perdas registradas desde o início da pandemia, em março deste ano, mantendo uma queda acumulada na produ-

ção de -7,6% entre os meses de março e outubro.

Dos 15 estados analisados pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM - PF) Regional do IBGE, 8 apresentaram crescimento na passagem de setembro para outubro. Os melhores desempenhos ocorreram nos estados do Paraná (3,4%), Pernambuco (2,9%) e Santa Catarina (2,8%). Já o Rio de Janeiro (-3,9%), Goiás (-3,2%), Pará (-1,8%) e Espírito Santo (-1,8%) tiveram as maiores quedas no período.

Nos dados por setor, a indústria extrativa baiana teve queda de -10,1%, o quarto recuo consecutivo. Já a indústria de transformação recuou -6,3%, a sétima queda seguida. Outros cinco setores da indústria de transformação também caíram.

Oi chega a 2 mi de clientes de internet por fibra ótica no Brasil

TECNOLOGIA A Oi atingiu dois milhões de clientes de internet de alta velocidade. O resultado, divulgado ontem pela companhia, foi alcançado oito meses depois de a empresa ter registrado, em abril deste ano, o primeiro milhão de clientes do serviço Oi Fibra, com um volume de aquisições sem comparação no mercado de internet de altíssima veloci-

dade no Brasil.

A Oi divulgou ainda que manterá o alto investimento em fibra e pretende manter a expansão do serviço em 2021. O planejamento ao longo do

A base de clientes da Oi Fibra cresceu 200% ao longo do ano de 2020, disse a empresa

próximo ano é lançar a Oi Fibra em 94 novas cidades distribuídas em todas as regiões do país; e ampliar o atual número de 134 municípios atendidos com Fiber To The Home (FTTH) para 228 municípios, até o fim de 2021. A Oi planeja elevar o número de residências e empresas aptas a contratar sua fibra ótica, dos 8,7 milhões atuais para 14,5 milhões.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O general está errando na estratégia de guerra e falhando na execução de sua missão. Ao ministro general Eduardo Pazuello foi entregue a tarefa de proteger a saúde dos brasileiros em plena pandemia. Isso é uma guerra. O inimigo é altamente letal, já foram 179 mil os brasileiros mortos. Pazuello deveria usar toda a munição e todas as armas disponíveis, mas escolheu apenas algumas. Ele nos desarma diante de inimigo perigoso ao desprezar a vacina do Instituto Butantan e demonstra ter dúvidas se haverá demanda por proteção entre as potenciais vítimas do coronavírus.

Ontem Pazuello tentou contestar o que havia dito na véspera, mas os últimos dias foram esclarecedores para quem tinha alguma dúvida de que o governo escolheu mal o general desta guerra. E escolheu mal porque o próprio presidente demonstra não se importar com os efeitos da pandemia, desde o começo.

Na reunião com os governadores na terça-feira ficaram claros os erros de estratégia, de avaliação, de planejamento e de logística do ministro da Saúde. Diante de um inimigo perigoso e desconhecido, um bom comandante não faz o que ele fez. Até

agora ele escolheu uma única vacina, a Oxford AstraZeneca, e admitiu comprar a da Pfizer. Só que ele mesmo disse que as quantidades de vacinas que os laboratórios podem oferecer são "pífias". Nesse contexto de escassez de oferta, fica ainda mais difícil entender por que ele desfez o acordo que havia firmado em outubro com a vacina Coronavac. Na briga com o governador de São Paulo, João Dória, Pazuello disse que o Instituto Butantan não é de São Paulo, e sim brasileiro. A verdade é que ele é administrativamente paulista porque há um século foi fundado pelo governo de São Paulo. Ao mesmo tempo, é de todo o país pela confiança que a população brasileira tem no nosso maior fabricante de vaci-

nas. Mas, diante da afirmação de Pazuello, ficou mais claro que o governador João Dória fez a pergunta certa. Por que discriminar a vacina na qual trabalha o Instituto Butantan?

Todo general sabe, por dever de ofício e longo treinamento, que é preciso, numa guerra, manter a união. Pazuello até falou que não devemos nos dividir. Perfeito. Mas quem tem dividido o país desde o começo é o presidente. Ou é preciso lembrar as vezes em que ele atacou governadores? A demora de tomada de decisão do governo federal está provocando essa divisão, com cidades e estados indo procurar diretamente a forma de proteger sua população. O prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, procurou o governo de

São Paulo. Vários governos estaduais, também. O governador Flávio Dino foi ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Se o ministro tivesse desde o começo assumido o papel de liderança que o governo federal sempre teve em programas de imunização, se mantivesse diálogo contínuo com os governadores, se tivesse mostrado senso de urgência e discernimento, não precisaria pedir por unidade. Ela aconteceria naturalmente e sob o comando do Ministério da Saúde. Quando os governadores pedem uma reunião com o ministro para discutir o programa nacional contra o coronavírus é a prova de falha da liderança. O ministro já deveria ter transformado esses encontros em rotina, deveria ter apresentado seu programa, de-

veria ter adotado a estratégia comum em todos os países de apostar em várias vacinas viáveis. Ou seja, seu dever no cumprimento da missão era usar a melhor estratégia da guerra, manter todos unidos contra o inimigo comum e usar todas as armas e munições.

A referência bélica é em sentido figurado. Armas e munições são as vacinas que nos garantirão a vida e o funcionamento normal da economia. Não apenas o imunizante, mas as seringas, agulhas, cronograma, planejamento, capacidade de estocagem e de transporte. A logística da imunização, enfim. Mas a prioridade de Bolsonaro é literal. Ontem o governo levou a zero as alíquotas de importação de revólveres e pistolas.

O governo atende ao desejo dos clubes de tiros, mas o general da Saúde tem dúvida se há interesse da população em se defender do vírus. "Se houver demanda", disse e repetiu Pazuello. Ele assim o fez para mais uma vez demonstrar que segue na tropa do presidente da República que sempre negou a gravidade da pandemia e a necessidade de proteção contra o inimigo. O general está perdido no tiroteio.

*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Tribuna

Governo investe mais de R\$ 5 mi na aquisição de insumos para a vacina

YURI ABREU
REPORTER

O Governo da Bahia vai investir R\$ 5,5 milhões na compra de insumos para contribuir na vacinação contra a covid-19. O anúncio foi feito pelo governador, Rui Costa, na manhã de ontem, durante a entrega de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), no município de Candeias, Região Metropolitana de Salvador (RMS). A comunicação também foi publicada em uma rede social.

Ao todo, estão sendo adquiridos 19,8 milhões de seringas e agulhas para vacinar a população do estado contra o novo coronavírus. "Isso faz parte do nosso planejamento para a vacinação em massa na Bahia, mas precisamos que o Governo Federal seja ágil na certificação de uma das vacinas já existentes contra

a Covid-19, para que assim possamos dar início a esta nova etapa de enfrentamento da pandemia no Brasil", disse.

Segundo Rui, a entrega das seringas e agulhas adquiridas pelo Governo do Estado será imediata. "Anunciei a compra destes kits em agenda na cidade de Candeias, onde entregamos uma nova Unidade Básica de Saúde. O nosso trabalho para garantir mais saúde em todo o estado não para. Tem que ter correria, responsabilidade e compromisso com o povo", ressaltou o gestor estadual.

Ainda durante a inauguração, ele afirmou que pode entrar com uma ação no Judiciário para garantir a liberação ágil da vacina. Segundo Rui, o Estado não pode marcar vacinação sem aprovação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). No entanto, o governador salientou que se alguma

organização internacional validar, o órgão de vigilância sanitária pode acelerar as etapas de liberação.

"Assim que ela (a vacina) for aprovada, regulamentada por qualquer órgão de expressão mundial, no nosso entender, a Anvisa não precisa repetir todos os protocolos e poderia aderir a esta aprovação. Nós acompanharemos dia após dia. Assim que qualquer vacina for aprovada internacionalmente por qualquer organismo, nós vamos atuar conforme for necessário. Se a Anvisa atrasar, nós vamos ao STF para poder vacinar a população", avisou o governador do Estado.

Também ontem, mas na parte da tarde, Rui teve uma reunião com membros da embaixada da Rússia para tratar do acordo para aquisição das vacinas contra a covid-19 produzidas pelo país europeu. De acordo com ele, as conversas com



Foto: Secom

Rui Costa fez o anúncio durante entrega da unidade de saúde em Candeias

os possíveis fornecedores das vacinas continuam.

Já sobre a reunião realizada com o ministro da saúde, Eduardo Pazuello, na última terça-feira, o governador baiano disse que propôs encontros semanais para que o processo de aquisição de oferta das vacinas seja feito de forma transparente e alinhado.

ENTREGA

Ainda na quarta-feira, o governador entregou uma Unidade Básica de Saúde (UBS), no município de Candeias, Região Metropolitana de Salvador (RMS), cujo in-

vestimento total foi de R\$ 2,5 milhões. O espaço está localizado no bairro Ouro Negro e oferece atendimento médico e odontológico, me-

dicamentos, vacinas e exame de raio-x. Rui afirmou que a UBS faz parte do programa de reforço à atenção básica na região.

Ato contra medidas da Prefeitura

Donos e funcionários de bares e restaurantes do Rio Vermelho e em Itapuã se manifestaram contra as novas medidas restritivas impostas pelo prefeito ACM Neto após aglomerações registradas nos locais.

Válidas pelos próximos 15 dias, as medidas impedem os empreendimentos de

se manterem abertos a partir das 17h nas sextas, sábados e domingos. Em contato com o Portal Bahia Econômica, a proprietária do restaurante Casa de Tereza, no Rio Vermelho, afirmou que o problema "não está em nossas casas, já que respeitamos todos os protocolos para nos mantermos abertos".

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data 10/12/2019	Página: 05

Tribuna

Governo federal zera alíquota de importação de revólveres e pistolas

FELIPE NÉRI, G1

O governo federal decidiu zerar a alíquota de importação de revólveres e pistolas, que atualmente é de 20% do valor do produto. A mudança passa a valer a partir de janeiro de 2021.

A resolução da Câmara de Comércio Exterior que contém a medida foi publicada no "Diário Oficial da União" (DOU) desta quarta-feira (9), um dia após deliberação na 11ª reunião extraordinária do colegiado. A isenção da alíquota não se aplica a alguns tipos de armas, como as que são carregadas exclusivamente pela boca, pistolas lança-foguetes, revólveres para tiros de festim e armas de ar comprimido ou de gás. Ao zerar a taxa de importação, o Brasil incluiu revólveres e pistolas numa lista de exceção para produtos com tarifas diferentes daquelas praticadas pelos outros países do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai). O Mercosul adota uma Tarifa Externa Comum (TEC) para uma série de bens, mas existe a possibilidade de um país membro ter uma lista de exceção, com valores dife-

rentes.

Desde o início de seu mandato, em 2019, o presidente Jair Bolsonaro tomou medidas para flexibilizar a posse e o porte de armas pela população, conforme havia prometido em sua campanha à presidência da República, em 2018. Em agosto, a Polícia Federal formalizou a autorização para que o cidadão possa comprar até quatro armas.

A autorização para aquisição de até quatro armas estava prevista em decreto do governo publicado em 2019, mas faltava a formalização por meio de instrução normativa que definisse as regras. Cabe à PF expedir o registro de arma de fogo.

Portarias do Exército

Em abril, o presidente Jair Bolsonaro revogou três portarias sobre rastreamento, identificação e marcação de armas e munição. Uma das portarias criava o Sistema Nacional de Rastreamento de Produtos Controlados pelo Exército, que, além de armas e munição, também faria um controle maior de explosivos, como os comumente usados em explosões de caixas eletrônicas.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data 10/12/2019	Página: 05

Tribuna

Reeleição de Bolsonaro está ameaçada pela alta da inflação

VICENTE NUNES - CORREIO
BRAZILIENSE

O Palácio do Planalto acendeu o sinal de alerta com a disparada da inflação. O temor no entorno do presidente Jair Bolsonaro é de que a carestia, que não dá trégua — os alimentos subiram quase 16% em 12 meses —, acelere o processo de queda da popularidade do governo. Pesquisas internas feitas pela equipe que assessora o presidente mostram um enorme descontentamento da população com o forte aumento do custo de vida.

As queixas dos pesquisados é de que muitos estão sendo obrigados a tirar itens essenciais dos carrinhos de supermercado. A quantidade de arroz comprada no mês caiu pela metade. Também foi reduzida a quantidade de feijão, carnes e óleo de soja. “As reclamações são gerais. Há um desconforto crescente em relação ao governo”, admite um integrante do Planalto. “As pessoas estão se sentindo desprotegidas, sobretudo, as mais

pobres, que, agora, ficarão sem o auxílio emergencial, que acaba neste mês”, acrescenta.

Risco à reeleição

A expectativa do Planalto é de que se cumpram as promessas do ministro da Economia, Paulo Guedes, e do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, que têm assegurado que a disparada da inflação é temporária. “O problema é que esse temporário está durando demais”, diz outro integrante do Planalto. “De início, a explicação foi a de que era uma inflação dos alimentos, que passaria logo. Contudo, estamos vendo reajustes disseminados de preços”, enfatiza.

Bolsonaro tem cobrado, sistematicamente, da equipe econômica justificativas para altas generalizadas de preços. Sua preocupação ficou estampada depois do anúncio, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de que as contas de luz ficarão mais caras a partir deste mês. Ele pediu às pessoas que economizassem no consumo de eletricidade.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 10/12/20	



JORNAL A TARDE – ARMANDO AVENA: A VACINA E A ECONOMIA



admin 10 Dezembro, 2020

O Brasil precisa começar a vacinar sua população imediatamente, não só porque a vida de milhares de pessoas depende disso, mas também porque a economia brasileira não aguenta mais um semestre de isolamento social e medidas de restrição. Por isso, a Anvisa tem de começar a dar autorizações emergenciais para as vacinas, especialmente aquelas que foram aprovadas por agências de outros países, não importa se seja a União ou os estados os responsáveis pela aplicação.

Se a vacinação não começar logo, o 1º semestre de 2021 estará perdido sob o ponto de vista econômico e isso, aliado ao descontrole de vários indicadores, pode derrubar a economia em 2021. Não vamos esquecer que a inflação está voltando e vai superar a meta de 4% prevista para 2020, com a inflação dos alimentos batendo em 12%. E o IGPM, que mede a inflação das matérias-primas, vai chegar a 25%.

Além disso, para rolar sua dívida pública, que já é de 100% do PIB, o Brasil está pagando juros bem maiores do que a Selic, o que significa que o mercado não crê na capacidade do governo de resolver o problema. Como se não bastasse, o país vai começar o ano atolado na 2ª onda da Covid-19 e sem o auxílio emergencial, que foi o responsável pelo crescimento de 7,7% do PIB no 3º trimestre. Além disso, não terá as linhas especiais de crédito, nem a lei que permitiu a redução de salários e da jornada de trabalho e não haverá espaço fiscal para renovar esse benefícios sem o estouro do teto de gastos.

Para completar, o Ministro da Fazenda parece desprestigiado, promete muito e não entrega nada, e o Presidente da República perdeu seu maior esteio populista, pois a partir de janeiro Donald Trump deixará a Casa Branca e assumirá Joe Biden, cuja vitória, passado mais de um mês, o governo brasileiro ainda não reconheceu. Há, é verdade, sinais positivos no mercado financeiro, com o crescimento do índice Bovespa e a queda na cotação do dólar, mas esse movimento não sinaliza melhoria nos fundamentos da economia, ele reflete a conjuntura internacional com os países ricos dando início a vacinação e Joe Biden sinalizando que vai reduzir as tensões com a China, estimular a economia e manter os juros baixos.

É isso que está trazendo os investidores externos e em novembro bilhões de dólares entraram na bolsa brasileira, justificando a queda do dólar. Mas se persistir o descontrole na política fiscal e o avanço da inflação, a euforia do mercado financeiro vai virar depressão. Esse cenário já aponta para um 1º semestre muito ruim na saúde e na economia, mas isso pode refluir se a vacina começar a ser aplicada no final de janeiro, trazendo com ela a esperança de que aos poucos a situação voltará ao normal.

OS HOTÉIS NA PANDEMIA

Os hotéis de Salvador voltaram a receber hóspedes e em novembro a taxa de ocupação média foi de 48%, menor que os 70% do ano passado, mas maior que a taxa verificada nos meses de setembro e outubro, mostrando recuperação no setor. O público que está frequentando os hotéis são em sua maioria de origem local e regional e usam o transporte terrestre para o deslocamento. São pessoas que estão fugindo do stress da pandemia e o maior fluxo se verifica nos finais de semana em hotéis de lazer. O problema é que a 2ª onda da Covid-19 deve frear um pouco essa recuperação, embora as pessoas estejam ganhando confiança já que os hotéis seguem os protocolos de segurança. As informações são da ABIH-BA.

IMUNE A PANDEMIA

O agronegócio já representa 25% de tudo o que se produz na Bahia. E no 3º trimestre de 2020 cresceu 5,8% em comparação com o mesmo trimestre de 2019. No mesmo período, a economia baiana registrou queda de 4,1%. É como se não houvesse pandemia no campo. No agronegócio baiano a agropecuária e os insumos utilizados na produção representam 40% do total, o beneficiamento industrial 15% e a parte de comércio e serviços os outros 45%. Pois bem, todos os segmentos estão crescendo e no 3º trimestre de 2020 essa cadeia produtiva movimentou R\$ 17 bilhões. No ano, a movimentação é da ordem de R\$ 65 bilhões. É maior que o PIB total de vários estados brasileiros. Os dados são da SEI.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 09/12/20	



GUEDES DIZ QUE GOVERNO VAI PROPOR CORTE EM INCENTIVOS FISCAIS AINDA NESTE ANO

admin 9 Dezembro, 2020

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quarta-feira que o governo proporá, até o fim do ano, uma revisão nos benefícios tributários. Guedes não deu detalhes sobre quando o plano será apresentado. “Acho que antes do fim do ano, vamos dar um forte sinal de que estamos promovendo o ajuste fiscal. Depois de reduzirmos os gastos com seguridade social, juros e pessoal, vamos enviar um forte sinal de reduzir subsídios e gastos tributários”, disse o ministro, em inglês, durante evento virtual com investidores internacionais.

Só no ano que vem, a renúncia de impostos federais custará aos cofres públicos R\$ 307 bilhões, equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB). A redução desses incentivos é uma promessa da equipe econômica desde o início do governo, em 2019. O maior incentivo fiscal no país é o Simples Nacional, regime que permite que micro e pequenas empresas recolham impostos de forma simplificada. O programa responde por 24,13% da renúncia fiscal prevista para 2021, segundo a projeção oficial mais recente. O custo chega a R\$ 74,3 bilhões.

Em seguida, estão as isenções do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que somam 10,89% do impacto fiscal. O custo com isenções para entidades sem fins lucrativos representam 9,5%. A Zona Franca de Manaus é responsável ainda por 7,87% do gasto total. Cortar benefícios fiscais não é tarefa fácil. Segundo fontes próximas a Guedes, o Simples deve ser poupado. Também é improvável que o governo revise os incentivos à Zona Franca, previstos na Constituição. A revisão das regras de entidades sem fins lucrativos, o que inclui igrejas, é outro tema sensível.

De acordo com um interlocutor de Guedes, um dos alvos da equipe econômica é a isenção de Imposto de Renda que beneficia alguns tipos de investimentos, como títulos de crédito do setor imobiliário e do agronegócio (LCI, LCA, CRI e CRA). Essas isenções custarão R\$ 1,2 bilhão em 2021. O Ministério da Economia foi questionado sobre a declaração do ministro, mas não retornou aos pedidos de comentário até o fim da manhã desta quarta-feira.

Cortar benefícios pode resultar no aumento das receitas da União, mas não resultaria em corte de despesas. Portanto, a medida não ajuda a diminuir a pressão sobre o teto de gastos — regra fiscal que limita o espaço para despesas públicas —, mas evitaria um aumento do

endividamento. O envio ao Congresso de um plano de redução de subsídios faz parte do relatório da proposta de emenda à Constituição (PEC) emergencial, que deve ser apresentado nos próximos dias pelo senador Márcio Bittar (MDB-AC). O texto obriga o governo a enviar um plano para cortar gastos tributários em 10% por ano, de forma que essa renúncia fique em 2% do PIB em até cinco anos.

No evento virtual, Guedes defendeu a agenda de ajuste fiscal e o teto de gastos, após uma versão preliminar no relatório da PEC divulgada extraoficialmente por Bittar a líderes do Congresso prever uma manobra que flexibilizaria por um ano a trava nas despesas. O trecho que permitia isso foi retirado da proposta. Segundo o ministro, o presidente Jair Bolsonaro deu um sinal de que o governo não ampliará gastos ao afirmar que o auxílio emergencial será encerrado em 31 de dezembro.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 10/12/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 10 de Dezembro de 2020 - 00:00

Sem auxílio emergencial, projeção para a Bahia é de 'caos social', diz especialista

por Mari Leal

Na Bahia, em 56,6% das residências, pelo menos uma pessoa recebe o auxílio emergencial criado pelo governo federal para amparar trabalhadores informais e a população de baixa renda durante a pandemia. A estimativa equivale a 2,7 milhões de residências em todo o estado, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados representam a realidade do mês de outubro, e coloca a Bahia em nono lugar quanto ao percentual de atendidos e o terceiro em números absolutos de domicílios atendidos.

Com valor atual de R\$ 300, a última parcela prevista de pagamento do auxílio é no mês de dezembro. A sinalização do governo federal e da equipe econômica é de que o benefício deverá ser finalizado, sem, até o momento, proposta concreta de prorrogação, mesmo com o atual cenário de avanço da Covid-19 nos estados. A decisão do governo, no entanto, abre uma lacuna no que se refere ao futuro econômico e social no país.

Na Bahia, por exemplo, de acordo com Urandi Paiva, coordenador de Estatística da Superintendência de estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), sem o auxílio, a previsão é de aprofundamento dos indicadores negativos, passível a um estado de "caos social", alimentado, principalmente, pela permanência da circulação do próprio coronavírus, atravessado pela miserabilidade.

"Os grandes impactos são nos campos social e econômico na Bahia. Do ponto de vista social, o aumento de níveis de pobreza. Esse é o primeiro ponto. É um contingente muito grande de pessoas que, de uma hora para outra, podem passar a ter renda zero e podem ser jogadas na pobreza", diz. Aponta ainda o risco de que se estabeleçam cenários piores ao já visto na pré-pandemia. "Pode voltar e em situação até pior".

À análise, Urandi ainda acrescenta uma projeção de impacto do fim da vigência da Medida Provisória 936, também editada pelo governo federal, a qual institui a suspensão de contrato e a redução de jornada. Nesta modalidade, para garantir a manutenção de empregos, o governo assumiu o pagamento de 70% do salário, enquanto o empregador arca com 30%.

"Nós temos no Brasil 13 milhões de pessoas nessa situação, seguradas no emprego por esse programa. Esse programa também acaba em dezembro e os empregos estão sendo colocados em risco, caso nada seja feito. O cenário é até pior porque tivemos muitos postos de trabalho destruídos durante a pandemia e, adicionalmente, uma política pública que segurou uma parcela dessas vagas temporariamente. Quer dizer que essas pessoas estão cobertas até dezembro e após podem estar também jogadas no desemprego e se juntar a uma massa que já é muito grande", avalia.

De acordo com o IBGE, o Brasil possui 14,1 milhões de pessoas desempregadas. Dados do instituto revelam ainda que, atualmente, a Bahia é o estado campeão de desemprego e informalidade no Brasil, com agravamento recente da situação no mês de setembro.

Os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid19 mostram que a taxa de desocupação, que representa o percentual de pessoas que procuram emprego em relação às que estão trabalhando, avançou atingiu 19,6%. Em agosto, o índice era de 18,1%. O número é o mais alto do país. Em setembro, o total de pessoas em busca de emprego no estado saltou de 1,078 milhões para 1, 213 milhões.

Outro dado recente do mesmo instituto de pesquisa revela que a Bahia também lidera o ranking de pessoas abaixo da linha da pobreza, se considerado em números absolutos. Em 2019, 4 em cada 10 moradores da Bahia (40,4% da população) estavam abaixo da linha da pobreza monetária e pouco mais de 1 em cada 10 (12,5%) estava abaixo da linha de extrema pobreza. Os dados são do estudo Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE no início de novembro. A síntese considera informações da série histórica de 2012 a 2019 ([reveja](#)).

“Com tudo isso, vou usar palavras que são fortes, mas são reais. Não só a Bahia, mas também o Nordeste, pode entrar em situação de colapso social, caso não se tenha um programa similar ao auxílio emergencial. Muita gente jogada na pobreza e na extrema pobreza. Uma situação extremamente preocupante para um estado que já tem muita gente nessa linha de pobreza”, enfatiza Urandi.

O especialista acrescenta que ampliar a pobreza e a extrema pobreza impacta negativamente em todas as questões sociais que têm a pobreza e a desassistência como ponto de origem. Elege como exemplo a segurança pública, em sua fase violência e criminalidade. “Pode-se ter um impacto e aumento da violência e da criminalidade. Pode ter impacto em indicadores educacionais e de saúde. Todo esse campo social pode estar comprometido se nada for feito. Vamos entrar em 2021 com dois problemas ainda crônicos. A pobreza e a Covid-19. Tem que fazer política pública para tentar conter o vírus e política pública para acolher as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade”.

O valor médio recebido via auxílio emergencial na Bahia em outubro era R\$ 608, sendo o quarto mais baixo entre os estados. O IBGE aponta, no entanto, que desde julho, tanto a quantidade de domicílios em que alguém recebia o auxílio quanto o valor recebido vêm mostrando tendência de queda, acentuada entre setembro e outubro.

“Nesse intervalo de tempo, o número de residências que recebiam o auxílio caiu 3,9%, de 2,8 milhões (58,8%) para 2,7 milhões (56,5%) - foram menos 111 mil domicílios atendidos. O valor médio era de R\$ 926 em setembro e caiu a R\$ 608 em outubro (-34,3%)”, diz o IBGE.

GOVERNO FEDERAL

Nas últimas semanas, sempre que possível, tanto o presidente Jair Bolsonaro quanto o ministro da Economia, Paulo Guedes, têm reforçado o fim inegociável do auxílio emergencial no mês de dezembro. Vale destacar que, desde o início da pandemia, o Planalto sempre demonstrou resistência a uma política efetiva, tomando por justificativa a situação fiscal do país.

No início de dezembro, Bolsonaro chegou a afirmar que perpetuar benefícios é “o caminho certo para o insucesso” ([reveja](#)). Já o ministro Paulo Guedes, nesta quarta-feira, ao falar a investidores estrangeiros, ratificou que o Brasil “manda um sinal forte de reduzir subsídios”.

“Acho que isso vai acontecer antes do fim do ano. Dois dias atrás, demos outro sinal, de que vamos acabar com o auxílio emergencial no fim deste ano. Estamos dando sinais que estamos removendo gastos extraordinários com a pandemia e, ao mesmo tempo, reduzindo subsídios”, afirmou.

O fim das parcelas do auxílio emergencial coincide com um momento em que o Brasil enfrenta um repique no número de ocorrências da doença em diversos estados e uma série de

discussões se estabelecem em torno da aprovação de vacinas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Governadores pedem celeridade (reveja).

Segundo o painel do Ministério da Saúde, o Brasil já registrou, desde março, mais de 6,67 milhões de casos da Covid-19, 51.088 nas últimas 24h. O total de mortes em decorrência da doença é de 178.159, tendo sido 842 contabilizadas no último período diário.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 09/12/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 09 de Dezembro de 2020 - 21:30

Governo assina PPP para iluminação pública; Feira de Santana será contemplada

O governo federal formalizou as primeiras parcerias público-privadas (PPPs) de iluminação pública do Brasil e Feira de Santana será contemplada. Em cerimônia com o ministro Rogério Marinho, nesta quarta-feira (9), ocorreu a assinatura dos contratos na sede do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em Brasília (DF).

“O pioneirismo desses contratos fala por si só. Estamos inaugurando uma nova página sobre como se faz políticas públicas no Brasil, pois esse modelo dá segurança para os investidores que pensam no médio e longo prazo”, destacou Marinho. “Acredito no que estamos fazendo e esse modelo é irreversível, porque é certo e traz benefícios para a população, para os municípios e para a iniciativa privada”, completou.

Além de Feira, Aracaju (SE) e Franco da Rocha (SP) serão os três primeiros municípios do País a conceder os serviços de iluminação pública. As iniciativas foram estruturadas com base no modelo definido pelo MDR, pela Secretaria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos (SPPI), pela Caixa Econômica Federal e pela International Finance (IFC), do Banco Mundial. Os recursos para os estudos foram disponibilizados pelo Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas (FEP), administrado pela Caixa.

Os três municípios receberão, em 13 anos, até R\$ 571,4 milhões em investimentos nos seus parques de iluminação pública. O deságio médio das ofertas foi de 44,4% e a projeção é de que 1,4 milhão de pessoas sejam beneficiadas nessas localidades.

“Sabemos da dificuldade fiscal que há no País e essas assinaturas são um marco por serem as primeiras estruturadas pelo FEP. E isso mostra que é, sim, possível otimizar os recursos públicos para prestar serviços melhores para a população”, observou a secretária especial da SPPI, Martha Seillier.

A PPP em Feira de Santana será capitaneada pelo consórcio Conecta Feira. As ações preveem que 61 mil postes receberão novas tecnologias, sendo que 23% do total serão geridos por sistemas informatizados. A medida, que receberá ter investimentos de R\$ 256,6 milhões, vai promover melhorias que serão usufruídas por 614,8 mil moradores, além de aumentar a eficiência energética em 53,3%. Também haverá projetos especiais em 29 pontos do município.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
 DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
 SUPERINTENDENTES Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
 CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
 DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benzer (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcara (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Ameaça inflacionária

Aceleração de preços tem motivos temporários, mas demanda cuidados; BC acerta nos juros

Com a alta de 0,89% observada em novembro, a inflação ao consumidor medida pelo IPCA acumulada em 12 meses atingiu 4,31% e superou a meta de 4% fixada para 2020. Trata-se de uma mudança e tanto em relação ao quadro vigente há poucos meses, quando a preocupação dominante do Banco Central era com a recessão e o risco de a alta dos preços ficar muito abaixo de seus objetivos por longo período.

As pressões ainda estão concentradas primordialmente em alimentação — que sobe 15,7% no ano — e parecem decorrer sobretudo de fatores temporários, mas o desconforto cresceu e o risco de repasses mais generalizados persiste.

Um dos principais problemas foi a combinação da alta forte nos preços em dólar das matérias-primas com a desvalorização da moeda nacional, que chegou a casa dos 30% nos piores momentos da crise. A escalada das cotações de grãos e da cadeia de proteínas, em razão da demanda chinesa e do impulso local propiciado pelo auxílio emergencial, acabou sendo transmitida rapidamente para o varejo.

Em alguns indústrias, como petroquímica, siderurgia, cimento e mobiliário, além do impacto de insumos dolarizados, a produção não conseguiu acompanhar o crescimento rápido e surpreendente da demanda. Como muitos desses setores são pouco competitivos, ficou facilitado o repasse de preços aos compradores.

Tais pressões são em grande medida temporárias e devem perder força em 2021. O IPCA acumulada em 12 meses ainda se mantém elevado no primeiro semestre, mas poderá recuar até o final do ano para um patamar em torno da meta do Banco Central para o período, fixada em 3,75%.

Para tanto contribui a ociosidade do mercado de trabalho, que deve manter a inflação de serviços em baixa. O fim do auxílio emergencial e a perspectiva de alguma valorização do real ante ao dólar também podem conter o avanço dos preços dos alimentos e de outros itens que subiram neste ano.

O ambiente internacional de juros baixos e liquidez abundante sugere uma perspectiva favorável para a economia mundial, incluindo países emergentes.

Tudo isso dependerá, porém, de sinais favoráveis do governo na gestão da economia. Se até agora o fenômeno inflacionário pode ser primordialmente caracterizado como efêmero, erros que reforcem novamente a desconfiança em relação ao compromisso com a solidez das contas públicas podem ter consequências mais duradouras.

Até que fiquem claras quais serão as opções do governo, o BC faz bem em aguardar. Foi acertada a decisão do Copom de manter a taxa básica de juros em 2% ao ano, pois no momento há razões que suportam uma melhor perspectiva para a inflação no ano que vem.

A chaga da cracolândia

Arrastão no centro paulistano volta a expor drama que demanda ação policial e assistência social

O medonho arrastão ocorrido na terça-feira (8) na região de São Paulo tristemente conhecida como cracolândia constitui um lembrete amargo da tragédia social que há mais de duas décadas se desenrola no coração da metrópole.

Embora se reconheça a complexidade do problema, nada justifica que seguidos governos municipais e estaduais tenham sido incapazes de conceber um plano integrado e abrangente para enfrentar tamanho descalabro.

No mais das vezes, enxuga-se gelo. Reprimem-se os usuários maltrapilhos, e eles se espalham pelo centro da cidade, voltando algum tempo depois. Prendem-se traficantes, aparecem outros.

Recorde-se, por exemplo, a espetacular ação levada a cabo em 2017, quando o então prefeito João Dória (PSDB) apressou-se em anunciar o fim da cracolândia apenas para ser desmentido pela realidade em questão de semanas.

Não que a polícia deva abster-se de uma atuação firme na região. Mas, em vez de ações brutais de repressão, que antes produzem mais violência que resultados, deve-se priorizar ações de prevenção e inteligência, além de extirpar os eventuais casos de suborno de agentes

públicos para que tolem delírios.

A cracolândia, contudo, transcende a questão da segurança pública. A ação policial é inócua sem o complemento de estratégias de atendimento a uma população extremamente vulnerável.

Nos últimos anos, o péndulo da atuação sanitária vem oscilando entre a redução de danos e a abstinência com internação.

Na primeira baseou-se o programa De Braços Abertos, implantado pelo petista Fernando Haddad (2013-2016). Seus princípios: diminuir o consumo de crack, dar moradia e trabalho aos usuários e atraí-los para tratamento voluntário.

No início da gestão Dória na prefeitura, o programa deu lugar ao Redenção, que privilegiou a abstinência com preconização da assistência social e médica. Já com Bruno Covas (PSDB), a redução de danos voltou a constar, ao menos no papel, no câmpio de terapias oferecidas pelo poder público.

Como demonstra a experiência internacional, aliar as duas abordagens de tratamento parece ser o caminho mais promissor, o qual deve necessariamente ser complementado com uma ação policial ao mesmo tempo efetiva contra o tráfico e respeitosa com os usuários.



Os assassinos entre nós

Gabriela Prioli

SÃO PAULO Completamos mil dias sem saber quem mandou matar Marielle e Anderson. Nesta semana, também tivemos a notícia das mortes de Emily e Rebecca, que brincavam na porta de casa, e de Brincado, ao tentar impedir um roubo. Nos casos de grande visibilidade, quando temos resposta, ela raramente é suficiente. No geral, permanecemos sem resposta. Em regra, o Brasil não soluciona homicídios. No caso de Marielle e Anderson, parece que encontramos os executores, mas não os mandantes. Na maioria das vezes, porém, nem isso acontece. Pesquisa do Instituto Sou da Paz mostra que apenas 32% dos casos de homicídio são esclarecidos. Isso em 11 estados. Porque os outros 16 não divulgam os números. Os assassinos estão entre nós. Temos a polícia que mata e a polícia que não investiga. Temos a polícia que mata e a polícia que não investiga. Temos a polícia que mata e a polícia que não investiga. Temos a polícia que mata e a polícia que não investiga.

politicamente o "tinha que matar é mais" e "a polícia vai lutar para matar". Eles, claro, não correm o risco que impõem aos policiais da linha de frente ou às crianças negras.

Outro bom exemplo do oportunismo é o fato de que a política de segurança, cuja paternidade foi reivindicada com entusiasmo em 2019 diante da redução nos índices de violência, permanece ínfima em 2020, quando os índices voltaram a subir.

Há anos os discursos se restringem aquilo que nos atinge de maneira visceral, para ignorar o que realmente importa. Pouco se discute, por exemplo, sobre o tempo da polícia e do Judiciário. Se estamos inseguros, as atenções deveriam se voltar para o mais urgente. Seguimos, entretanto, gastando o tempo da polícia com ocorrências de porte de drogas para uso pessoal, por exemplo, crime cuja constitucionalidade já começou a ser discutida pelo STF, que iniciou o julgamento em 2016, mas ainda não o encerrou. Não sabemos estabelecer prioridades.

O ministro que envelheceu

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Ameaçado no cargo, o ministro do Turismo comprou brigas com um colega na terça (8). Num grupo de mensagens, Marcelo Álvaro Antônio destacou suas credenciais como apoiador precoce de Jair Bolsonaro em 2018, atacou o articulador político do Planalto e disse que o governo paga "um altíssimo preço" para aprovar projetos no Congresso. No dia seguinte, foi demitido. Antes disso, Bolsonaro teve outras oportunidades para se livrar de Álvaro Antônio, mas preferiu manter o aliado no governo. Quando ele foi denunciado pelo Ministério Público, no ano passado, sob acusação de desviar dinheiro no esquema de candidaturas laranjas do PSL, o presidente disse que não havia elementos para mandá-lo embora.

Um bate-boca no WhatsApp pode parecer um motivo menor, mas foi pretexto suficiente. A decisão instantânea de Bolsonaro se explica pelas duas maiores preocupações do governo na agenda política: o controle do Congresso e a eleição de 2022. O presidente não teve dificuldade

para demitir um aliado que fazia propaganda de sua dedicação ao chefe. Álvaro Antônio apostou cedo no deputado do baixo clero e foi muito bem recompensado com um ministério no governo. Ele só não percebeu que aquela lealdade envelheceu e que Bolsonaro pensa exclusivamente na próxima eleição.

O cargo do ministro se tornou uma peça na engrenagem que o presidente tenta reacachutar para fortalecer o governo no Congresso e pavimentar o caminho para sua candidatura à reeleição. O estopim da fúria de Álvaro Antônio foi justamente o ingresso de Luiz Eduardo Ramos, chefe da Secretaria de Governo, na entrega desse posto para o centrão.

Para completar, Bolsonaro ainda puniu com uma demissão sumária o subordinado que apontou o dedo para o abraço entre o governo e os partidos tradicionais do Congresso. No fim das contas, a cadeira aberta na Esplanada dos Ministérios deve engordiar as negociações para eleger um presidente da Câmara afinado com o Palácio do Planalto.

Genocida

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Quanto mais demarramos a vacinar a população contra a Covid-19, mais gente morre. Se antes a responsabilidade de Jair Bolsonaro era subjetiva, no momento em que vários países começam a imunizar seus cidadãos, não resta dúvida: a incompetência, o desdém e a demora do governo, na figura do presidente, serão culpados por cada morte que poderia ser evitada com uma vacina.

Para alguém que tinha tanta pressa de que o país voltasse "à normalidade", um dirigente que se preocupava tanto com a economia, é curioso que Bolsonaro não tenha sido um dos primeiros líderes a garantir a compra de vacina. Serão por causa da vida das pessoas, que fosse pela saúde da economia.

Bem, seria curioso, se fosse alguém razoável e não um idiota, que resolve inaugurar um brechó no Palácio do Planalto quando o mundo vive um acontecimento histórico. Enquanto Jair e a dona "por que Queiroz depositou R\$ 89 mil na conta de

Michelle?" usavam a estrutura palaciana para seu momento "memorável", eu chorava ao ver gente sendo vacinada no Reino Unido.

Bolsonaro completa dois anos na Presidência e continua sem a menor ideia do que faz lá. E quem se ferra de verde e amarelo somos nós. Sua campanha não teve proposta, além de boboseiras, como acabar com a ideologia de gênero, como o comunismo, com o PFL, liberar armas, "rasgar e jogar na latrina" o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Ele não sabia o que fazer quando a pandemia chegou a não ser negar sua existência e gravidade, assim como não consegue organizar a cadeia de incompetentes do seu governo. Nesta quarta (9), o Ministério da Saúde anunciou que o plano de vacinação deve ser apresentado na semana que vem. Alguém me explica, como se eu fosse uma criança de cinco anos: não era para estar pronto? Se alguém tinha alguma dúvida de que Bolsonaro é um maldito genocida, não precisa mais ter.

O traçado de um desastre

Maria Hermínia Tavares

Pesquisadora do Cembr e professora aposentada da USP. Escreve às quintas

"A Amazônia é o coração biológico do planeta Terra, e ele já não está mais batendo de forma saudável", costuma comparar o cientista Carlos Nobre, voz influente no debate sobre o aquecimento global.

Identificar em detalhe as ameaças a esse formidável bioma e localizá-las na vastidão dos seus 8,2 milhões de km² é o propósito do "Atlas Amazônia sob Pressão 2020", recém-lançado pela Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georeferenciada (Raig), consórcio que reúne organizações não governamentais de seis dos nove países que o abrigam.

São 23 mapas preciosos, acompanhados de textos que descrevem os riscos à integridade da floresta. As cartas permitem seguir as mudanças, em geral negativas, ali ocorridas entre 2012 e 2018, oferecendo um amplo panorama do desastre ambiental em curso e dos processos que o desencadeiam. As pressões sobre a mata, seus habitantes e a biodiversidade nela abrigada vêm de muitos lados. Entre 2012 e 2019, queimadas acidentais ou, sobretudo, resultantes da expansão da agricultura e da pecuária cobriram um território equivalente ao da Bolívia — por sinal, o segundo maior responsável, depois do Brasil, por esse tipo de catástrofe.

Como se sabe, ou se deveria saber, a degradação da floresta começa pelo fogo, mas pode vir também com obras de infraestrutura, desfigurando a paisagem à margem de estradas ou no entorno de hidrelétricas.

A mineração legal e a extração de petróleo são dois outros fatores de pressão em quase todos os países amazônicos. Além de destruir a floresta, contaminam os rios e, por tabela, os peixes que alimentam os humanos. Por ainda quando se trata de mineração ilegal. O atlas identificou nada menos de 4.472 locais de atividades extrativas ilícitas, muitas de escala média ou grande, localizadas principalmente no Brasil (58%) e na Venezuela (32%), não raro em áreas de preservação ambiental ou em territórios indígenas. Heilgas são também os plantios de coca nas matas devastadas da Colômbia e do Peru.

O atlas permite uma visão mais complexa dos problemas da Amazônia. Além disso, expõe os governos incapazes de se contrapor aos interesses privados predatórios — quando não coniventes com eles —, alheios ao destino das populações da região e medíocres demais para criar estímulos ao aproveitamento sustentável das riquezas imensuráveis da floresta tropical.

Fosse outro o governo brasileiro, este seria o momento de transformar o Tratado de Cooperação Amazônica de 1978 em instrumento de diplomacia efetiva capaz de promover um esforço compartilhado pela saúde do coração do planeta.

mhermtavares@gmail.com

A regulamentação do Fundeb

É preciso dar autonomia para que estados e municípios definam modelos de gestão

Fernando Schüller

Professor da Insper e curador do projeto Fronteiras do Pensamento. Foi diretor da Fundação Iberê Camargo

Na votação da PEC do Fundeb, em agosto, o Congresso atendeu à pressão corporativa e inscreveu na Constituição a obrigatoriedade de que no mínimo 70% dos recursos do fundo sejam para gasto com pessoal. Na contramão de tudo que se discute hoje em termos de autonomia federativa e redução da rigidez orçamentária.

Agora o Congresso vota a regulamentação da PEC. Entre outras coisas, a votação dirá o que fazer com os 30% restantes dos recursos do fundo.

O tema muitas vezes surge como sendo uma discussão sobre modelos de gestão educacional. Existem os modelos de gestão estatal direta, os modelos de escolas contratualizadas, de natureza filantrópica, e há modelo de concessão de bolsas, cujo maior exemplo no Brasil é o Prouni.

No ensino público básico o país adotou, historicamente, o primeiro modelo. A gestão estatal direta, feita pela máquina pública de estados e municípios. Construir escolas, abrir concurso, regime jurídico único, lei 8.666, sindicatos fortes e mandonismo político. Os resultados todos conhecemos.

O país fez mais do que isso: impôs um quase monopólio estatal na educação pública. E o fez em contradição direta com o texto constitucional, que diz, em seu artigo 212, com perfeita clareza, que "os recursos públicos da educação serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas".

É tão claro quanto ao tema que o país discutiu dias atrás sobre a possibilidade de reeleição nas casas do Congresso. A Constituição criou um sistema misto de provisão da educação pública. O objetivo era precisamente dar aos gestores estaduais e municipais a autonomia para avaliar modelos e fazer o melhor pelos estudantes.

A pressão corporativa e inércia do mundo político sempre impediram que esse debate fosse feito. O monopólio estatal foi simplesmente dado como norma e única alternativa disponível. O resultado foi um crescente abismo soci-

al: a classe média foi rapidamente migrando para o ensino privado e os mais pobres presos à escola estatal.

Criou-se no país algo muito mais grave do que desigualdade nos resultados que surgem no ideb ou a cada três anos no

Pisa. Criamos dois mundos sociais que vivem à parte e reproduzem nossa desigualdade estrutural: o mundo dos que podem escolher, nas redes privadas, majoritariamente branco e de maior renda, e o mundo dos sem escolha, majoritaria-

mente negro e de menor renda, presos ao Estado.

Este é o País que o monopólio estatal da educação pública ajudou a "cristalizar". Agora estamos diante de uma nova decisão. E sob o risco de consagrar em lei, à revelia do que

diz a Constituição, a obrigatoriedade de que todos os recursos do Fundeb, e logo os últimos que dependem desses recursos para estudar, fiquem presos às redes estaduais de ensino.

Como tem observado o deputado Tiago Mitraub, não se trata de uma discussão sobre este ou aquele modelo de gestão da educação. O ponto é perguntar se será possível a discussão de qualquer modelo que não seja o monopólio estatal.

A questão central é se vamos basear escolhas educacionais em "evidências" ou isto termina por ser pura retórica. No mundo real da política,

impõe-se desde Brasília que os 27 estados e 5.570 municípios brasileiros só poderão adotar, muito longe de qualquer dado ou evidência, um único modelo. O mesmo praticado desde sempre e com os resultados que sabemos.

Essa decisão será um erro. Mais um dos tantos que já se cometeram em nossa educação pública. Reverter isso supõe alguma vontade política de pensar de maneira diferente.

Coisa rara neste país do "assim é porque sempre foi", a máxima de nosso tradicionalismo político tão bem definida pelo mestre Raymundo Faoro.

MESMO DE MÁSCARA, NOSSA VOZ PODE SER OUVIDA!



| SOM: Ello Gaspari, Janio de Freitas | S&A: Celso R. de Barros | TER: Joel P. da Fonseca | QU: Ello Gaspari, Conrado H. Mendes | QU: Fernando Schüller | SEX: Reinaldo Azevedo, Angela Alonzo, Silvio Almeida | S&A: Demétrio Magnoli

Sem liberdade de imprensa não há democracia

ASSINE A **FOLHA**
folha.com/assine

GRUPO DE ALUNOS DAS ESCOLAS DA DIRETORIA DE ENSINO DE PIRAJU, QUE PARTICIPOU DO PROGRAMA TÃ NA HORA CONTRA A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL!
FAÇA COMO ELAS: **#NÃOSECALE**



mercado

PAINEL S.A. | Ricardo Balhazar (interino)

De prontidão

Fornecedores nacionais de equipamentos de refrigeração para hospitais e laboratórios dizem estar preparados para atender à demanda pelos congeladores especiais que serão necessários para armazenar as vacinas da Pfizer contra a Covid-19 se o Ministério da Saúde chegar a um acordo para adquirir o imunizante desenvolvido pelo laboratório americano. As ampolas com o produto precisam ser armazenadas a temperaturas de -70°C até o momento da aplicação das doses.

ISSO É COM ELLES Segundo João Rapcham, presidente da Indrel, que vende ultracongeladores capazes de atingir temperaturas de -86°C, a maior dificuldade não estará na armazenagem, mas no transporte das vacinas. A Pfizer disse ao Ministério da Saúde que dispõe de contêineres portáteis para distribuição das ampolas.

DIGA ONDE Rapcham afirma que os fabricantes brasileiros teriam condições de fornecer os ultracongeladores durante a campanha de vacinação. "Não estamos falando de uma quantidade absurda de equipamentos, porque eles deverão ficar concentrados em alguns pontos estratégicos", diz.

NO ESCURO Encomendas só poderão ser feitas depois que o Ministério da Saúde chegar a um acordo com a Pfizer e os detalhes forem conhecidos. Segundo o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Carlos Tula, secretário do Maranhão, só cidades maiores que atuariam como centros de distribuição precisariam dos equipamentos.

SEM PARAR A empresa francesa Air Liquide, que atua no setor de gases industriais e é uma das maiores produtoras de gás seco para refrigeração no país, diz que há mais de um mês discute internamente um plano de operação. A empresa avalia recorrer a turnos de 24 horas para atender a demanda se for necessário.

DEDO NO... Pistolas e revólveres importados continuarão custando mais caro do que os nacionais depois da retirada do Imposto de Importação, anunciada pelo presidente Jair Bolsonaro nesta quarta (9). Segundo o Filipe Pavei, da distribuidora Pavei, armas importadas chegam a custar 300% mais do que similares nacionais.

...GATILHO Demétris Oliveira, da importadora Tactical Gear, afirma que houve retração na venda de armas estrangeiras em 2020, devido à depreciação do real em relação ao dólar e à escassez de produtos. Segundo ele, a eliminação do imposto permitirá aumentar a variedade de produtos para um nicho do público com poder de compra menor.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS

Novembro, em % ao mês

Mínimo Máximo

7,73 8,00

3,89 7,89

Checkup especial

Empréstimo pessoal

Fonte: Procon-SP

CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Competência novembro*

Autônomo, empregador e facultativo

Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209

Valor máx. R\$ 4.101,06 20% R\$ 1.220,21

MÉ (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ R\$ 1.045 5% R\$ 52,25

Assalariado

Até R\$ 1.045 7,5%

De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%

De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%

De R\$ 3.134,41 a R\$ 4.101,06 14%

*O prazo da competência de novembro vence em 18 dez para empresas, para pessoas físicas, vence em 15 dez

CAUSA PRÓPRIA Uma associação que pressiona pela regulamentação da atividade de lobby no país apresentará nesta quinta (10) uma carta de princípios em que defende normas simplificadas para registro e atuação dos profissionais, com exigências de transparência e espaço para autorregulamentação do segmento.

INÍCIO DE CONVERSA Preparação da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais, o documento que já está no Congresso seja ponto de partida para a discussão. A Controladoria Geral da União, órgão federal de controle interno, deve apresentar nova proposta em março.

NO BALCÃO Associação sugere também que a regulamentação do lobby inclua regras a serem observadas por autoridades públicas em suas interações com o setor privado, e não só pelos lobistas que buscam influenciar suas decisões. Existem atualmente 15 projetos de lei sobre o assunto em tramitação no Congresso.

NA PALMA DA MÃO O Ministério do Desenvolvimento Regional planeja lançar até o fim do ano um aplicativo de celular para facilitar o acesso a informações sobre obras de sua responsabilidade, incluindo o andamento e as verbas disponíveis. A pasta diz que, numa segunda etapa, cidadãos poderão usar o app para enviar observações e fotos das obras.

DE VOLTA ÀS RUAS Análise do Mercado Livre aponta que a disposição dos consumidores da cidade de São Paulo para comprar carros novos se recuperou da queda sofrida na pandemia. Segundo a empresa, buscas por veículos na plataforma cresceram 35% em setembro, na comparação com janeiro.

FIADO A taxa de inadimplência dos empréstimos das pessoas físicas deve recuar de 4,39% em dezembro para 4,34% em janeiro e 4,26% em fevereiro, prevê o Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo. Para a entidade, o movimento reflete a queda das vendas nas lojas físicas, ainda não compensadas pelo avanço do comércio eletrônico.

União não pode bloquear bens de devedores sem ordem judicial, decide STF

Ministros invalidam lei de 2018 que permitia decretar indisponibilidade de bens de pessoas e empresas por meio de um ato administrativo

Matheus Teixeira

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu nesta quarta-feira (9) que a União não pode bloquear bens de devedores sem que haja decisão judicial nesse sentido. Os ministros invalidaram lei de 2018 que autorizava a administração pública federal a decretar em ato administrativo a indisponibilidade de bens de pessoas e empresas que não tivessem quitado débito inscrito na dívida ativa cinco dias após ser notificado.

A medida estava prevista no Programa de Regularização Tributária Rural (PRTR) instituído pelo então presidente Michel Temer (MDB) e visava dar mais eficiência à Fazenda Pública na cobrança dos devedores.

Os ministros Marco Aurélio (relator), Kassio Nunes Marques, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Gilmar Mendes votaram para anular a lei, enquanto os ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Rosa Weber e Cármen Lúcia defenderam a constitucionalidade da norma.

Prevaleceu o voto de Barroso. O ministro se posicionou contra o bloqueio, mas a favor da averbação, que é a comunicação da dívida aos órgãos de registro de bens.

Primeiro a votar, Marco Aurélio afirmou que qualquer intervenção estatal excessiva viola o Estado democrático de Direito e sustentou que a União tem outros meios para cobrar os devedores.

"A administração pública dispõe de um sem-número de meios menos onerosos ao contribuinte, mas igualmente

adequados ao objetivo perseguido com os preceitos questionados", disse.

De acordo com o ministro, o mecanismo previsto na lei é "legítimo por compeli" o contribuinte e foi aprovado "ao arripio de princípios basilares da Constituição, tais quais o devido processo legal, o livre exercício de atividades profissionais e econômicas lícitas e o direito à propriedade".

"O sistema não fecha, revelando-se o desrespeito aos princípios da segurança jurídica, da igualdade de chances e da efetividade da prestação jurisdicional, os quais devem ser observados por determinação constitucional em contraposição à ideia da 'primazia do crédito público'", afirmou o relator.

Já Fachin defendeu que a autorização para a União bloquear de forma unilateral os bens dos devedores rompe com os procedimentos históricos de cobrança no país e viola o princípio da isonomia.

"O Estado não pode valer-se de meios indiretos de coerção, convertendo-os em instrumentos de acerto da relação tributária, para, em função deles — e mediante interdição ou grave restrição ao exercício da atividade empresarial, econômica ou profissional —, constranger o contribuinte a cumprir obrigações fiscais eventualmente em atraso", disse.

Barroso, por sua vez, afirmou que a indisponibilidade de bens não pode ser automática e exige atuação da Justiça.

"A intervenção drástica sobre o direito de propriedade exige a atuação do Poder Judiciário".



A intervenção drástica sobre o direito de propriedade exige a atuação do Poder Judiciário

Luís Roberto Barroso ministro do STF

Primeiro a divergir do relator, Toffoli criticou a existência de um Estado dependente do Judiciário e defendeu a atuação da União.

"A medida evita o ajuizamento indiscriminado de execuções fiscais no âmbito do Poder Judiciário. O novo modelo de cobrança de dívida ativa da União busca enfrentar a morosidade das execuções fiscais, que respondem a mais de 30% dos 78 milhões de processos que correm do país, o que afeta não só o erário mas também a livre concorrência. Quem não paga tributo, principalmente os contribuintes, acaba tendo privilégio no mercado", frisou.

O ministro argumentou, ainda, que a medida é constitucional porque não envolve expropriação de bens, mas sim a indisponibilidade temporária.

Os ministros julgaram seis ações apresentadas por entidades como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional de Transporte (CNT).

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e o PSB também contestaram a norma. O partido alegou que a legislação não ajuda a União a combater devedores que tentam driblar a Justiça para esconder seus bens e afeta apenas aqueles que têm dívidas e agem ilegalmente.

A PCR (Procuradoria-Geral da República) também se posicionou contra a lei e afirmou que a norma "vulnera indevidamente o direito de propriedade e pode inviabilizar o livre exercício de atividade econômica ou profissional".

Comissão especial para analisar reforma tributária é prorrogada até março de 2021

Thiago Resende

BRASÍLIA A comissão especial para analisar a reforma tributária foi prorrogada até 31 de março. O colegiado é formado por deputados e senadores. O Congresso tenta, desde o ano passado, construir um acordo partidário para votar uma reformulação do sistema tributário.

O presidente da comissão mista, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), anunciou a prorrogação das atividades em uma publicação no Twitter. Segundo ele, a medida foi necessária por causa do calendário das votações em dezembro e por causa das eleições à presidência da Câmara e do Senado, marcadas para 1º de fevereiro.

Esse colegiado foi instalado em fevereiro deste ano. Foi uma tentativa de diminuir a tensão entre Câmara e Senado que brigavam pelo protagonismo na discussão do tema.

Apesar da prorrogação do fim da comissão, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ainda espera avançar nas negociações com partidos e com o Ministério da Economia para destravar a reforma tributária ainda em dezembro.

Ele deve se reunir nesta semana com o líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR), e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta. "Para ver se a gen-

te constrói um caminho", afirmou Maia.

Segundo ele, a reforma precisa ser aprovada o mais rápido possível, pois a sociedade não aguenta mais pagar impostos. Maia criticou novamente o plano do ministro Paulo Guedes (Economia) de lançar uma versão semelhante à antiga CPME, que incidiria sobre transações financeiras.

O presidente Jair Bolsonaro vetou a ideia de uma nova CPME porque não quer colher os ônus de um novo imposto. A proposta da equipe de Guedes segue a mesma: criar um imposto sobre transações financeiras para substituir e reduzir encargos sobre a contratação de funcionários (sobre a folha de pagamentos).

Sem consenso, o governo adota a apresentação das demais propostas de reforma tributária para 2021.

A ideia era deixar Maia, que já votou suficientes para aprovar o projeto, buscar um acordo com os líderes da Câmara. Mas as negociações entre integrantes do Congresso também não avançam como queriam os aliados de Maia.

Até hoje, Guedes enviou apenas a primeira fase da proposta de reforma tributária defendida por ele — o projeto que funde PIS e Cofins na chamada CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

Mas a proposta defendida por líderes da Câmara é mais ampla (com a junção de

PROPOSTAS DE REFORMA

Paulo Guedes Funde PIS e Cofins na chamada CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços)

Líderes da Câmara Une IPI, ICMS, ISS, Cofins e PIS

IPI, ICMS, ISS, Cofins e PIS) e com uma transição mais lenta. Portanto, essa reforma inclui tributos federais, estaduais e municipais. O imposto, resultado da fusão, seria chamado IBS (Imposto sobre Bens e Serviços).

Para conseguir apoio inclusivo à oposição, o relator estuda incluir um dispositivo para que uma lei crie uma cobrança de imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos. A medida reduz a resistência nos partidos de esquerda, mas só valeria após a aprovação de outro projeto de lei.

Também está em discussão um tratamento diferenciado no IBS para os setores de saúde, educação e transportes. A primeira fase da reforma tributária de Guedes foi entregue ao Congresso em 21 de julho.

O secretário especial da Receita Federal, José Barroso Fostes Neto, disse na ocasião que "a perspectiva é que nos próximos 20 a 30 dias possamos apresentar a segunda ou até mesmo a terceira parte".

Técnicos chegaram a falar que o governo apresentaria já em agosto, inclusive, a proposta de novo imposto sobre pagamentos (que bancaria a desoneração de empresas ao contratar em empregados).

Agora, já nem se fala em quando as novas etapas podem ser apresentadas aos congressistas.

mercado

Receita menor com tributos adiados na Covid indica inadimplência de empresas

Fisco recolhe menos que o previsto, e números sinalizam desaceleração na retomada, mostra Ibre/FGV

Fábio Pupo

BRASÍLIA A Receita Federal não conseguiu recolher todos os impostos que eram esperados para outubro após o adiamento de tributos feito ao longo dos últimos meses.

A frustração reforça o cenário de incertezas sobre a arrecadação mesmo após o respaldado pelo governo federal durante a pandemia.

Dados levantados pelo Ibre/FGV (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a partir de informações fornecidas pela Receita, apontam que o fisco esperava obter R\$ 23,7 bilhões em outubro com os tributos devidos em meses anteriores, mas arrecadou só R\$ 16,2 bilhões.

A diferença seria o suficiente para pagar 25 milhões de parcelas do auxílio emergencial de R\$ 300.

Em agosto, também houve uma diferença aproximada de R\$ 7 bilhões entre o que era esperado em tributos adiados em meses anteriores e o que foi realmente obtido.

Juliana Damasceno, especialista em contas públicas do Ibre/FGV, afirma que os números indicam que empresas estão deixando de pagar impostos e dando prioridade ao custeio de suas atividades.

"A gente consegue ver uma certa inércia", disse. Para a pesquisadora, contam para o movimento a redução do auxílio emergencial de R\$ 600 para R\$ 300 e a perspectiva de término do programa em dezembro.

"Tudo isso é de certa forma antecipado e se reflete em decisões de empresas, como em investimento, contratação e demissão", disse. Segundo ela, em momentos de crise, empresários preferem preservar suas atividades a pagar tributos.

"Postergar pagamento de imposto é a forma mais rápida e fácil de a empresa se financiar a curto prazo, porque ela prioriza pagamento de mão de obra, fornecedores e matéria-prima", afirmou Damasceno, que vê sinais de desaceleração da retomada.

Mesmo abaixo do esperado, os números mensais da arrecadação têm inflado a comparação entre a arrecadação deste ano e a de 2019.

Considerando dados brutos, o avanço das receitas administradas chega a ser de dois dígitos. Em agosto, setembro e outubro, houve crescimento de 1,32%, 1,74% e 12,31% na comparação com um ano an-

tes, respectivamente.

Já na análise sem os efeitos de pagamentos de impostos adiados, o avanço cairia em termos reais para 2,29%, 2,1% e 2,1%, já considerando números atualizados pela inflação.

Na visão da Receita, os números são influenciados pelo movimento de empresas buscando as chamadas compensações tributárias, quando abatem dívidas tributárias de créditos a que têm direito perante o fisco. De janeiro a outubro, o uso das compensações passa de R\$ 130 bilhões.

O cenário de arrecadação ainda incerto é comentado também pelo governo, inclusive como um fator de dificuldade para calcular os números fiscais do próximo ano.

Interlocutores do Ministério da Economia disseram recentemente que ainda não seria

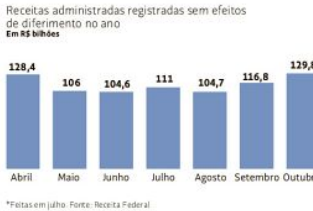
possível estabelecer uma meta fixa de resultado primário para 2021, como requisitado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), porque a dificuldade de prever números fiscais depois da chegada da pandemia ao país permanecia.

Apesar de ver sinais de recuperação na arrecadação, interlocutores da pasta dizem que ainda não há total clareza sobre os efeitos do coronavírus na economia e sobre as consequências disso para o recolhimento nos próximos meses.

Diante do cenário de dificuldade das empresas, o próprio ministro Paulo Guedes (Economia) já chegou a afirmar a empresários durante a pandemia que o mínimo a ser feito para facilitar a vida dos empreendedores seria o parcelamento dos impostos a dívidas.

Mas a pasta tem afirmado que as possibilidades de renegociação existentes hoje dispensam um projeto de repactuação específico para a crise da Covid-19. A solução a ser buscada para rever as condições de dívidas seria o programa de transação tributária, criado pela lei do contribuinte legal em abril deste ano. Mesmo assim, congressistas tentam apressar a votação de um projeto de lei que cria o chamado Refis da Covid para parcelar tributos postergados. Cerca de R\$ 48 bilhões em tributos deixaram de ser

Influência da crise da Covid na arrecadação, em 2020



*Folhas em julho. Fonte: Receita Federal

“Postergar pagamento de imposto é a forma mais rápida e fácil de a empresa se financiar a curto prazo”

Juliana Damasceno
especialista em contas
públicas do Ibre/FGV



pagos até outubro.

Os técnicos da Economia são contrários à criação de um programa específico de renegociação dos tributos adiados. Segundo avaliam, a medida iria aprofundar ainda mais o endividamento do país.

Há uma agravante. Conforme mostrou a Folha, se o Refis da Covid ficar para 2021, será preciso compensar com novas receitas. Para os técnicos de Guedes, a única saída, nesse caso, seria a criação de novos impostos.

O ministro afirmou na terça-feira (9) que em momentos de crises os contenciosos e a judicialização relacionados a impostos aumentam.

"Quem tem poder político consegue as isenções e as desonerações. Já quem tem poder econômico consegue os contenciosos, prefere pagar R\$ 100 milhões a um escritório de advocacia a R\$ 1 bilhão ao 'tesouro'", afirmou.

"É normal que, se a economia anda errada, pressione excessivamente o Judiciário e o Legislativo. Essa indesejável ligação entre direito e economia se manifestou na pandemia com muito vigor."

Apesar disso, a equipe econômica ainda expressa otimismo com a recuperação.

Sérgio Gadelha, secretário de Modelos e Projeções Econômico-Fiscais da SPE (Secretaria de Política Econômica) do Ministério da Economia, afirmou que os números recentes da atividade mostram sinais de retomada, o que tende a beneficiar a arrecadação.

"Os dados destacam que, a melhora em varejo e indústria, acompanhada de medidas de maior flexibilização de isolamento, indicam forte expansão, o que impactará de forma positiva a arrecadação federal", disse recentemente.

ONG PROTESTA EM BRASÍLIA CONTRA FIM DO AUXÍLIO

O governo do Distrito Federal retirou um barraco montado no gramado na frente do Congresso Nacional (foto) nesta quarta-feira (9), armado em protesto contra o fim do auxílio emergencial.

Em tom irônico, ele disse que levaria um bolo à Câmara em alusão ao período de um ano desde que o governo prometeu votar a PEC. Maia não quis comentar a desidratada da proposta em negociação no Senado, o que reduz os efeitos na economia de despesas públicas. Ele afirmou estar disposto a colocar o projeto em votação na Câmara em janeiro, se o Senado concluir análise do texto em dezembro.

Pedro Ladeira/Folhapress

Guedes diz que dará 'forte sinal' para cortar subsídios ainda em 2020

Fábio Pupo

BRASÍLIA A 23 dias do fim do ano, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que planeja transmitir um "forte sinal" ainda em 2020 sobre o compromisso com as contas públicas. Segundo ele, a intenção é reduzir subsídios e gastos tributários.

"Acho que, antes do fim do ano, vamos dar um forte sinal de que estamos promovendo a agenda fiscal. Estamos enviando um forte sinal para reduzir subsídios e gastos tributários", disse em vídeo gravado na véspera e divulgado nesta quarta (9) durante evento virtual.

Ele afirma que outra mensagem sobre o compromisso fiscal é o fim do auxílio emergencial, medida anticrise que mais demanda recursos do Tesouro (foram R\$ 322 bilhões em 2020). "Alguns dias atrás, o presidente deu outro sinal di-

zendo que o auxílio será removido em 31 de dezembro. No fim do ano, vamos removê-lo".

Guedes tenta transmitir uma mensagem ao mercado de que o governo quer medidas de reequilíbrio fiscal, em um momento em que análises colocam em dúvida o real avanço da agenda de reformas e veem incertezas sobre o cenário econômico.

"Tivemos um grande ano em 2019, com a reforma da Previdência. Depois tivemos um dramático segundo ano. E a grande pergunta é o que acontece agora. Vamos voltar às reformas estruturais".

O governo já prometeu rever diferentes gastos tributários ao longo dos últimos dois anos, mas mostrou pouco avanço no tema.

Uma das propostas do governo que reduziria esses subsídios foi a da criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que eliminaria di-

ferentes regimes especiais de tributação e acabou escanteadada pelo Congresso.

Além disso, o governo chegou a vetar a prorrogação da desoneração da folha de 17 setores, mas a medida foi derubada pelos parlamentares.

Outras agendas também ficaram comprometidas. Guedes já declarou publicamente estar frustrado por não vender nenhuma estatal controlada diretamente pelo Tesouro.

Mais recentemente, o pacote fiscal do ministro, considerado pela equipe econômica como crucial para rever despesas, foi desidratado pelo relator, o senador Marcio Brito.

As 57 páginas propostas por Guedes viraram 8 nas mãos do parlamentar. A desidratção acontece após mais de um ano de tramitação das propostas de Guedes, comprometidas por fatores como falhas de articulação do Executivo e a briga entre o

governo e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Somado ao ritmo das reformas, permanecem incertezas sobre os rumos da política fiscal do país a partir do ano que vem, considerando o cenário de dívidas sobre a arrecadação, risco de despesas extraordinárias continuarem e tentativas de contornar regras fiscais.

O cenário tem impulsionado a percepção de fisco sentida pelo mercado e, em consequência, aumentada a taxa de juros cobrada pelos investidores para emprestar ao governo em prazos mais longos.

As taxas cobradas do governo brasileiro no médio prazo (a partir de dois anos) estão acima de pares emergentes como Chile, Colômbia e México. Em títulos que vencem daqui a 10 anos, por exemplo, as taxas cobradas do governo chegam a 8% ao ano (quatro vezes a Selic de hoje, a 2%).

Promessas de ministro dariam 'um livro com 3 volumes', afirma Maia

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou nesta quarta-feira (9) a quantidade de promessas não cumpridas pela equipe econômica. Maia e o ministro Paulo Guedes (Economia) travam um embate público após desentendimentos nas negociações de pautas econômicas.

"Acho que não tem agenda. Não tem agenda para a vacina (contra a Covid-19). Não tem agenda para os mais pobres. Não tem agenda para a recuperação econômica, para a geração de empregos. Vocês conseguem fazer um livro com três volumes das promessas que a equipe econômica fez e não colocou nenhuma de pé até hoje", afirmou Maia.

Maia voltou a cobrar o empenho do governo para que a PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial, que prevê medidas temporárias de corte de despesas, seja aprovada no Congresso.

O projeto está parado no Senado desde o ano passado. Em tom irônico, ele disse que levaria um bolo à Câmara em alusão ao período de um ano desde que o governo prometeu votar a PEC.

Maia não quis comentar a desidratada da proposta em negociação no Senado, o que reduz os efeitos na economia de despesas públicas.

Ele afirmou estar disposto a colocar o projeto em votação na Câmara em janeiro, se o Senado concluir análise do texto em dezembro. "Mais vontade de fazer que não colocará em votação propostas de prorrogação do estado de calamidade e o Orçamento de Guerra. Thiago Resende

mercado

Guedes quer mais imposto até o Natal

Ministro e parte do Congresso querem reduzir isenções tributárias da 'classe média' rica

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Paulo Guedes prometeu que o governo vai dar um "forte sinal" para diminuir "subsídios e gastos tributários". Grosso modo, isso é aumento de imposto, goste-se ou não de mais essa providência por ora inagrária do ministro.

Quando vai ser? Quase na "semana que vem", um dos prazos típicos de Guedes: "antes do fim do ano", duas semanas, na prática.

"Gasto tributário" é um imposto que o governo deixa de receber a fim de dar tratamento especial para empresas, seto-

res da economia, um grupo de indivíduos, regiões. Em suma, de um modo ou de outro, quem recebe esse tratamento diferente paga menos imposto do que deveria, pela regra geral.

Qual o maior gasto tributário federal, pelas contas da Receita? O Simples Nacional (micro e pequenas empresas, o que pega também boa parte da "classe média", ricos, bolsionista). Depois vêm as isenções e deduções do Imposto de Renda da Pessoa Física (rendimentos isentos e não tributáveis e deduções de gastos com

saúde e educação privada), o que inclui rendimentos de aposentados maiores de 65 anos e rescisões trabalhistas.

A seguir, vêm as isenções da agricultura e da agroindústria, na maior parte para a cesta básica e para exportações da produção rural. Logo depois, no ranking, vêm as filantrópicas (hospitais, escolas, faculdades), a Zona Franca de Manaus e "medicamentos, produtos farmacêuticos e equipamentos médicos".

Tudo isso dá 75% do gasto tributário previsto para 2021.

Como de costume, não dá para saber direito do que Guedes está falando, mas o novo "vamos estar fazendo" do ministro bate com a mais recente mutação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) de controle de gastos que rola pelo Senado desde 2019 e teve uma "versão" a cada dia desde a semana passada, dizendo tudo e seu contrário.

Na PEC, pretende-se obrigar governo e Congresso a reduzir benefícios tributários e subsídios de crédito no ano que vem. Quais subsídios? Não se sa-

be. Os subsídios que estão na conta do Tesouro (do governo) são basicamente compensações de financiamento barateado para a agricultura, da grande à miúda, familiar.

Essa hipótese de PEC já chegou a prever também o corte de até 25% de jornada e salários de servidores, o fim do gasto mínimo em saúde e educação e o fim do reajuste automático dos aposentados do INSS. Até quarta-feira (9) de noite, tudo isso estava fora, assim como gambiarras jurafute (que estiverem lá, segundo boatos ou balões de ensaio).

Para compensar, vai haver um gatilho de contenção de gastos quando a despesa obrigatória do governo passar de 95% da despesa atual (o que já acontece). Nesse caso, em suma, ficam proibidos reajustes quaisquer de salários de servidores e contratados.

Ou seja, talvez, parece, se-

gundo o último rumor ou rascunho improvisado de uma emenda constitucional, haverá um arranjo fiscal entre Guedes e parte do Congresso. Não resolve grande coisa, mas não explode nada. O interessante vai ver quem seria esfolado pelo governo e por seus aliados no Congresso com esse aumento de imposto, na prática (chame-se de "fim de democracia").

Muito gasto tributário é mesmo favor, desordem nos impostos e incentivo à ineficiência econômica. Poderia ser objeto de reforma tributária ou de medidas paulatinas desde 2019. Mas o governo é uma baderna inepta e nada disso foi feito. Agora, vamos ver a reação do demagogo Jair Bolsonaro, do restante do Congresso e de quem vai levar a culpa do aumento de imposto do Natal sem vacinar.

viniciustorres@folha.com.br

BC mantém os juros em 2% e diz que alta da inflação é temporária

Copom indica que deve retirar em breve recurso em que se compromete a não elevar taxa

Larissa Garcia

BRASÍLIA Na última reunião deste ano, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central, decidiu manter a taxa básica de juros (Selic) a 2% ao ano. A definição desta quarta-feira (9) ocorre em meio à pressão inflacionária, especialmente com a alta nos preços de alimentos e combustíveis.

Foi a terceira reunião seguida sem alteração na taxa Selic depois de longo ciclo de queda, iniciado em julho de 2019. Com o choque recente nos preços, o mercado tem aumentado as expectativas de inflação para o fechamento deste ano e para o próximo. Isso poderia levar o BC a aumentar os juros.

A decisão, no entanto, ficou em linha com a expectativa do mercado. Analistas consultados pela Bloomberg previram a manutenção da taxa, conforme indicado pelo comitê na reunião anterior.

No comunicado da decisão, a autoridade monetária se mostrou mais preocupada com a inflação, mas reforçou que a alta é temporária e deve arrefecer em 2021, dentro do chamado horizonte relevante, para quando o comitê entende que a política monetária terá efeito.

"As últimas leituras de inflação foram acima do esperado e, em dezembro, apesar do arrefecimento previsto para os preços dos alimentos, a inflação ainda deve se mostrar elevada", disse.

"Apesar da pressão inflacionária mais forte no curto prazo, o Comitê mantém o diagnóstico de que os choques atuais são temporários, mas segue monitorando sua evolução com atenção, em particular as medidas de inflação subjacente", completou.

O BC revisou as projeções para a inflação no cenário básico, com a taxa de juros a 2% em 2020, 3% em 2021 e 4,50% em 2022, e o dólar a R\$ 5,25, as projeções do Copom para a inflação são de 4,3% para 2020, 3,4% para 2021 e 3,4% para 2022.

Já no cenário com taxa de juros constante a 2% e taxa de câmbio a R\$ 5,25, as projeções para a inflação são de 4,3% para 2020, 3,5% para 2021 e 4% para 2022.

Segundo o relatório Focus do BC, desta semana, os economistas esperam que os preços subam 4,21% no ano, acima da meta de 4% fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), mas dentro do limite de tolerância de 1,5 ponto para baixo ou para cima. Há um mês, a projeção era de 3,20%.

Desde o início da crise gerada pelo novo coronavírus, as expectativas vinham abaixo de 2%. Na semana da reunião anterior do Copom, no fim de outubro, o mercado esperava inflação de 2,99%.

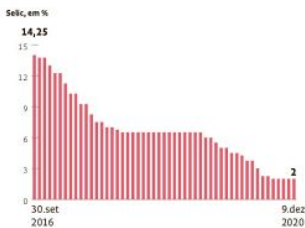
No comunicado, o comitê repetiu que a inflação permanece com fatos de risco em duas direções. A baixa atividade econômica pode puxá-la para baixo. "Esse risco se intensifica caso uma reversão mais lenta dos efeitos da pandemia prolongue o ambiente de elevada incerteza e de aumento da poupança precavida", disse.

Por outro lado, a piora nas contas públicas com o prolongamento das políticas fiscais de resposta à pandemia pode puxar os preços para cima. Além disso, o BC destacou que "frustrações em relação à continuidade das reformas, podem elevar os prêmios de risco".

"O risco fiscal elevado segue criando uma assimetria alta no balanço de riscos, ou seja, com trajetórias para a inflação acima do projetado no horizonte relevante para a política monetária", completou.

Segundo o texto, o BC mantém o compromisso de não subir juros a menos que as expectativas de inflação sejam elevadas acima da meta

Taxa básica de juros



Fonte: BC/B

ou que o regime fiscal seja alterado, mas anunciou que o instrumento deve ser retirado em breve.

Essa indicação é um instrumento secundário de política monetária, chamado de "forward guidance", ou prescrição futura. Como o comitê tem a avaliação de que a taxa Selic está próxima do seu limite mínimo, o BC teve que recorrer ao recurso para tentar diminuir a especulação em torno da taxa básica de juros futura e aumentar o estímulo à economia sem cortar ainda mais os juros.

"A manutenção desse cenário de convergência da inflação [à meta] sugere que, em breve, as condições para a manutenção do forward guidance podem não mais ser satisfatórias, o que não implica mecanicamente uma elevação da taxa de juros pois a conjuntura econômica continua a prescrever estímulo extraordinariamente elevado ante as incertezas quanto à evolução da atividade", disse o texto.

"No cenário de retirada do forward guidance, a condução da política monetária seguirá o receituário do regime

de metas para a inflação, baseado na análise da inflação prospectiva e de seu balanço de riscos", pontuou o Copom. Apesar da sinalização de que não usará mais o instrumento, o comitê avalia que seu efeito foi positivo.

"O Copom avalia que, desde a adoção do forward guidance, observou-se uma reversão da tendência de queda das expectativas de inflação em relação às metas para o horizonte relevante. Além disso, ao longo dos próximos meses, o ano-calendário de 2021 perderá relevância em detrimento ao de 2022, que está com projeções e expectativas de inflação em torno da meta", ressaltou.

O BC cita ainda a segunda onda em outros países como desafiante para a retomada da economia, mas fala sobre o surgimento das vacinas como positivo.

"No cenário externo, a resurgência da pandemia em algumas das principais economias tem revertido os ganhos na mobilidade e deverá afetar a atividade econômica no curto prazo", disse.

"No entanto, os resultados promissores nos testes das vacinas contra a Covid-19 tendem a trazer melhora da confiança e normalização da atividade no médio prazo", ponderou o texto.

Além disso, o comitê destacou que a baixa atividade econômica favorece a manutenção dos juros em patamares baixos. "A presença de ociosidade, assim como a comunicação dos principais bancos centrais, sugere que os estímulos monetários terão longa duração, permitindo um ambiente favorável para economias emergentes."

Esquerda pouco ousada favorece autoritarismo, diz Piketty

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O economista francês Thomas Piketty afirmou que o Brasil precisa avançar em reformas para reduzir as desigualdades e que a decisão de partidos de esquerda de serem menos ousados nessas questões favorecem o discurso de governantes de direita autoritária, como os presidentes Donald Trump e Jair Bolsonaro.

"Esse comedimento em colocar essa agenda contribui para abrir caminho para narrativas de direita autoritária", afirmou o economista.

"Há no mundo atual um discurso do tipo Bolsonaro ou Trump, do tipo autoritário e até xenofóbico às vezes, que infelizmente tem certa força".

Em entrevista gravada e apresentada em evento que marcou a conclusão da celebração dos cem anos da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), nesta quarta-feira

(9), o economista disse que os governos do PT melhoraram a situação dos 50% mais pobres no Brasil, por meio de políticas transferências de renda, por exemplo.

"Entretanto, a redução da pobreza e a melhora relativa da situação dos 50% mais pobres foi insuficiente. Em parte, ela aconteceu, não em detrimento dos 10% ou 1% mais ricos, mas sim dos 40% do meio, que não são nem os 50% mais pobres, nem os 10% mais ricos", afirmou.

“A redução da pobreza e a melhora relativa da situação dos 50% mais pobres foi insuficiente”

Thomas Piketty, economista

"Isso, sem dúvida, se deve à falta de reformas estruturais do sistema fiscal, do sistema de propriedade, de tributação de sucessões, de redistribuição da propriedade. Em parte, porque era e continua limitada a capacidade do Estado, no Brasil, de dirigir essas reformas e talvez, mais ainda, por causa das regras eleitorais e institucionais do sistema brasileiro".

Em entrevista à Folha em julho deste ano, quando foi lançado no Brasil o seu livro "Capital e Ideologia", Piketty já havia afirmado que a falta dessas reformas estruturais acabou contribuindo para a decepção das sociedades com o PT e criticado o sistema político nacional por conta da dificuldade em se obter maioria no Legislativo.

Nesta quarta-feira, disse que em outros países o governo pode conduzir suas políticas "sem precisar compor uma coalizção complexa que é



O economista francês Thomas Piketty, autor de 'Capital e Ideologia' Eduardo Knap - 27 set 17 / Folha Press

uma porta aberta para mecanismos de trocas de votos e de corrupção".

Ele citou exemplos de políticas de direitos de propriedade e de voto de trabalhadores em empresas na Suécia e Alemanha.

Piketty disse ainda que a volta dos democratas ao poder nos EUA pode ser positiva para futuros governos de esquerda no Brasil, embora o nome do presidente eleito Joe Biden não fosse o seu candidato ideal ao cargo.

"Biden e determinados tipos de governo na Europa podem ajudar a desenvolver soluções igualitárias, de redução das desigualdades, com mais cooperação internacional, que são mais difíceis de acontecer com Trump no poder ou governos conservadores na Europa", afirmou.

O evento foi organizado pelo CEA/UFRRJ (Centro de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e pelo CBAE/UFRI (Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro).

mercado

O novo Fundeb e a equidade racial

O fundo precisa contribuir para o combate às desigualdades raciais na educação básica pública

Cida Bento

Diretora-executiva do Coert (Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades), é doutora em psicologia pela USP

Para aquelas pessoas que se dizem antirracistas e que entendem que é importante promover a equidade racial na educação básica, é possível identificar neste momento uma oportunidade única para contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Trata-se de apoiar a iniciativa que há tempos pesquisadores e pesquisadores da Universidade Federal de Ouro Preto, da USP, bem como a Ação Educativa, em aliança com a coalizão negra por direitos, vêm fazendo no sentido de assegurar que o novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvi-

mento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) contribua para o combate às desigualdades raciais na educação básica pública.

Importante lembrar que o fundo captura uma fatia dos impostos de cada estado, do Distrito Federal e dos municípios e redistribui esses recursos aos entes federativos de acordo com o número de alunos e alunas matriculados em cada rede de ensino.

Essa característica revela que o Fundeb contribui para a equidade na distribuição de recursos, sendo a principal fonte de financiamento educacional em municípios nos quais a arrecadação de impostos é insuficiente para arcar com os custos da educação, principalmente os salários de professores/as.

Felizmente, depois de forte mobilização social, deputados e senadores aprovaram a continuação do fundo, tornando-o permanente, constituindo o Custo Aluno Qualidade (CAQ) e aumentando a complementação da União ao Fundeb de 10% para 23%.

No entanto, a aprovação tem um mecanismo que, se implementado, considerando apenas o resultado do desempenho dos alunos em avaliações

como a Prova Brasil, terá o efeito contrário, ou seja, aumentará as desigualdades. Esse dispositivo chama-se Vaar (Valor Aluno/Ano Resultado).

Ora, sabemos que a oferta educacional não é distribuída equitativamente, pois a localização geográfica da escola, o nível socioeconômico, o gênero e a raça do alunado impactam as oportunidades de aprendizagem das crianças e jovens.

Em especial as desigualdades de raça e gênero, que são estruturais, têm limitado as chances de conclusão exitosa da educação básica. A título de exemplo: apenas 40% dos me-

ninos negros pertencentes ao estrato mais pobre da população brasileira conseguem terminar o ensino médio.

Esse e outros dados alarmantes das desigualdades de gênero e raça que marcam nosso sistema educacional precisam ser considerados no desenho de políticas de equidade, e o Fundeb abre uma importante janela de oportunidade para que tais políticas possam de fato estar apenas no papel!

Para isso, o "R", da sigla Vaar, deveria significar raça, tornando possível reparar 2,5% de recursos do Fundeb às escolas que concentram maior proporção de alunos negros, verbo que poderia ser revertido na melhoria da formação de professoras e professores, na aquisição de material para apoiar a educação para as relações étnico-raciais e para financiar projetos que fortaleçam as oportunidades para o alunado negro.

Igualmente, por meio do Fundeb, podemos fazer com

que o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na educação regular seja uma realidade nas escolas, como define a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), alterada pela Lei 10.639/2003, e que se constitua em critério para apreciação de contas municipais e estaduais do novo fundo.

Essas e outras propostas estão sendo apresentadas para o Congresso Nacional e para o debate público neste momento.

Esta é a hora de agir, pois deputados e deputadas estão propondo projetos de lei que regulamentam o novo Fundeb, disputando os sentidos das siglas, os mecanismos de distribuição de recursos e seus beneficiários.

Mas, para que o debate de fato aconteça levando em conta a equidade racial, faz-se necessário ocupar os espaços de diálogo, tensionar os/as parlamentares e entrar na disputa pelo ressignificação do financiamento à educação. Bora lá!

| DOM, Samuel Pessoa | SEC, Marcia Dessen, Ronaldo Lemos | TER, Nizan Guanaes, Cecilia Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srouf | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeldan

Indústria de armas se queixa de Bolsonaro

Para fabricantes, zerar alíquota de importação de pistolas e revólveres estimula fuga de empresas para o exterior

Igor Gielow e Diego Garcia

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Em mais um capítulo do azeite entre a indústria de defesa nacional e o presidente Jair Bolsonaro, causou contradição no setor a decisão do governo federal de zerar,

a partir de janeiro, a alíquota de 20% de importação de revólveres e pistolas.

O mal-estar foi ainda maior porque, na medida em que não preserva empregos, não atrai investimentos para a instalação local de fábricas, afirmou, em nota, o Simde (Sindicato Nacional das Indústrias

e Segurança Pública) em que o tema não foi colocado.

"A decisão surpreende a indústria, na medida em que não preserva empregos, não atrai investimentos para a instalação local de fábricas", afirmou, em nota, o Simde (Sindicato Nacional das Indústrias

de Materiais de Defesa).

A Abimde (Associação Brasileira de Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança) foi na mesma linha, dizendo que a medida "aumenta a assimetria tributária e afeta de forma negativa diretamente a indústria nacional e sua cadeia produtiva".

Segundo a entidade, as empresas nacionais seguirão pagando mais impostos e sendo levadas a produzir no exterior, quando têm escala produtiva e capacidade financeira para tanto.

O setor de defesa e segurança emprega 1 milhão de pessoas, direta e indiretamente, e estima movimentar 4% do Produto Interno Bruto. A maior crítica individual, como não poderia deixar de ser, veio da Taurus/CBC, líder do mercado nacional e uma das maiores produtoras de armas leves e munição do mundo.

"Lamentavelmente essa medida irá acelerar o processo de priorização de investimentos nas fábricas nos EUA e na Índia, em detrimento dos investimentos que iriam gerar mais empregos e riqueza no Brasil", afirmou o presidente da empresa, Salecio Nulis.

A Taurus até apontou o paradoxo, lembrando que tem fábricas no exterior (Geórgia e uma futura unidade indiana) capazes de vender para o mercado brasileiro aproveitando a medida — e ressaltou que nada muda na aplicação de outros impostos, com ICMS, IPI e PIS/CoFins. No produto brasileiro, a tributação responde por 73% do preço.

O mercado nacional responde apenas por 15% das vendas da Taurus, justamente por ter margens menores de lucro do que as auferidas

no de exportação.

Só nos Estados Unidos, a carteira da empresa é de 1,1 milhão de pedidos, ou oito milhões de vendas no Brasil. As ações da empresa encerraram esta quarta (9) em queda de 9,7%, após fechar na terça em alta de 5,7%.

Questionado, o Ministério da Economia não divulgou o impacto da redução da alíquota porque ela não tem efeito fiscal arrecadatório.

"Estima-se que a medida reduza os preços domésticos ao consumidor final e amplie o acesso a novas tecnologias", disse a pasta, em nota.

Bolsonaro e seus filhos fazem campanha pelo que chamam de abertura do mercado de armas no Brasil desde antes da disputa eleitoral que levou o chefe do clã à Presidência.

O argumento central da família, notória por sua ligação com forças policiais e promoção de causas do setor, é que o produto importado seria de melhor qualidade do que o nacional.

A ideia acompanha as políticas de Bolsonaro em favor do armamento da população, que vão no sentido contrário das recomendações de entidades de monitoramento de violência urbana.

Na infame reunião ministerial de 22 de abril, o presidente disse: "Eu quero todo o mundo armado! Que povo armado jamais será escravizado".

O fato é que a Taurus/CBC ser uma das quatro maiores do mercado de pistolas americano e a principal fornecedora de munição para armas leves da Otan (aliança militar ocidental) depois contra a teoria, ainda que haja casos notórios de problemas de qualidade de produtos da em-

presa no passado.

Seja como for, como a Folha mostrou em junho, o filho presidencial Eduardo é promotor das armas de empresas como a americana SIG Sauer, que ele promoveu em vídeos e postagens nas redes sociais.

A empresa negocia uma parceria com a fábrica de fuzis do Exército, a Imbel.

Além disso, causou preocupação a notícia de que a PF e Polícia Rodoviária Federal iriam estabelecer equipes para fazer compras internacionais, à margem da Lei de Licitações.

Há outros passos dados pelo governo, por exemplo a retirada do monopólio de testes de produtos controlados de defesa do Exército, enquanto não há laboratórios privados certificados para tanto no país.

Isso acabou dando vantagem aos estrangeiros, que receberam ao mesmo tempo uma moratória de fornecimento de produtos sem testes no Brasil por dois anos.

Pontualmente, a indústria também se queixa dos processos de licitação do governo. A Polícia Federal, por exemplo, está com duas concorrências em curso para a aquisição de lanças no valor de R\$ 327 milhões.

Como a Folha mostrou na semana passada, um requisito na prática excluiu fabricantes de burcos nacionais.

A PF negou haver qualquer tipo de restrição ou de favorecimento, mas não explicou o óbice técnico presente no edital de ambos os processos licitatórios.

A Abimde se queixa e pede que o fomento à indústria nacional do setor, previsto numa lei de 2012, seja executado na prática.

Leia mais em *Cotidiano*, na pag. B6

folhamercado

PARA QUEM PRECISA ACOMPANHAR O MUNDO DOS NEGÓCIOS, MAS NÃO TEM TEMPO A PERDER

A Folha lança a **FolhaMercado**, uma newsletter gratuita que reúne diariamente as notícias, análises e informações sobre empresas e mercado. Produzida por jornalistas e especialistas da área, ela apresenta conteúdos exclusivos relacionados a empreendedorismo, inovação e principais índices econômicos, como o dólar e a Bolsa de Valores. Assine gratuitamente e mantenha-se atualizado sobre tudo o que afeta mercado, empresas e o seu bolso.

As informações mais importantes do mundo dos negócios, grátis, todo dia no seu email

Patrocínio

FOLHA100

CADASTRE-SE GRATUITAMENTE EM

folha.com/folhamercado

OU ESCANEIE O QR CODE

Philips vai pagar R\$ 60 mi em acordo de leniência por fraudes na saúde no RJ

RIO DE JANEIRO A Philips Medical Systems, braço no setor de saúde da empresa holandesa, fechou um acordo de leniência com a força-tarefa da Operação Lava Jato no Rio reconhecendo fraudes em vendas de equipamentos feitas para o Ministério da Saúde e a Secretaria de Saúde fluminense. A empresa se comprometeu a pagar R\$ 59,9 milhões como ressarcimento dos danos materiais e morais causados pela atuação ilegal. O acordo foi ho-

molgado há um mês pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF e pelo juiz Marcelo Bretas, responsável pela Lava Jato no Rio de Janeiro. A Philips se tornou alvo de investigação no âmbito da Operação Ressonância, em que foram presos Daurio Speranzini Junior, ex-presidente da empresa no Brasil, e Frederik Knudsen, gerente. A investigação apurava fraudes em licitações na Secretaria de Saúde e no Into (Instituto Nacional de

Traumatologia) desde 1996. Segundo as investigações, o empresário Miguel Iskin, amigo do ex-secretário Sérgio Côrtes, era uma espécie de organizador do cartel de pregões internacionais na secretaria e no Into. Ele cobrava "pedágio" de 13% sobre os valores de contratos para fornecimento de próteses e órteses. A comissão cobrada para empresas internacionais chegava a 40%, segundo o Ministério Público Federal. Italo Nogueira

Veículo: O Globo	Caderno:
Data: 10/12/2020	Página:

O GLOBO

Com alta da Covid, prefeituras já parcelam pagamento de impostos e estendem programas de renda básica

Em Curitiba, IPTU e ISS podem ser parcelados em até 36 vezes. Em Niterói, auxílio concedido a mais pobres e a empresas será estendido até março

Marcello Corrêa e Carolina Nalin*

10/12/2020 - 04:30 / Atualizado em 10/12/2020 - 08:17

BRASÍLIA, SÃO PAULO e RIO - O aumento de casos de Covid-19 tem levado prefeituras a adotarem medidas para atenuar os efeitos do recrudescimento da doença e mitigar os possíveis impactos na retomada econômica. Entre as ações estão a ampliação dos prazos para pagamento de impostos e a prorrogação de programas de renda básica criados durante a pandemia, a exemplo do auxílio emergencial do governo federal.

O desafio dos municípios foi um dos temas de reunião da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) com 82 gestores eleitos e reeleitos, na última terça-feira.

Finanças: Gastos com salários e pensões deixam capitais como Rio e São Paulo sem fôlego para investir.

- Todas as prefeituras estão tentando trabalhar algum programa de incentivo, de alongamento de pagamento de tributos. A gente percebe que é necessário neste momento um apoio para o setor produtivo, principalmente o pequeno comércio, que foi mais castigado — afirma Jonas Donizette, prefeito de Campinas e presidente da FNP.

Donizette, que será sucedido pelo aliado Dário Saadi no comando da cidade a partir de 2021, diz que Campinas já aprovou ações como a prorrogação dos prazos para pagamento da parcela municipal do Simples Nacional, regime pelo qual micro e pequenas empresas recolhem impostos.

PIB: o ano em que a saúde ditou os rumos da economia

O prefeito acredita que as prefeituras terão que pensar programas de refinanciamento mais amplos em 2021, que incluam o parcelamento de tributos como ISS e IPTU:

— Provavelmente, 2021 vai exigir algum Refis específico, para dar oportunidade a quem, por alguma dificuldade, não pôde pagar impostos.

Sem margem no orçamento

Em Curitiba, o prefeito reeleito Rafael Greca (DEM) sancionou uma lei na última segunda-feira que cria o programa de Recuperação Fiscal de Curitiba (Refic-Covid-19), de refinanciamento de dívidas. Tributos como IPTU, ISS, taxa de coleta de lixo e outros débitos poderão ser parcelados em até 36 vezes e com até 100% de abatimento em juros e multa.

O prefeito reeleito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD), também prorrogou o pagamento do IPTU e das taxas imobiliárias para empresas que tiveram funcionamento suspenso durante a pandemia. Os tributos deste ano poderão ser pagos em até seis vezes, com a primeira parcela a partir de 30 de julho de 2021.

Auxílio: Equipe econômica descarta risco de isolamento social e aposta que prorrogação não será necessária

Já em Niterói, o prefeito Rodrigo Neves enviou ofício à Câmara dos Vereadores pedindo a prorrogação por três meses dos programas Renda Básica Temporária e Empresa Cidadã. O primeiro prevê o pagamento de R\$ 500 para 50 mil famílias. E o Empresa Cidadã é um auxílio de R\$ 1.045 por empregado, para até nove funcionários de empresas, entidades religiosas e sindicais de qualquer porte com alvará na cidade.

O investimento total previsto é de R\$ 111 milhões. A ação foi um pedido do prefeito eleito, Axel Graef (PDT), que reforçou o compromisso de pagar os benefícios até a chegada da vacina em 2021.

A prefeitura de São Paulo também anunciou que 480.146 famílias vão receber este mês o pagamento referente às parcelas de outubro, novembro e dezembro, no valor de R\$ 100/mês, da Renda Básica Emergencial para reduzir efeitos da pandemia.

O especialista em contas públicas Raul Velloso lembra que as receitas dos municípios estarão ainda mais pressionadas no ano que vem por conta do fim das transferências de renda do governo federal.

Mesmo em cidades com capacidade de prorrogar programas sociais de renda básica, o efeito pode ser devastador para o caixa a longo prazo.

— Os municípios não têm margem para tirar dinheiro do orçamento para isso — afirma Velloso.

A saída, de acordo com Velloso, passa por ações de responsabilidade da União, já que a pandemia é uma questão que afeta todo o país.

— Os prefeitos precisam se mobilizar via Confederação Nacional dos Municípios e acampar na porta do Congresso e da Presidência da República para pressionar pela prorrogação do auxílio (emergencial) — diz o economista.

— Há uma parcela grande de informais que recebeu o benefício e vai ficar desprotegida, porque trabalhava na informalidade e não só não se encaixa em nenhum programa social do governo, como os serviços em que trabalhavam não voltaram — pontua Velloso.

O presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi, ex-prefeito de Saldanha Marinho (RS), concorda que os desafios em 2021 serão ainda maiores porque haverá mais pressão por gastos no ano pós-pandemia:

— As dificuldades vão continuar, especialmente a queda da arrecadação, além de uma demanda reprimida muito alta na área da saúde, por que as pessoas não saíram de casa com medo, não procuraram consulta especializada, não fizeram exame de rotina, e até mesmo cirurgias eletivas foram canceladas.

Investimento em obras

O prefeito reeleito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, acredita que, além das medidas de incentivo, cidades precisarão investir em obras públicas para estimular investimentos.

— A prefeitura pode ser um polo importante de investimentos. Acho que investir em obras públicas, buscar recursos, parcerias, é uma coisa importante — afirmou Nogueira, no evento da FNP.

Apesar da busca por incentivos das administrações locais, o discurso no governo federal tem sido de evitar cogitar novas medidas de estímulo a partir de 2021.

Nos bastidores, integrantes da equipe econômica têm apostado que, apesar do repique do número de casos, os efeitos econômicos de uma segunda onda só serão sentidos caso medidas restritivas semelhantes às adotadas em abril deste ano forem autorizadas. Procurado, o Ministério da Economia não comentou.

(*Estagiária, sob supervisão de Danielle Nogueira. Colaborou Ivan Martínez-Vargas)

Veículo: O Globo	Caderno:
Data: 10/12/2020	Página:

O GLOBO

Medida Provisória vai reduzir burocracia para abertura de empresas. Entenda

Equipe econômica finaliza novas regras para reduzir número de procedimentos e de dias necessários para iniciar negócios no país

Manoel Ventura

10/12/2020 - 04:30 / Atualizado em 10/12/2020 - 07:04

BRASÍLIA - O Ministério da Economia concluiu uma nova medida provisória (MP) com o objetivo de facilitar a abertura de empresas, dentro do programa de desburocratização de atividades econômicas no país. As novas regras, que já estão no Planalto à espera da edição pelo presidente Jair Bolsonaro, vêm sendo tratadas internamente no ministério como uma continuação da Lei de Liberdade Econômica, aprovada no ano passado.

O objetivo da medida é diminuir o número de dias e o total de procedimentos exigidos hoje para o registro e legalização das atividades de empreendedores e pessoas jurídicas no país. Para técnicos do governo, tornar mais simples e ágil o processo de abertura de empresas no Brasil pode criar um ambiente mais favorável aos negócios e estimular novos investimentos.

A medida também faz parte das tentativas do governo de melhorar a posição do Brasil no ranking “Doing Business”, do Banco Mundial, que mede o ambiente de negócios em 190 países e atualmente passa por uma revisão. O Brasil hoje está na 124ª posição.

De acordo com a pesquisa, são em média 11 procedimentos necessários e 17 dias para abrir uma empresa por aqui. Na Nova Zelândia, que lidera o ranking, bastam 12 horas e um único procedimento.

Licenças sem prazo

Para o governo, a abertura de empresas precisa passar por uma desburocratização “urgente”, que tenha impacto positivo nos custos e no número de dias necessários para legalizar um negócio. A MP estabelece que “sempre que possível”, licenças, alvarás e demais atos públicos de liberação, relativos à operação do estabelecimento empresarial terão vigência indeterminada.

Hoje, essas licenças têm prazo fixado e precisam ser renovadas.

A MP também diz que, casos em que o grau de risco da atividade seja considerado médio, o alvará de funcionamento e as licenças serão emitidos automaticamente, sem análise humana, por intermédio de sistema responsável pela integração dos órgãos e entidades de registro.

A regulamentação desse processo será feita mais à frente.

A Lei da Liberdade Econômica já dispensou o alvará para atividades de baixo risco. Para atividades de alto risco, permanece a determinação de que licenças e alvarás são condicionados a vistorias preliminares.

Outra medida trazida pela MP é a possibilidade de utilizar o número de inscrição no CNPJ como Razão Social. Com isso, o governo elimina a etapa da análise prévia do chamado nome empresarial do processo de registro e legalização. O objetivo também é deixar o processo mais rápido.

O governo considera que o registro da Razão Social é responsável por um número significativo de exigências no âmbito das Juntas Comerciais e, por consequência, um aumento no número de dias para o arquivamento de atos empresariais, principalmente atos de constituição.

A MP também permite que o trabalho de tradutor juramentado possa ser feito em todo o país e estabelece concurso nacional para esse ofício. Hoje, a validade dos concursos é estadual. As pessoas concursadas e matriculadas hoje como tradutores públicos continuarão no exercício do seu ofício e poderão atuar em todo o território nacional.

Medidas para melhorar o ambiente de negócios

Lei da Liberdade Econômica

A lei trouxe uma série de novas regras para facilitar a abertura e a gestão de negócios, como a criação da carteira de trabalho digital, a flexibilização do registro do ponto de empregados, a liberação de horários de funcionamento de estabelecimentos e facilidades no arquivamento e autenticação de documentos.

Dispensa de alvará

Negócios considerados de baixo risco ficaram dispensados de licença, autorização e alvará para funcionar. São 289 atividades que se encaixam nesse critério.

Biometria facial

Uma solução de biometria facial desenvolvida em parceria com a Junta Comercial do Rio de Janeiro passa a permitir procedimentos como abertura, alterações de registro e demais operações para empresas sejam feitas com acesso de empreendedores e contabilistas pelo próprio celular.

Simplificação da autorização de filiais estrangeiras no país

O registro de filial de empresas estrangeiras no país foi digitalizado. A expectativa de redução do prazo de obtenção da autorização é de 45 para 3 dias.

Digitalização de serviços públicos

O governo federal digitalizou mais de mil serviços públicos. Hoje, há 81,2 milhões de usuários do portal da União, segundo o Ministério da Economia.

Agenda fiscal terá sinal forte ainda neste ano, promete Guedes

Segundo ele, intenção é reduzir subsídios e benefícios tributários

Por Folhapress — De Brasília

10/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

O ministro Paulo Guedes (Economia) disse ontem que planeja transmitir um “forte sinal” ainda em 2020 sobre o compromisso com as contas públicas. Segundo ele, a intenção é reduzir subsídios e benefícios tributários.

“Acho que, antes do fim do ano, vamos dar um forte sinal de que estamos promovendo a agenda fiscal. Estamos enviando um forte sinal para reduzir subsídios e gastos tributários”, afirmou em vídeo gravado na véspera e divulgado ontem em evento virtual.

Ele afirma que outra mensagem sobre o compromisso fiscal é o fim do auxílio emergencial, medida anticrise que mais demanda recursos do Tesouro (foram R\$ 322 bilhões em 2020). “Alguns dias atrás, o presidente deu outro sinal dizendo que o auxílio emergencial será removido em 31 de dezembro. No fim do ano, vamos removê-lo.”

arrecadação, risco de despesas extraordinárias continuarem e tentativas de contornar regras fiscais.

O cenário tem impulsionado a percepção de risco sentida pelo mercado e, em consequência, aumentado a taxa de juros cobrada por investidores para emprestar ao governo em prazos mais longos.

No vídeo de ontem, Guedes disse ainda que o país voltará às reformas estruturais, que as já implementadas ajudaram a atrair investimentos estrangeiros e que o país lidou relativamente bem em comparação com pares emergentes.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Marcos Frota tem 63 anos, tente não sorrir ao vê-lo hoje

PSYCHICMONDAY

LINK PATROCINADO

A filha de Lídia Brondi é a garota mais bonita de todos os tempos

WTFACTS

LINK PATROCINADO

2020: Nova descoberta firma rosto flácido em casa

DIATENA

LINK PATROCINADO

Comerciantes de Salvador criam loja virtual com este aplicativo

OLIST

por taboola

Conteúdo Publicitário

Calendário apertado joga reforma tributária para 2021

Plano de Maia de votar 1º turno da PEC deve ser frustrado

Por Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto — De Brasília

10/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Rocha: presidente da comissão mista disse que foi solicitada a prorrogação do colegiado até 31 de março de 2021 — Foto: Jorge William/Agência O Globo

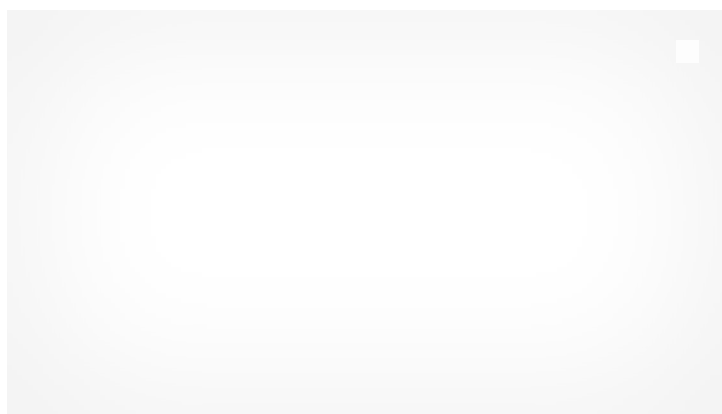
Com as atenções voltadas para a sucessão da presidência da Câmara, a reforma tributária perdeu espaço nos últimos dias na lista de prioridades dos deputados e a análise do projeto deve ficar apenas para 2021. Defensor do projeto, o presidente da

Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), ainda tenta dar sobrevida às chances de pelo menos o primeiro turno da proposta de emenda constitucional (PEC) ser realizado neste ano. O calendário apertado, porém, deve atrapalhar os seus planos.

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) barrar as eventuais candidaturas à reeleição de Maia e do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), deputados e senadores passaram a tratar da sucessão do comando das mesas diretoras como assunto preferencial, o que fez com que propostas consideradas prioritárias ficassem escanteadas.

Ontem, o presidente da comissão mista da reforma tributária, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), anunciou a prorrogação dos trabalhos do colegiado para até o fim do primeiro trimestre de 2021. “Considerando o calendário legislativo de dezembro, assim como as eleições da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em fevereiro, decidimos, em conjunto, solicitar a prorrogação da Comissão Mista da Reforma Tributária até 31 de março de 2021”, disse Rocha, em publicação na sua conta nas redes sociais.

PUBLICIDADE



Parlamentares estão aguardando há alguns dias por uma reunião com Maia para tratar do tema, mas a demora para serem recebidos deixa mais evidente que o assunto deixou de ser tão prioritário, avaliam alguns deputados.

Relator da reforma tributária, o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) é apontado como um dos nomes favoritos de Maia para sucedê-lo na presidência da Casa. Formado por DEM, PSL, MDB, PSDB, Cidadania e PV, o bloco de Maia definirá o nome que apoiará para a eleição de fevereiro até o fim da semana.

Mesmo cotado para a disputa, Aguinaldo participou de reuniões sobre a reforma nos últimos dias. Ontem, ele chegou a conversar com o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), e com o próprio Maia. Apesar de ter o parecer pronto, o relator decidiu que apresentaria formalmente o seu relatório apenas quando o calendário de votação tiver sido definido.

Apesar de haver poucos dias até o fim do ano legislativo, Maia reforçou ontem a disposição em construir um acordo para votar a PEC 45 e o projeto de lei do governo que unifica PIS e Cofins, o que, em sua avaliação, criaria um ambiente de negócios mais propenso ao crescimento econômico.

Durante entrevista, o presidente da Câmara lembrou que as reformas previdenciária e administrativa promovem diminuição de despesas, mas não contribuem com o crescimento, o que é o caso da reforma tributária. “O país precisa da reforma tributária e de microrreformas para crescer acima da média medíocre dos últimos 20 anos”.

Maia também ironizou a demora do governo em conseguir articular a votação da PEC emergencial. “Estou pensando, para dar um alerta ao governo, trazer um bolo amanhã para comemorar um ano da promessa do governo de votar a PEC emergencial no Senado em 5 de dezembro de 2019. Já completou um ano e a PEC emergencial não foi votada. Se ela era importante no ano passado, para o próximo ano ela é decisiva. A gente tem que fazer esses alertas”, disse Maia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Marcos Frota tem 63 anos, tente não sorrir ao vê-lo hoje

PSYCHICMONDAY

Fusão de PECs indica a perda de força das reformas

As reformas tendem também a sair do radar do Congresso

10/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

O Plano Mais Brasil, com suas três propostas de emendas constitucionais, será jogado fora pelo Congresso e transformado em uma só PEC cujos termos definitivos ainda não são conhecidos. Pelas diferentes versões, o objetivo de conter gastos desapareceu para dar lugar à busca a todo custo de maneiras de se fazer o contrário - aumentá-los - e retirá-los da prisão do teto. Em um dos esboços, aparentemente provisório, o relator, senador Márcio Bittar (MDB-AC), sugeriu que da nova PEC resultará uma economia pífia de R\$ 450 milhões. Ao que tudo indica, uma ala do governo voltou a atuar para obter projetos extra-teto, sem se preocupar com o esforço de austeridade.

O Senado pode matar as propostas do governo com relativa facilidade, pois este mostrou descoordenação, falta de interesse do Planalto, e desavenças entre ministérios com Paulo Guedes, da Economia, responsável pelas propostas originais das três PECs. A mais potente e urgente tinha acertadamente o nome de Emergencial, mas após sua apresentação ao Congresso foi solenemente ignorada, não ganhando prioridade sequer de Guedes.

A PEC do Pacto Federativo, para disciplinar a relação da União com Estados e municípios e estabilizar suas finanças submergiu na versão aglutinada, mas não será surpresa se ressurgir com propostas de mais auxílio para os entes federativos. A PEC dos fundos é a única que prometia dinheiro vivo para já e portanto foi alvo de

atenções especiais da ala “desenvolvimentista” do governo e dos congressistas que gostam de obras e detestam contenção de despesas.

PUBLICIDADE



Originalmente, os estimados R\$ 300 bilhões que estão à disposição desses fundos, que seriam na maioria extintos, deveriam ser usados para abater a dívida pública. Na primeira versão que circulou agora no Congresso, porém, esse dinheiro foi parar na transposição do São Francisco, rodovias e ferrovias e outras obras dos ministérios do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura, além de projetos de erradicação da pobreza.

A versão seguinte veio pobre de economias. A PEC Emergencial previa a redução de 25% dos salários e da jornada dos servidores públicos, medida que seria capaz de poupar pelo menos R\$ 25 bilhões. Esse corte seria adicional ao da lei 173, que congelou salários e aumento de despesas com pessoal como contrapartida ao auxílio financeiro dado pela União a Estados e municípios. O corte de salários e jornada simplesmente sumiu e a ênfase passou a recair em outra medida da PEC, a redução dos subsídios a 2% do PIB em cinco anos. Hoje benefícios e incentivos tributários consomem de 4,5% a 5% do PIB e no orçamento de 2020, R\$ 348 bilhões. Nas últimas duas LDOs havia a previsão de corte dos subsídios de 10% ao ano - foram aprovadas e nada aconteceu.

Há mais surpresas - e portas abertas para facilitar despesas. Pela versão corrente da PEC, os créditos suplementares, a porta de saída para “desrespeitar” legalmente a “regra de ouro”, que proíbe aumento do endividamento para pagar gastos correntes, serão mais expeditos. Esses créditos já foram usados por três anos e, no orçamento de 2020, aniquilado pela pandemia, mais de R\$ 350 bilhões em gastos

dependiam do aval do Congresso. Na PEC, dispensa-se a aprovação posterior do Congresso, que já estará dada na votação do orçamento.

Da mesma forma, a utilização do dinheiro dos fundos ainda não encontrou seu destino. Depois de saltar fora do teto de gastos, a versão que não mais permite isso a coloca como de uso livre pelo governo, supondo-se que estarão submetidas ao limite. A ideia principal, de abater dívidas, desapareceu, ao mesmo tempo em que sumiu a intenção de criar um programa social mais robusto.

Paulo Guedes apresentou as três PECs, mas não focou em nenhuma, nem a que qualificou de emergencial, que estabelecia corte de salários do funcionalismo, um problema do qual o presidente Jair Bolsonaro quer distância. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, ficou pregando no deserto sobre a necessidade de votar essa PEC antes do orçamento, pois sua aprovação abriria espaço inclusive para programas sociais. Enquanto dizimavam seu Mais Brasil, Guedes fez nova pregação por mais flexibilização das regras trabalhistas.

O destino das PECs indica que, ao fim de dois anos de mandato de Bolsonaro, e início da corrida pela reeleição, as reformas, que enfrentam a inapetência do presidente, tendem também a sair do radar do Congresso - possivelmente mesmo que o candidato governista à presidência da Câmara seja o vencedor da atual disputa.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Marcos Frota tem 63 anos, tente não sorrir ao vê-lo hoje

PSYCHICMONDAY

LINK PATROCINADO



Por Ribamar Oliveira

Já trabalhou nos principais jornais e revistas do país. Foi ... [ver mais](#)

O novo problema no teto de gastos

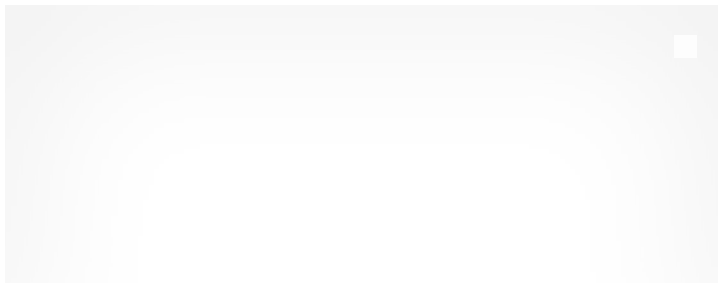
Descasamento de índices prejudica 2021 mas ajuda em 2022

10/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

Para dificultar ainda mais a sustentabilidade do teto de gastos - a única âncora fiscal do país - surgiu um novo problema que estava fora do radar de todos. O descasamento entre o índice que corrige o limite anual para as despesas da União e o índice que corrige o salário mínimo e, conseqüentemente, os gastos previdenciários e assistenciais. Este é o grande imbróglio deste fim de ano na área fiscal.

O problema não decorre do fato de que o teto de gastos é corrigido pelo IPCA, e o salário mínimo, pelo INPC. Mas, sim, da periodicidade dos reajustes. A emenda constitucional 95/2016, que instituiu o teto de gastos, determina que o limite anual para a despesa da União será corrigido pelo IPCA acumulado no período de 12 meses encerrado em junho do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária. Já o salário mínimo, é corrigido em janeiro de cada ano pelo INPC acumulado no ano anterior.

Descasamento de índices prejudica 2021 mas ajuda em 2022



Para 2021, o teto de gastos foi corrigido em 2,13%, que foi o índice acumulado do IPCA de julho de 2019 a junho de 2020. O salário mínimo será corrigido por um INPC que poderá superar 5%. A última previsão do governo foi de que o índice ficaria em 4,2%. Mas, ela foi feita antes da decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de acionar a bandeira vermelha patamar 2 em dezembro.

Só essa medida deverá impactar a inflação em 0,5 ponto percentual, estimam técnicos oficiais. Em novembro deste ano, o INPC foi pressionado, principalmente, por altas dos alimentos, com o índice ficando em 0,95%. No acumulado de janeiro a novembro, o índice já está em 3,93%. Quanto mais elevado for o INPC neste ano, maior será a dificuldade para o governo federal cumprir o teto de gastos em 2021.

Em resumo, a situação é a seguinte: o teto de gastos para 2021 foi reajustado em apenas 2,13%, enquanto as despesas previdenciárias e assistenciais, que são obrigatórias, poderão ser aumentadas em mais de 5%, dependendo do INPC deste ano. Se as principais despesas vão crescer mais, o teto ficou muito mais apertado do que era antes.

A primeira pergunta que se coloca é porque a EC 95/2016 estabeleceu esse descasamento entre os índices que reajustam o teto e o salário mínimo. Na verdade, a proposta que saiu da equipe econômica do ex-presidente Michel Temer reajustava o teto pelo IPCA “cheio” do ano anterior ao da lei orçamentária. Ou seja, pelo IPCA acumulado de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior.

A periodicidade foi alterada durante a tramitação da proposta no Congresso. A mudança foi feita para que, no momento da elaboração da proposta orçamentária, que ocorre de julho a agosto de cada ano, o Executivo e os demais Poderes da República já tivessem clareza do espaço que teriam para gastar no ano seguinte, ou seja, qual seria o seu limite individual para as despesas no exercício.

Uma das preocupações que motivaram a mudança foi a de evitar a adoção de um IPCA superestimado durante a elaboração e votação da proposta orçamentária, o que obrigaria cortes posteriores para que as despesas ficassem dentro do teto durante a execução do Orçamento.

Uma fonte da equipe de Temer disse ao **Valor** que foram feitas várias simulações sobre o descasamento. Elas mostraram a necessidade de aprovar medidas de contenção das despesas e deixar um espaço nos gastos discricionários (investimentos e custeio da máquina) para acomodar eventuais oscilações do descasamento.

Em 2018, por exemplo, o descasamento ajudou a cumprir o teto de gastos. Em maio daquele ano houve uma greve geral dos caminhoneiros que paralisou o país. Por causa dela, os preços dispararam em maio e junho, elevando o IPCA, que corrige o teto. Em seguida, a inflação caiu, reduzindo o INPC. Isso permitiu uma situação mais folgada em 2019, o primeiro do atual governo.

Se o descasamento dos índices torna muito difícil cumprir o teto de gastos em 2021, ele ajudará a cumprir o teto em 2022. Essa é a grande contradição de toda a história. Desde julho deste ano, a inflação ganhou impulso, por uma série de razões. Os especialistas acreditam, no entanto, que ela vai perder ímpeto no início do próximo ano, atingindo o seu pico (no acumulado em 12 meses) em meados do ano, com queda acentuada a partir daí.

Ou seja, muito provavelmente, o IPCA que reajustará o teto de gastos para 2022 ficará bem acima do INPC que aumentará o salário mínimo e as despesas com benefícios previdenciários e assistenciais. Por causa dessa questão estatística, o teto vai “esticar”, o que poderá facilitar o seu cumprimento no último ano do governo Bolsonaro. Desse ponto de vista, o grande desafio será cumprir o teto no próximo ano. “A questão é como fazer a travessia de 2021”, disse uma fonte.

A proposta orçamentária para 2021, enviada pelo governo ao Congresso Nacional em agosto passado, utilizou um INPC de apenas 2,09% para corrigir o salário mínimo. Não é nem a metade do índice que será registrado neste ano. Assim, as despesas previdenciárias e assistenciais que foram programadas para o próximo

ano estão subestimadas e terão que ser corrigidas. As estimativas preliminares indicam que os gastos deverão aumentar cerca de R\$ 17 bilhões. Este seria o tamanho do corte nas despesas discricionárias necessário para cumprir o teto.

As fontes oficiais ouvidas pelo **Valor** advertiram, no entanto, que os cálculos ainda estão sendo realizados e dependem de informações da Secretaria Especial da Previdência e Trabalho. Há indicações concretas de que a despesa com benefícios previdenciários neste ano - que serve de base para a projeção da despesa em 2021 - vai ficar bem abaixo do que estava inicialmente previsto. Fala-se que o gasto poderá ser menor em mais de R\$ 7 bilhões. Provavelmente, isto está relacionado ao fato de que, durante a pandemia, muitos benefícios previdenciários não foram concedidos.

É difícil saber qual será a realidade do próximo ano nessa área. O governo vai tentar reduzir o imenso estoque de pedidos de benefício atualmente existente? Ou a pandemia continuará impedindo o atendimento da justa demanda dos cidadãos?

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

Marcos Frota tem 63 anos, tente não sorrir ao vê-lo hoje

PSYCHICMONDAY

LINK PATROCINADO

A filha de Lídia Brondi é a garota mais bonita de todos os tempos

WTFFACTS

LINK PATROCINADO

Hora de emagrecer: Fibra come gordura para verão com corpo saudável

PEC fiscal passa por ajustes e votação é incógnita

Trecho sobre acionamento de gatilho para medidas fiscais é um dos pontos discutidos

Por Fabio Graner e Edna Simão — De Brasília

10/12/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

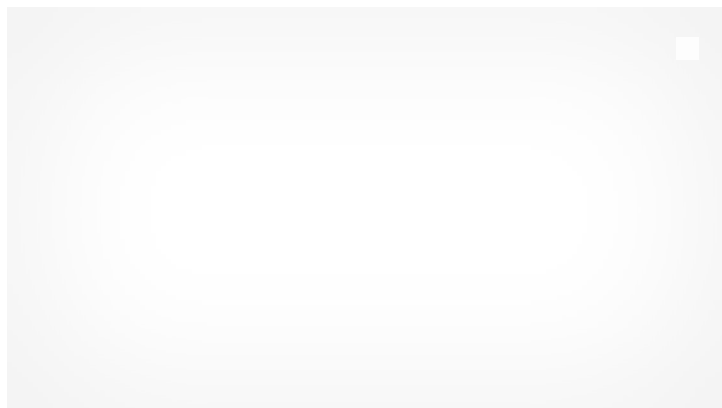


A versão preliminar do relatório do senador Marcio Bittar (MDB-AC) sobre as PECs do ajuste fiscal (Pacto Federativo, Emergencial e dos Fundos) levada aos líderes partidários e ao governo anteontem ainda passa por um processo de análise e discussões pela área técnica da equipe econômica, em conjunto com o Congresso. Apesar de a Economia querer passar um sinal de austeridade com a medida, a própria pasta tem trazido novas discussões à tona.

No bloco P da Esplanada dos Ministérios quem lidera a discussão é a Secretaria Especial de Fazenda, comandada por Waldery Rodrigues. Uma das ideias que ontem entrou em análise era ajustar o trecho que define o acionamento de gatilho para medidas fiscais quando a relação entre despesas obrigatórias e despesa total superar 95%.

Surgiu uma dúvida sobre a redação proposta originalmente e se considerava deixar o texto mais específico. A ideia que surgiu foi estabelecer que o indicador para o acionamento do gatilho de ajuste fiscal passasse a se referir à despesa obrigatória sujeita ao teto de gastos em relação à despesa total sujeita ao teto, e não a todo o conjunto de despesas. Parte dos gastos hoje, como Fundeb, eleições e capitalizações de estatais, está fora do limite constitucional de gasto.

PUBLICIDADE



Nesse contexto, também se discute reduzir o índice de 95%, mas os valores estavam sendo calculados pelos técnicos.

Outro foco era o artigo 115 da versão preliminar. Há uma preocupação com a interpretação de um trecho do artigo que poderia ensejar a leitura de que haveria alguma brecha para se ampliar despesa obrigatória, driblando o teto de gastos, desde que a medida fosse compensada com receita ou corte de despesa.

A leitura é controversa, já que em nenhum momento essa versão do relatório revoga o regime de teto de gastos, mas sim acrescenta novas regras fiscais ao país, determinando medidas de controle de gastos. Além disso, com a regra de gatilho, não faz sentido falar em criar despesa obrigatória sem que se corte em outro lugar, dado que será preciso voltar para baixo de 95%. De qualquer forma, os técnicos estavam analisando se isso demanda ou não algum ajuste.

Cabe ressaltar, porém, que não há qualquer garantia de que as mudanças serão levadas à cabo, dadas as idas e vindas em torno dessa PEC, que ocorrem há meses. Apesar de prometido para a última segunda-feira pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-AC), o relatório final a ser discutido e votado pelos parlamentares ainda não havia sido apresentado formalmente até a noite de ontem.

Com o alongamento das discussões, já se começa colocar em questionamento a promessa de Bezerra de votar na próxima semana.

O líder do governo chegou a anunciar no domingo passado um acordo em torno de uma versão mais enxuta das três PECs. No dia seguinte, um suposto trecho com medida “fura-teto” vazou, causando estresse no mercado e prontamente negado pela Economia e por Bittar. No fim daquele dia, o parlamentar acreano mandou sua versão preliminar para os líderes partidários, sem formalizar o texto no sistema da casa. Bezerra não mais falou do tema.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

STF nega à Fazenda Nacional bloqueio de bem de devedor

Fisco poderá apenas registrar em cartório informação sobre dívida

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

10/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



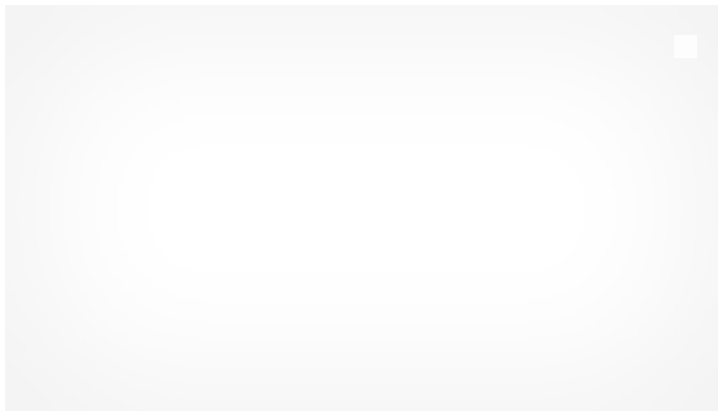
Ministro Luís Roberto Barroso: “A averbação tem um papel importante na proteção de terceiros inocentes” — Foto: Divulgação

O Supremo Tribunal Federal (STF) afastou a possibilidade de a União tornar indisponível, sem autorização judicial, imóvel ou veículo de contribuinte inscrito na dívida ativa. Mas permitiu o registro da informação sobre a inadimplência em cartório, para proteger terceiros. Foi o meio-termo adotado pelos ministros no julgamento da chamada “averbação pré-executória”.

A medida está prevista na Lei nº 13.606, de 2018, e regulamentada pela Portaria nº 33, editada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em 2018. Pelo procedimento, a Fazenda Nacional poderia tornar indisponíveis bens de contribuintes que não quitassem o que devem em cinco dias, após notificação - há, porém, prazo de 30 dias para o oferecimento de bens em garantia em execução fiscal.

O tema foi analisado em um conjunto de ações diretas de inconstitucionalidade (5.881, 5.886, 5.890, 5.925, 5.931, 5.932). O julgamento dividiu os ministros em três grupos: os que negavam os dois pedidos, os que aceitavam os dois e os que aceitavam só a averbação - entendimento que acabou prevalecendo.

PUBLICIDADE



O relator, ministro Marco Aurélio, considerou as duas práticas inconstitucionais. “O que se tem é nítida sanção visando o recolhimento de tributo”, afirmou. Para ele, a medida envolve a adoção de meio coercitivo para a satisfação de débito tributário, que poderia potencialmente inviabilizar a atividade econômica do contribuinte. “O sistema não fecha, revelando desrespeito ao sistema de segurança jurídica e igualdade de chances.”

O julgamento foi suspenso na semana passada, por causa do horário, e retomado ontem com o voto divergente do ministro Dias Toffoli. O ministro citou que um

credor privado pode inscrever o devedor em cadastro de inadimplentes. “Não há razões para se admitir essas medidas nas relações privadas e afastar na relação com o Fisco para efeito de cobrança de dívida ativa”, disse.

Em seu voto, Toffoli lembrou que a dívida ativa só é lançada depois de um contraditório administrativo e que a averbação pré-executória tem natureza procedimental

A divergência foi seguida pelos ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Rosa Weber. “A averbação pré-executória faz uma indisponibilidade restrita e temporária”, afirmou Rosa Weber.

No entendimento de Alexandre de Moraes, não há afronta aos princípios da ampla defesa e devido processo legal. “Trata-se da consagração de um dos princípios básicos da administração pública, o princípio da eficiência”, disse.

O mérito do voto do relator foi seguido pelos ministros Nunes Marques, Ricardo Lewandowski e Edson Fachin. “O Estado não pode se valer de meios indiretos de coerção”, afirmou Fachin.

O ministro Luís Roberto Barroso considerou a averbação legítima, mas negou a indisponibilidade do bem. “A averbação tem um papel importante na proteção de terceiros inocentes”, disse ele, lembrando sobre a hipótese de os bens serem vendidos a terceiros. “O terceiro que eventualmente adquire o bem se sujeita a eventual invalidação do seu negócio jurídico.”

Já a indisponibilidade automática do bem, por ato administrativo, foi considerada pelo ministro uma restrição ao direito de propriedade. Para ele, não há razão para indisponibilidade em sede administrativa se a Fazenda Nacional pode indispor o bem após o ajuizamento de execução fiscal.

Os ministros Gilmar Mendes e Luiz Fux votaram da mesma forma, pela inconstitucionalidade da indisponibilidade do bem. Fux entendeu que a indisponibilidade “vai muito longe”. Segundo ele, o direito de propriedade tem em seus componentes usar, gozar e dispor. “Não poder dispor significa não poder alienar, o que significa engessar o devedor”, afirmou.

O placar final foi de sete votos a quatro. Para formá-lo, Fux juntou os votos pela procedência parcial com os que consideraram a medida totalmente inconstitucional, formando o que chamou de “voto médio”.

Para a advogada Priscila Faricelli, sócia da área tributária do escritório Demarest Advogados, o resultado significa um “empate”. “Em muitas situações práticas, a mera averbação vai indisponibilizar a alienação”, disse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Sprinter com a 1ª parcela só em julho!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Novo método para tratar fungos nas unhas vira febre em Salvador

NAIL CURE

LINK PATROCINADO

A filha de Lídia Brondi é a garota mais bonita de todos os tempos

WTFACTS

LINK PATROCINADO

Beatriz emagreceu 90kg sem bariátrica e manteve o peso. Descubra como!

CLÍNICA DA OBESIDADE

LINK PATROCINADO

2020: Nova descoberta firma rosto flácido em casa

DIATENA

LINK PATROCINADO

Ele cortou uma árvore velha. Mas então percebeu que tinha que chamar as autoridades imediatamente

TRENDSATCHERS

por **taboola**

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Coronovac está prestes a ser liberada, diz Instituto Butantan

‘Condições financeiras são mais importantes que expansão fiscal’

Para Solange Srour, do Credit Suisse, ajuste é crucial para PIB crescer 4% em 2021 e auxílio não é essencial

Por Sergio Lamucci e Arícia Martins — De São Paulo

10/12/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas





Solange Srour: Nosso cenário parte do pressuposto de que voltaremos para a trajetória fiscal pré-covid — Foto: Sílvia Zamboni/Valor

As condições financeiras da economia são muito mais importantes para o crescimento no ano que vem do que a expansão fiscal, diz a economista-chefe do Credit Suisse, Solange Srour. Para ela, a manutenção do auxílio emergencial não é essencial para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em 2021, que estima em 4%. Solange considera fundamental assegurar a credibilidade das contas públicas, com respeito ao teto de gastos.

Segundo ela, “o auxílio foi importante, sustentou o consumo e teve impacto em setores muito específicos, como alimentação e construção civil”, ajudando a construir “uma ponte para que não houvesse uma recessão perto de 10% e o desemprego não fosse para 20%.” Mas agora o crescimento tem que ter outras bases”, diz Solange, enfatizando a importância de um ajuste fiscal crível.

Se isso for feito, o câmbio vai se valorizar e haverá uma queda dos juros futuros, afrouxando com isso as condições financeiras. Uma eventual prorrogação do auxílio emergencial tenderia a levar a um desempenho melhor da economia no primeiro trimestre, “mas acaba sendo prejudicial para o crescimento ao longo do ano”, avalia Solange. “A visão de que vamos estender uma parte do gasto deste ano para o próximo vai trazer consequências piores para a atividade econômica, enquanto

fazer o ajuste fiscal terá impacto positivo nas condições financeiras, estimulando o consumo e a retomada do investimento”, afirma ela. Na visão de Solange, é possível compatibilizar aumento do gasto social com o teto de gastos e a volta da trajetória fiscal sustentável no ano que vem.

Solange diz que o crescimento de 4% estimado para 2021 não é otimista. A herança estatística que 2020 deixará para o ano que vem é de 2,9%, avalia ela. Isso significa que, se o PIB não crescer nada em relação ao fim deste ano, terminará 2021 com expansão de 2,9%. Nas contas do Credit Suisse, o crescimento trimestral médio será de 0,5% em relação ao anterior. “É uma saída mais lenta de recessão e nós só não vamos conseguir atingir esse número se não fizermos o mínimo esforço fiscal necessário para voltar à trajetória antes da covid”, afirma ela. Para 2020, o banco espera retração do PIB de 4,3%.

Se a agenda fiscal não avançar, porém, o Brasil pode ter problemas, segundo Solange. “O mercado hoje está leniente porque o cenário externo é muito benigno, mas o Brasil não pode contar com isso por dois anos”, observa ela. “Podemos diminuir essa projeção de PIB, que já não é nada maravilhosa, para um nível muito mais baixo, se nada for feito ou se a gente tentar qualquer tipo de quebra do teto.”

Na visão de Solange, o Banco Central (BC) terá que elevar os juros a partir do meio do ano que vem, levando a Selic dos atuais 2% para 4,5% ao ano no fim de 2021. Ela estima que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficará acima da meta neste ano e no próximo - 4,4% em 2020 e 4% em 2021, nível superior ao 4% do alvo deste ano e dos 3,75% do ano que vem. Ontem à noite, as projeções do Credit Suisse para 2021 e 2022 foram enviadas aos clientes e serão discutidas hoje, na tradicional apresentação de fim de ano do banco. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: *O PIB teve uma forte alta no terceiro trimestre, com influência grande do auxílio emergencial. Como a sra. caracteriza o desempenho da economia em 2020?*

Solange Srouf: Em 2020 houve essa recuperação forte na segunda metade do ano. Tem o impacto da política fiscal, que sem dúvida foi bastante expansionista. Vamos gastar 8% do PIB no combate à covid - muito mais do que o Brasil poderia ter gasto

gastar 0,7% do PIB no combate à covid, muito mais do que o Brasil poderia ter gasto. Em um ano excepcional, porém, isso não trouxe impactos negativos em termos de falta de credibilidade da política fiscal. Mas acho que, além do auxílio, as medidas de sustentação do emprego e do crédito tiveram impacto muito positivo para essa retomada. Muita gente foca no fim do auxílio, que seria uma grande derrocada no primeiro trimestre, mas houve outras medidas importantes.

“

O Brasil precisa aproveitar esse ambiente externo para continuar afrouxando as condições financeiras”

Valor: *O que a sra. destacaria?*

Solange: A sustentação do emprego foi muito relevante. Não vimos queda tão forte do emprego como poderíamos ter visto. Essas medidas foram tomadas na Europa, e não nos EUA, e o desemprego lá explodiu. A maior parte das medidas expira no fim de dezembro, mas algumas de crédito não, porque o impacto fiscal delas é o que o Tesouro banca, e teremos impacto positivo no começo do ano que vem. O desemprego poderia começar 2021 muito pior do que vai se não fossem essas medidas. O auxílio foi importante, sustentou o consumo e teve impacto em setores muito específicos, como alimentação e construção civil, mas acho que ele não é, olhando para frente, essencial ao crescimento em 2021. Ele construiu uma ponte para que não tivéssemos uma recessão perto de 10% e o desemprego não fosse para 20%. Mas agora o crescimento tem que ter outras bases.

Valor: *Quais seriam essas bases?*

Solange: A continuidade de condições financeiras frouxas, juros baixos e confiança na economia, que se dá inclusive na taxa de câmbio. A taxa de câmbio depreciada muito além dos nossos pares é um indicador de perda de confiança. Ela não é boa para atividade como um todo, apesar da visão de que o câmbio depreciado ajuda a exportação. Quando há depreciação por falta de credibilidade, principalmente fiscal, o câmbio é deletério. Ele traz desconfiança de que o Brasil vai sustentar sua dívida e manter os juros baixos. Como crescer no ano que vem? Nesse caso, para trazer confiança, uma apreciação é bem-vinda. E é preciso manter os juros baixos, principalmente as taxas longas, que afetam a atividade. Para 2021, as condições

financeiras são muito mais importantes do que expansão fiscal. A visão de que vamos estender uma parte do gasto deste ano para o próximo vai trazer

consequências piores para a atividade econômica, enquanto fazer o ajuste fiscal terá impacto positivo nas condições financeiras, estimulando o consumo e a retomada do investimento.

Valor: *Se houver retomada da credibilidade fiscal, isso pode compensar parte ou todo o efeito do fim do auxílio?*

Solange: A gente acha que o auxílio não é indispensável para o crescimento, que no nosso cenário será de 4% em 2021. O auxílio pode ser positivo para o primeiro trimestre, mas acaba sendo prejudicial para o crescimento ao longo do ano. Se o governo não estender o auxílio e voltar à trajetória fiscal anterior à covid, isso traz juros mais baixos e câmbio mais apreciado, e as condições financeiras ficam mais frouxas. Se continuar com a expansão fiscal, isso traz um aperto muito maior dessas condições, que melhoraram nas últimas semanas por causa do cenário externo estimulativo, com liquidez abundante. O Brasil precisa aproveitar esse ambiente externo para continuar afrouxando as condições financeiras. Temos visto o país “performar” bem e em termos fiscais nada está decidido, nem para o bem nem para o mal. Continuamos vulneráveis, e essa vulnerabilidade deve permanecer até o fim do ano.

Valor: *Quanto do crescimento de 2021 vai se dever ao carregamento estatístico deixado por 2020?*

Solange: 2,9%. Temos crescimento de 4% para o ano que vem. Ele pode soar muito otimista quando comparamos com as projeções de média do mercado, mas nessa projeção o PIB cresce 0,5% em média por trimestre. Fizemos um estudo que mostra que, pegando a média de todas as recessões passadas, excluindo a de 2014 até 2016, no ano seguinte à recessão, o PIB cresce em média 1,3% por trimestre. Eu não vejo nada de muito extraordinário nesse 4%, é bem mediano. É uma saída mais lenta de recessão e só não vamos conseguir atingir esse número se não fizermos o mínimo esforço fiscal necessário para voltar à trajetória antes da covid.

Valor: *A continuidade do auxílio não seria essencial ao crescimento, mas um*

Valor: *A continuidade do auxílio não seria essencial ao crescimento, mas um programa novo de transferência de renda é necessário?*

Solange: A covid vai trazer algumas cicatrizes de médio e longo prazo para a economia, mesmo com a chegada da vacina. A gente vai ter uma parcela da população que não vai voltar rapidamente para o mercado de trabalho, e a recuperação da economia a nível pré-covid não leva menos de dois anos. Claro que neste momento o Brasil deveria aumentar o gasto social, principalmente para incluir aqueles que estão mais tempo fora do mercado de trabalho, e melhorar a questão da educação. Teremos um problema sério de educação nos próximos anos devido à paralisação deste ano. O Brasil precisa lidar com essa situação, mas é possível compatibilizar aumento do gasto social com o teto de gastos e a volta da trajetória fiscal sustentável.

Valor: *Como fazer isso?*

Solange: Para isso é preciso aprovar a PEC que reduz gastos obrigatórios e fazer uma reformulação dos atuais programas sociais. A proposta do CDPP [Centro de Debates de Políticas Públicas, que prevê a fusão do Bolsa Família com o abono salarial, o salário-família e o seguro defeso] que pode ser levada adiante ao Senado é necessária não só para a gente melhorar a questão de desigualdade, mas também para aumentar o PIB potencial, e é completamente factível, mas a discussão está turva. É como se tivesse que abrir mão do fiscal para melhorar a desigualdade, não deveria ser visto dessa forma. Mas precisamos rever as despesas obrigatórias.

“

O maior risco à nossa projeção é a falta de articulação política e a agenda fiscal não andar”

Valor: *Para isso a PEC Emergencial seria essencial?*

Solange: Vemos a PEC Emergencial como ponte. Ela não vai resolver nenhum problema de forma permanente, mas pode fazer com que o governo sobreviva os próximos dois, três anos sem quebrar o teto e sem gerar uma crise enorme de desconfiança. Dado que é muito difícil emplacar reformas estruturantes na segunda metade do governo, a PEC Emergencial faz com que consigamos chegar até 2023

sem quebrar a regra fiscal e sem entrar em uma crise profunda, e permite aumentar o espaço dentro do teto para aumentar algum gasto social e investimento, mas só conseguirá tudo isso se for mais parruda. A proposta divulgada nesta semana não abre espaço no teto para os gastos que estamos dizendo. Temos que voltar à discussão que foi interrompida de diminuir a carga de trabalho de servidores públicos, desindexar benefícios sociais acima, de dois a três salários mínimos para conseguirmos compatibilizar temporariamente o aumento do gasto social e aumento do investimento com o teto.

Valor: *É possível cumprir o teto em 2021?*

Solange: É possível, mas não sem problemas. Vai ter que diminuir muito o gasto discricionário. Primeiro vamos ver se o governo vai ganhar a questão da reoneração da folha da pagamentos. Provavelmente essa questão vai ser judicializada. Com o descasamento entre o INPC e o IPCA [o primeiro corrige vários gastos obrigatórios, e o segundo, o teto], vai precisar de uma queda forte dos gastos discricionários. No nosso cenário, o governo aprova a PEC Emergencial mais forte do que a discutida hoje em 2021 e aí o teto é cumprido em 2022. O que eu não consigo ver é o teto sendo cumprido em 2022 sem uma PEC mais abrangente do que essa que está aí.

Valor: *Há uma desarticulação política do governo, que não votou a LDO, e dúvidas sobre a prorrogação do auxílio. A incerteza fiscal e a falta de coordenação política colocam viés de baixa no cenário de crescimento para 2021?*

Solange: Sim. O grande viés de baixa não é o recrudescimento da doença, que pode afetar o primeiro trimestre com medidas de restrição à mobilidade. O maior risco à nossa projeção é a falta de articulação política e a agenda fiscal não andar. Nosso cenário é de crescimento razoável, mas ele parte do pressuposto de que voltaremos para a trajetória fiscal pré-covid. Essa paralisia da agenda fiscal é muito negativa para a atividade. O mercado hoje está leniente porque o cenário externo é muito benigno, mas o Brasil não pode contar com isso por dois anos. Ele pode mudar por diversos motivos. Podemos diminuir essa projeção de PIB, que já não é nada maravilhosa, para um nível muito mais baixo, se nada for feito ou se a gente tentar qualquer tipo de quebra do teto.

Valor: *O comportamento da inflação preocupa? Vai exigir aumento da Selic?*

Solange: Já estamos muito preocupados com a inflação há algum tempo. Temos 4,4% para a alta do IPCA em 2020 e 4% para 2021, também acima da meta [3,75%], e 3,5% para 2022. Por trás da inflação temos um choque de oferta importante de commodities, principalmente agrícolas, mas da parte industrial também, desvalorização grande da taxa de câmbio e o efeito de mudanças de consumo derivadas da pandemia, que pressionou mais alguns setores. Mas o grande componente para as expectativas inflacionárias estarem ameaçadas é a possibilidade de perder a âncora fiscal. No Brasil, choques de oferta e a depreciação cambial começam a passar indiretamente para os demais preços quando não existe credibilidade fiscal. Vimos isso fortemente em 2015, quando o Brasil perdeu essa âncora. Agora começamos a ver números de inflação acima das expectativas e essa pressão de custos, com o IGP-M fechando o ano em quase 25%, vai continuar, porque a boca de jacaré entre IGP-M e IPCA não vai ficar aberta por tanto tempo. Se o câmbio continuar apreciando, o IGP-M vai diminuir, mas o IPCA vai subindo em direção a ele porque a pressão de custos está muito forte e os estoques estão baixos na economia. Parte desse choque será repassada ao IPCA no ano que vem, principalmente no primeiro trimestre. Outro fator que vai fazer a inflação ficar forte em 2021 é a retomada dos serviços. Neste ano, vários preços ficaram congelados, e eles vão voltar no ano que vem. Nesse cenário, a inflação pode não só divergir do centro da meta, mas 2022 também fica em risco. Então o Banco Central precisa reagir para controlar as expectativas. Com a economia retomando, a taxa de juros de 2%, utilizada em um momento extraordinário de parada súbita da oferta, tem que voltar a um nível mais próximo do neutro. No nosso cenário, o BC começa a subir os juros em junho, com 0,5 ponto a cada reunião do Copom, fechando o ano em 4,5%. Nesse período todo revisamos o IPCA para cima, mas mantivemos o ciclo de Selic.

Valor: *Quando a relação dívida bruta/PIB começa a se estabilizar?*

Solange: Pelos nossos exercícios, mesmo com uma taxa de juros real de 2,5% e 2% de crescimento, só conseguimos estabilizar a relação dívida/PIB em 2030, e mantendo o teto de gastos. Se por algum motivo resolvermos gastar mais fora do teto, ainda que a lei mude para isso ser legal, só conseguimos estabilizar a dívida se o crescimento do PIB for muito maior do que 2%. Para o ano que vem revisamos a

O crescimento do PIB foi muito maior do que 2%. Para o ano que vem, revimos a projeção de dívida bruta para 96,2% do PIB porque o PIB nominal será maior do que o que tínhamos um mês atrás pela revisão do IBGE e por causa do deflator maior do PIB [para 2020, a previsão é de 94,6% do PIB]. Mas para mim, 95% ou 100% do PIB de dívida não é o grande foco, mas sim a trajetória de gastos. Se melhorarmos essa trajetória via reforma administrativa a redução da vinculação, a gente vai conseguir ter uma trajetória muito melhor da dívida/PIB. Daria para fechar o ano com uma relação até maior se tivéssemos sinalizado controle de gastos, mas estamos fazendo o contrário. Muita gente acha que a dívida pode ficar alta porque os juros vão ficar baixos para sempre, mas isso não é a verdade. A curva já está super esticada, mesmo melhorando nas últimas semanas. Temos que olhar não a Selic de 2%, mas os juros de mercado, que definem como o Tesouro vai conseguir financiar sua dívida.

Valor: *Os números indicam um aumento do número de casos e mortes por covid. O recrudescimento da doença é outro grande risco para 2021?*

Solange: Esse é um grande risco para o nosso cenário de atividade, tanto para o quarto trimestre, se tivermos um dezembro muito ruim, quanto para o começo do ano que vem. As pessoas esperam que a vacinação seja de fato ampla no primeiro trimestre, mas não vai ser. Se ela começar no primeiro trimestre, só vai conseguir atingir mais a população a partir do segundo e terceiro trimestres. O risco para atividade é de fazer medidas de restrição à mobilidade, mas ainda que a segunda onda seja tão grave como a primeira, um fator que impede desaceleração maior da atividade é o fato de a vacina estar chegando. Ela impede que o recuo da atividade seja tão forte, porque o aumento dos casos não causa um efeito tão negativo nas expectativas de consumidores, empresários e investidores. Estamos vendo isso acontecer nos países desenvolvidos. Os casos subiram fortemente na Europa e nos Estados Unidos e medidas de restrição foram adotadas, mas não vimos uma queda de confiança tão grande. Eles estão sempre alguns meses à frente da gente e a mesma coisa deve acontecer no Brasil.